



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ata nº01/2023

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, pelas nove horas, com a seguinte ordem de trabalhos: -----
PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA;

PONTO 3 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022. INFORMAÇÃO Nº69/DEAS/2023; -----

PONTO 4 - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. PROPOSTA N.º 06/GAPV/2023; -----

PONTO 5 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA SOCIAL. ALTERAÇÃO DO DL55/2020, DE 12 DE AGOSTO. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS. INFORMAÇÃO /PROPOSTA /DEAS/SHSDPC/Nº11/2023; -----

PONTO 6 - 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2023. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº4/DGF/2023;

PONTO 7 – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. - RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º 10/GAPV/2023; -----

PONTO 8 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A. INFORMAÇÃO Nº41/DGF/2022; -----

PONTO 9 – RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1ºT, 2ºT E 3º TRIMESTRES DE 2022 DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A. INFORMAÇÃO Nº 3/DGF/2023; -----

PONTO 10 – RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº 09/DAG/2023; -----

PONTO 11 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES 2023. PROPOSTA N.º 05/GAPV/2023; -----

PONTO 12 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP) DE CHAVES. PROPOSTA N.º 13/GAP/23; -----

PONTO 13 – CMDFCI – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS. INFORMAÇÃO N.º 06/GTF/2023; -----

PONTO 14 – JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO. APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2022/2023. PROPOSTA Nº 142/GAPV/2022; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 15 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. PROPOSTA N.º 7/GAPV/2023; -----

PONTO 16 – SOLICITA A IMPLEMENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PARA A REGULARIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO, – NA RUA ANIBAL BARROS, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 1061/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 719/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/12/2022; -----

PONTO 17 – SOLICITA A IMPLEMENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NAS DUAS ROTUNDAS EXISTENTES NA RUA DA LINHA DE FERRO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 1070/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 721/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/12/2022; -----

PONTO 18 – SOLICITA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO E MARCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, – NA RUA FREI LUIS DE SOUSA E NA RUA BOENERGES GOMES AUGUSTO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - PROCESSO N.º 1110/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 743/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/12/2022; -----

PONTO 19 – SOLICITA A CRIAÇÃO DE UM LUGAR PARA CARGAS E DESCARGAS, – NA RUA ALFERES JOÃO BATISTA, – A PEDIDO DA ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMINIOS DO EDIFÍCIO NOVA HERA - EMPRESA TRISERVICE - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 1141/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 762/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 26/12/2022; -----

PONTO 20 – SOLICITA A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ESPELHOS, – EM DOIS CRUZAMENTOS NA LOCALIDADE DE LAMA DE ARCOS, – FREGUESIA DE LAMA DE ARCOS - PROCESSO N.º 1135/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 765/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/12/2022; -----

PONTO 21 – SOLICITA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO EM ESPAÇO PÚBLICO – PARA USO DA EMPRESA SHARP LINES EMPREENDEMENTOS LDA - NA RUA DE SANTO AMARO, A PEDIDO DA GERÊNCIA DA EMPRESA SHARP LINES EMPREENDEMENTOS LDA. – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 1120/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 766/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/01/2023; -----

PONTO 22 – SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, – NA POVOAÇÃO DE SOUTO VELHO, – FREGUESIA DE ANELHE - PROCESSO N.º 59/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 30/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

18/01/2023; -----

PONTO 23 – SOLICITA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO EM ESPAÇO PÚBLICO – PARA VEÍCULOS ADSTRITOS Á EMPRESA - NA RUA 25 DE ABRIL, A PEDIDO DA SRA. SANDRA SIMÕES, EM REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA IBERUSA-HOTELARIA E RESTAURAÇÃO, S.A. – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1220/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 32/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/01/2023; -----

PONTO 24 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE GUARDA RAILS DE PROTEÇÃO, – NO CM1065 (CAMINHO MUNICIPAL 1065), ENTRE AS LOCALIDADES DE SANFINS E PARADA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANFINS – PROCESSO Nº 1129/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 51/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/01/2023; -----

PONTO 25 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO BAIRRO DO SEIXIGAL DE CIMA, NA POVOAÇÃO DE PEREIRA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM – PROCESSO Nº 22/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 62/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 31/01/2023; -----

PONTO 26 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA DOS BARREIROS E A RUA VEIGA DA GRANJA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 38/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 72/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

PONTO 27 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA DO SOUTO, RUA DOS BARREIROS E RUA DO CAMPO DE TIRO, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 46/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 75/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

PONTO 28 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – EM DOIS CRUZAMENTOS ENTRE A RUA 25 DE ABRIL E CAMINHOS PÚBLICOS, NA LOCALIDADE DE VALE DE ANTA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 53/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 76/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

PONTO 29 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA TRÁS DA SANTA E A RUA DO BATOCO, NA LOCALIDADE DE VALE DE ANTA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 52/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 78/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

PONTO 30 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE O ACESSO AO BAIRRO DA PENA CAVADA E A RUA DO CAMINHO DA QUINTA, NA LOCALIDADE DE ABOBELEIRA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 51/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 79/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

PONTO 31 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA SERRA DO OLMO E A RUA DO BATOCO, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 60/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 80/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira, Francisco António Pinho Peixeiro e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, Michele Alexandra Rodrigues da Costa, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues e Maria José Alves Portela. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel e Helena Cristina Gonçalves Santos. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA: Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, em representação do presidente da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Augusto do Nascimento Guedes, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Barreira, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, em substituição do Presidente de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, em representação do Presidente da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Francisco da Caridade Ginja, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Cristina Maria Inocêncio Imaginário, pelo PS, Manuel Guerra Afonso, pelo PS, Joana Maria Machado Borges, pelo PS, Maria Adalgisa Portugal Ferreira da Silva Babo, pelo PS, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, pelo PSD, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD e Anabela Maria Neves Martins, pelo PSD. -----

Registou-se o seguinte pedido de renúncia de mandato de Deputado da Assembleia Municipal: Daisy Machado Lameira, pelo CDS-PP. -----

Registaram-se os pedidos de desfiliação do Grupo Municipal de CDS-PP, dos seguintes Deputados Municipais: Vítor Carlos Teixeira Pimentel e Helena Cristina Gonçalves Santos. -----

Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: Gilberto Gomes Alves, pelo PSD e António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS. -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. -----

No uso da palavra o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: Bom dia, permitam-me que cumprimente os elementos da Mesa, o senhor Presidente da Câmara Municipal, a senhora e os senhores Vereadores, as senhoras e os senhores Deputados Municipais, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que são membros por inerência desta Assembleia Municipal, o público presente, comunicação social e os serviços de apoio. -----

Vamos ter hoje por volta das 10h:30m, nesta sala alunos da Escola Secundária Fernão de Magalhães, que vêm assistir a esta Sessão da Assembleia Municipal, sejam bem vindos, os meus agradecimentos. -----

De seguida o Presidente da Mesa, passou a palavra ao 1º Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, que deu conhecimento dos convites, expediente, pedidos de substituição e pedido de renúncia que entraram no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até esta data. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, tendo o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, dado conhecimento da entrada na Mesa, de cinco propostas: --- Dois Votos de Louvor e Congratulação e três votos de Pesar. ----- Os votos de Pesar foram apresentados pela Mesa da Assembleia Municipal, pelo Grupo Municipal do PSD e pelo Grupo Municipal do PS. Os Votos de Louvor e Congratulação foram apresentados pelo Grupo Municipal do PS e pelo Grupo Municipal do PSD. -----

Mesa da Assembleia Municipal - Voto de Pesar/Minuto de Silêncio – Pelo falecimento do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, Mário José dos Anjos, que foi lido pelo 1º Secretário da Mesa, Anselmo José Martins, que abaixo se transcreve: --

*“Voto de Pesar/Minuto de silêncio -----
A Mesa da Assembleia Municipal, no exercício das suas competências, propõe um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Presidente da Junta de São Vicente da Raia, Mário José dos Anjos, no passado dia 23 de fevereiro de 2023. A Assembleia Municipal de Chaves manifesta a sua solidariedade para com os familiares e amigos por tão inesperada perda e agradece publicamente a sua grande dedicação e empenho prestados à comunidade e à causa pública, especialmente ao serviço das populações da Freguesia de São Vicente da Raia. -----
Assembleia Municipal de Chaves, 28 de fevereiro de 2023 -----*

*O Presidente da Mesa -----
O 1º Secretário da Mesa -----
O 2º Secretário da Mesa” -----*

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Muito bom dia a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e restantes elementos da Mesa, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, cumprimentar os eleitos e os senhores Presidentes de Junta. -----
Grupo Municipal do PSD – Voto de Pesar – Pelo falecimento do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente da Raia, *Mário José dos Anjos* que abaixo se transcreve: -----

“Voto de pesar-O Grupo Municipal do Partido Social Democrata secção de Chaves nesta hora de profunda dor e tristeza manifesta o seu mais sentido voto de pesar à enlutada família e amigos pelo falecimento ocorrido do senhor Presidente da Junta de São Vicente da Raia, Mário José dos Anjos. O PPD/PSD, agradece de forma pública ao senhor Mário José dos Anjos a sua dedicação e empenho em prol da população de São Vicente da Raia e não esquece o seu importante contributo para o desenvolvimento daquela Freguesia do nosso Concelho. Assembleia Municipal 28 de fevereiro de 2023”.

Associamo-nos ao voto de pesar apresentado pela Mesa. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia, como é evidente a CDU, também, se associa ao Voto de Pesar, pelo falecimento do senhor Mário José dos Anjos, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente e, eu pessoalmente, como toda a gente sabe tenho uma ligação muito forte à Freguesia de São Vicente e, alguma proximidade que tinha com Ele. Venho apresentar as minhas condolências e a minha homenagem ao trabalho que ele desenvolveu e à simpatia e disponibilidade que ele sempre demonstrou. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros eleitos da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, público aqui presente, comunicação social que também, porventura, aqui esteja e estrutura de apoio a esta Assembleia Municipal. -----

Não podia deixar de manifestar aqui, de forma pública, uma nota de pesar e de condolências a toda a família do senhor Mário dos Anjos, particularmente à sua família mais próxima, nomeadamente às suas filhas, aos seus netos, aos seus irmãos e a toda a comunidade de São Vicente da Raia, que o expressou de forma muito emotiva e muito expressiva no passado domingo às quinze horas da tarde, no funeral que foi realizado pela sua alma na Freguesia de São Vicente da Raia. -----

De facto, dizer que era uma pessoa muito querida na comunidade, de uma enorme disponibilidade, uma bondade inexcelsível e, de facto, por aquilo que foram muitos dos testemunhos, irá fazer falta, vão ter uma grande saudade do senhor Mário. Queria depois desta nota, dizer que gostaria em nome da Câmara Municipal agradecer toda a dedicação, voluntarismo, compromisso, a bonomia que o senhor Mário emprestava a tudo que fazia. No final, queria deixar aqui uma nota pública de reconhecimento por todo o trabalho e foi muito, próximo e dedicado. Como nota final, devo dizer que tive o privilégio de ter almoçado, na última quarta-feira, com o Senhor Mário dos Anjos. Partiu um dos bons! -----

Foi guardado um minuto de silêncio. -----

Colocado à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Grupo Municipal do Partido Socialista - Nota de congratulação do Grupo Municipal do Partido Socialista pela condecoração com as insígnias de Comendador da Ordem de Mérito, ao Dr. Altamiro da Ressurreição Claro, Presidente desta Assembleia Municipal, que foi lido pela Líder de Bancada do PS **Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, que abaixo se transcreve: -----

“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhor e senhora Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos senhora e senhores Vereadores, excelentíssimos senhoras e senhores Presidente de Junta, excelentíssimos senhoras e senhores Deputadas e Deputados Municipais, excelentíssimos trabalhadores presentes, excelentíssimos membros da Comunicação Social, Senhoras e Senhores, O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, pela presente, com indisfarçável orgulho e regozijo, parabenizar e congratular o Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, Dr. Altamiro Claro, pela condecoração que, no passado dia 26 de janeiro, distinguiu este nosso ilustre flaviense com as insígnias de Comendador da Ordem de Mérito. -----

O Dr. Altamiro Claro, natural de Valpaços, reside em Chaves há 47 anos. Aqui desenvolveu a sua notável carreira professor, tendo sido Presidente do Conselho Diretivo da Escola Nadir Afonso. Integrou a nossa Câmara Municipal, durante 12 anos, tendo sido Vereador, Vice-presidente e Presidente da mesma. -----

Atualmente, além de Presidente desta Assembleia Municipal, é Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, tendo, na última década, conduzido esta nobre IPSS num caminho de afirmação e sucesso, sendo uma referência social na região, que assegura as mais diversas respostas sociais a centenas de utentes e tendo logrado conseguir a tão almejada reabertura do Hospital de Valpaços. -----

A condecoração da Ordem de Mérito – que tem o objetivo de galardoar o mérito civil, manifestado no exercício de funções públicas ou privadas, em especial na área social e na educação – foi atribuída, com entrega das respetivas insígnias, por Sua Ex.ª Sr Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Esta condecoração constitui um merecidíssimo reconhecimento da nossa República ao percurso cívico exemplar deste nosso concidadão. -----

O Dr. Altamiro Claro honra-nos e orgulha-nos, como cidadão dedicado à causa pública e homem de excelsos valores, em todas as esferas da vida. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista presta, assim, também esta singela homenagem, congratulando o cidadão e o Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, na certeza de que continuaremos a contar com a sua abnegação e exemplo, sempre a favor e em proveito das nossas comunidades. Obrigada, caro Senhor Presidente, Parabéns, Ex.mo Sr. Comendador.” -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra disse, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhores Secretários da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, restantes pessoas presentes, um bom dia para todos. -----

Queria naturalmente regozijar-me, também, por esta merecida distinção que o Dr. Altamiro Claro, teve e lhe foi atribuída pelo Excelentíssimo senhor Presidente da República, e eu diria que é para mim um motivo de satisfação e, suponho também, que é uma distinção que distingue a pessoa pelo seu trabalho, pela sua dedicação à causa pública de muitos anos, mas também honra e dignifica esta própria Assembleia Municipal e, a torna digamos digna, também de admiração pelo facto de o senhor Presidente da Assembleia ter sido reconhecido através desta homenagem justa e oportuna da Presidência da República. Os meus parabéns. -----

Queria também, associar-me ao voto de pesar pelo falecimento do senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente da Raia. -----

O Grupo Municipal do PSD – subscreveu um Voto de Louvor ao Dr. Altamiro da Ressurreição Claro pela condecoração com a Comenda de Mérito, atribuída em 26 de janeiro de 2023, pelo senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que foi lido pelo Deputado Municipal do PSD, **Francisco António Taveira Ferreira**, que abaixo se transcreve: -----

Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Mesa e na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. -----

“O Grupo Municipal do PSD Chaves, associa-se à condecoração prestada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa em 26 de janeiro de 2023 a Altamiro da Ressurreição Claro, propondo a esta Assembleia um voto de louvor. -----

Altamiro Ressurreição Claro foi condecorado com a Comenda do Mérito em 26 de janeiro de 2023. -----

A Ordem do Mérito destina-se a galardoar atos ou serviços meritórios praticados no exercício de funções, públicas ou privadas, que relevem abnegação em favor da coletividade. -----

*Assembleia Municipal de Chaves em 28 de fevereiro de 2023 -----
Grupo Municipal do PSD.”-----*

Referiu ainda que o Grupo Municipal do PSD, se associa ao Grupo Municipal do PS, não havendo necessidade de efetuar duas votações, no que diz respeito ao voto de Louvor. -----

O senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao 1º Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Muito bom dia a todos. Aproveito para cumprimentar formalmente, o senhor Presidente da Mesa, a minha colega Secretária, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vereadora e restantes Vereadores, senhoras e senhores Deputados, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta. Queremos crer estar em presença de duas propostas de voto de louvor, a apresentada pelo Grupo Municipal do PS e a apresentada pelo Grupo Municipal do PSD. Fundem-se as duas propostas de Voto de Louvor. -----
Colocado à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade e aclamação

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Queria dizer duas palavras muito simples. Começar por agradecer a benevolência desta Assembleia Municipal, de todos os Grupos Municipais aqui representados e de todas as pessoas que representam as várias correntes democráticas com expressão no nosso Concelho. -----

Dizer-lhes que é uma grande honra para mim que esta Assembleia Municipal, se tenha associado a esta distinção, uma distinção que para mim foi uma surpresa, fui avisado dois dias antes pelos serviços da Presidência da República, para me deslocar a Lisboa para receber esta Comenda. Maior foi a surpresa, porque nem sabia, que constava na Chancelaria das Ordens Portuguesas, esta petição, para que eu viesse a receber esta Comenda. Interpreto, esta Comenda, como um sinal de reconhecimento e aceito-a, porque é de facto para mim, uma honra receber uma condecoração do meu País e das mãos do senhor Presidente da República. Quero associar a esta condecoração desde logo algumas pessoas e, algumas entidades, mas essencialmente pessoas, desde logo em primeiro lugar quero associar aqueles que contribuíram para eu estar cá, que me deram, que me ensinaram e que me educaram, que foram de facto os meus pais. Depois, lembrar os meus camaradas da Guiné, aonde estive vinte e sete meses e, esse tempo que lá estive ajudou-me a construir um pouco, ou a consolidar a minha personalidade principalmente em termos de liderança já que durante algum tempo eu próprio estive a comandar a minha companhia com cerca de cento e cinquenta homens. Tempos difíceis e que, de facto, ajudam a consolidar a minha personalidade e, a minha teve essa marca indelével. -----

Depois lembrar os meus amigos e, também, os que comigo trabalharam no Instituto Nacional de Estatística, aonde estive algum tempo, lembrar as escolas por onde eu passei, Escola Secundária Doutor Júlio Martins e todos aqueles que comigo lecionaram, posteriormente a Escola Nadir Afonso, antiga Escola Preparatória de Chaves, onde terminei a minha missão como professor. Os Executivos aonde eu estive, desde logo o Executivo liderado pelo senhor engenheiro Manuel Branco Teixeira, no qual exerci as funções em representação do PS, como único elemento do Partido Socialista. Lembrar depois os Executivos liderados pelo Dr. Alexandre Chaves, aonde com ele fui e como diz a Proposta do PS, aonde fui Vereador, Vice-presidente e posteriormente Presidente da Câmara. Lembrar todos aqueles que comigo aí trabalharam, os trabalhadores do Município, o Gabinete de Apoio onde eu tive o privilégio também de ter comigo o atual Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, onde se iniciou esta relação de amizade, relação de cooperação, não só ele também o senhor Vice-presidente da Câmara, que foi meu adjunto na Câmara Municipal, lembrar toda esta gente. Agradecer a todos aqueles que individualmente e foram muitos, os que me fizeram chegar, o seu agrado, os seus telefonemas e estou a ver aqui gente dos vários setores políticos, do PS, do PSD e dos mais variados setores, muito obrigado a todos. -----

Penso, que como eu disse, isto foi um ato de benevolência muito grande, há pessoas que com o seu currículo e pela sua ação merecem, também, esta distinção, se calhar não tiveram a oportunidade de alguém se ter lembrado de fazer uma petição e isso aconteceu em relação a mim. Portanto, agradecer também, aos elementos da Mesa que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

comigo têm estado nesta Assembleia e me têm ajudado a conduzir os trabalhos desta Assembleia ao longo destes dois mandatos, na certeza porém que para mim é uma grande honra ser Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, como refere uma das Propostas. Chaves que é a minha terra adotiva, sou natural de Valpaços, não renego as origens, foi lá que eu nasci, foi lá que eu brinquei, foi lá que eu passei os meus tempos de juventude, mas foi em Chaves, aonde fiz a minha vida profissional, a minha vida familiar, foi aqui que nasceram os meus filhos é daqui a minha mulher. Portanto, é um privilégio ter assim duas terras e é nestas duas terras que eu de facto desenvolvi o meu trabalho. Portanto, quero agradecer toda esta benevolência, esta atitude que me honra e que me deixa lisonjeado, por parte de toda a Assembleia Municipal. Muito obrigado. -

Grupo Municipal do Partido Socialista, Voto de Pesar, pelo falecimento do senhor Capitão Fernando Cantista Pizarro Bravo, que foi lido pelo Deputado Municipal do Partido Socialista **Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro**, que abaixo se transcreve: -----
Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal senhor Comendador Altamiro Claro e, em meu nome pessoal, desde já endossar-lhe os meus parabéns por este merecido reconhecimento e Comenda atribuída, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público presente, trabalhadores, funcionários aqui presentes e pessoal de apoio. -----

“Face à inevitabilidade do curso do tempo que levou ao decesso de mais um ilustre flaviense, venho aqui fazer um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Capitão Fernando Cantista Pizarro Bravo, natural de Santo Estêvão, localidade na qual eu tenho a minha costela materna e, tendo sido colega de escola primária de uma das suas filhas e amigo dos filhos e do falecido, coube-me esta honra. O senhor Fernando Cantista Pizarro Bravo nasceu a 17 de dezembro de 1933 na Vila de Santo Estêvão, foi capitão da Guarda Fiscal, dirigente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Chaves, dirigente da ADRAT, dirigente do Grupo Cultural Aquae Flaviae, Achados da Região Flaviense na Numismática, Presidente da Assembleia Geral do SPN. Tem como publicações “Histórias do Contrabando e não só”, “Moedas Romanas”. Fernando Cantista Pizarro Bravo a Assembleia Municipal de Chaves endereça à família enlutada do Capitão Fernando Cantista Pizarro Bravo o enorme pesar pelo falecimento do seu ente querido. Fernando Cantista Pizarro Bravo foi um ilustre Flaviense empenhado no desenvolvimento da sua terra tendo desenvolvido várias instituições que muito engrandeceram o Concelho. Foi um investigador dedicado à numismática partilhando com todos o maior conhecimento desta e de outras temáticas, tendo sempre presente a sua dedicação à sua terra. -----

Assim sendo propõem-se um voto de pesar.” -----

Muito obrigado. -----

Colocado à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. -----

Ainda, neste período de Antes da Ordem do Dia, registaram-se -se as intervenções dos senhores Deputados: -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, que no uso da palavra disse, Muito obrigado senhor Presidente da Mesa, em seu nome cumprimento os restantes elementos presentes na Assembleia. Peço desculpa realmente pelo desacerto há pouco do time das intervenções relativamente às Moções e, portanto, só duas ou três breves notas suponho que, de interesse geral para dizer que a Região Norte do País foi ontem citada como sendo aquela que com os Distritos de Braga e Bragança como sendo aquela, que mais contribuiu para a produção de energia renovável no País especialmente na produção hidroelétrica. Isso resulta muito daquilo que neste princípio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

de outono, inverno houve de facto de pluviosidade acima da média que permitiu encher quase todas as barragens do País sendo obviamente uma satisfação regressar às condições normais, digamos, climatológicas, que também são próprias, não só, desta região, como do próprio País. Apesar disso houve vários Municípios que foram fustigados por algumas intempéries com alguma intensidade e até como é frequência inusitada felizmente aqui o Concelho de Chaves passou um pouco ao lado disso só tivemos umas pequenas inundações nas margens do Rio Tâmega aqui junto à cidade. Mas temos que, estar preparados como sempre para estes fenómenos meteorológicos que parece, que com mais frequência e intensidade nos vêm a afetar. ----- Nesse ponto de vista também, chamar à atenção que tive informação em conversa com pessoas que têm familiares na Freguesia de Moreiras que me transmitiram que a rede de telecomunicações ou é inexistente, ou é muito fraca o que deixa preocupações, justamente de comunicação em tempos de adversidades, por exemplo como nos incêndios, que tivemos no ano passado. Não sei qual é a informação que as companhias responsáveis por isto poderão dar à Câmara e à Assembleia, mas parece ser uma realidade essa falta de cobertura das redes de telecomunicações na Freguesia de Moreiras. Queria também, perguntar ao senhor Presidente da Câmara, sobre a execução do PRR, algumas pessoas dizem que tem uma taxa de execução atual muito boa, outras dizem que é muito má , não sei naquilo que diz respeito aqui à Região e nomeadamente ao Concelho de Chaves se nos pode dar informação. Em que ponto é que estamos? Se estamos num dos extremos acima ou a baixo, se estamos no ritmo normal de execução sobre o que está previsto de intervenções no âmbito do PRR. Era só senhor Presidente. Muito obrigado. -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, no uso da palavra, disse: Bom dia, a todos. -----

Excelentíssimo senhor Presidente, da Assembleia Municipal, Professor e Comendador, Altamiro Claro e demais membros da mesa, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz e demais vereadores, excelentíssimos senhores Presidentes, de Junta de Freguesia, excelentíssimos Membros eleitos desta Assembleia Municipal e Excelentíssimos colaboradores desta Assembleia. -----

“O PPD/PSD toma em mãos a responsabilidade de consolidar uma alternativa política para o Concelho. Entende que é necessária uma evolução alternativa para este Município. -----

Propomo-nos escutar a Sociedade Flaviense para em conjunto consolidar uma alternativa política para o nosso Concelho. Uma alternativa assente na solidariedade, no respeito pela dignidade humana, na defesa dos direitos humanos e no desenvolvimento sustentável. -----

Somos um partido inquieto e insatisfeito por natureza e somos impelidos por um espírito reformista das instituições, defendendo a promoção do mérito, do valor do trabalho, pugnando pela transparência na vida pública. -----

Acreditamos que a evolução alternativa para a nossa terra passa pelo combate às alterações climáticas, pelo respeito e dignificação das forças de segurança e ordem pública, pela criação de emprego qualificado, pela criação e modernização das empresas, pela observância de princípios de transparência nas instituições e pela qualidade nos serviços de saúde e educação e outros. -----

Não nos revemos numa oposição de gritos ou bota-abaixo. Seremos tenazes na vigilância e escrutínio, mas não recorreremos ao insulto ou à insinuação como arma de arremesso política. -----

Entre perguntar o que aconteceu, o que está a acontecer ou fazer acontecer, escolhemos o fazer acontecer! É uma forma de fazer política mais exigente e que nos obriga a abrir à sociedade, a escutar mais e falar menos. Ouvir todos os dias as pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

e as suas preocupações, as empresas e os seus obstáculos, as coletividades e as suas dificuldades. -----

Em coerência com o exposto, fizemos propostas para serem incluídas no Plano de Atividades Municipal e Orçamento para 2023. -----

Chamámos a atenção para a necessidade de corrigir e aumentar a oferta no acesso a Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico (AEC), visando cerca de setecentos alunos. -----

Propusemos a Criação do Passe Escolar para os quase 1200 estudantes do Ensino Superior que estudam fora do Município. -----

Escolhemos a evolução e por isso estamos ao lado dos Flavienses na construção de um futuro mais próspero, assente na tolerância, na defesa dos direitos humanos e no absoluto respeito por todas as orientações Políticas, religiosas e de género. -----

Não vamos deixar ninguém para trás! -----
Muito obrigado.” -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Bom dia. -----
“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação social e demais presentes. -----

Na reunião de setembro de 2022, manifestei a minha satisfação pelo período de verão que vivemos naquele ano transato e que foi repleto de festividades e comemorações, superando em muito as expectativas, e transformando a nossa cidade numa “urbe” com vida, gente e movimento. -----

Pois bem! Estamos em março de 2023 e continuamos com uma cidade plena de atividades, visitantes e dotada do bulício e da agitação característicos de outros centros urbanos. -----

Assistimos recentemente à Feira dos Sabores, que decorreu nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2023. Um certame gastronómico e turístico, com uma dimensão de afirmação do território, da valorização dos nossos produtos e divulgação dos nossos saberes, conhecimentos e produtos regionais. A Entidade organizadora do evento foi o Município de Chaves, pelo que apresento desde já uma palavra de enorme felicitação e apreço, em particular à Sr.ª Vereadora Paula Chaves, pelo seu compromisso, trabalho, dedicação e exigência que contribuíram, inegavelmente, para o sucesso desta Feira. --
O balanço efetuado pelos Produtores, Expositores e Entidades foi muito positivo, sendo que, graças à forte afluência de visitantes, os produtos foram rápida e facilmente vendidos, tendo muitos dos vendedores revelado que, ao 2º dia do evento, pouco produtos já restavam. Ora, cremos que isto é um sinal claro de que, a cada ano que passa, temos uma Feira dotada de maior competência, mais dinâmica e afirmativa. ----

E, pese embora a data da realização da Feira dos Sabores tivesse coincidido com o período do Carnaval, esse facto não foi impeditivo de que o Tradicional Desfile de Carnaval decorresse, em simultâneo, na Cidade, com uma grande participação e tendo sido, também ele, um enorme sucesso. O habitual cortejo contou com a participação dos Estabelecimentos de Ensino Público e Privado e de IPSS`S do Concelho. Desfilaram pelas ruas da cidade cerca de 1900 figurantes, entre crianças, Professores, Pais e Encarregados de Educação, utentes e Técnicos das IPSS`s, sob a temática “No tempo dos Castelos”. -----

A todos os participantes e organizadores, um grande bem-haja. -----
Porém o reconhecimento de uma cidade não se faz apenas com a realização de grandes Eventos, mas também pela afirmação e divulgação de equipamentos culturais públicos. Falo-vos das Termas Romanas que já não são apenas as maiores da Península Ibérica, encontrando-se igualmente abertas ao Mundo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

A 17 de janeiro de 2023, a Revista Nacional Geografic publicou um artigo acerca do Museu das Termas Romanas, com o título: “Termas de Chaves: água que cura” e termina com a seguinte afirmação que passo a citar e que subscrevo na íntegra: “É sem dúvida, um dos mais emblemáticos monumentos da época romana existente em Portugal com visita obrigatória”. -----

Mas bom, não nos ficamos por aqui! -----

A Ponte Romana de Trajano e as Termas Mediciniais Romanas de Chaves concorrem à Marca do Património Europeu, uma iniciativa da União Europeia, do Parlamento e do Conselho Europeu, que pretende “contribuir para reforçar sentimentos de pertença e de identidade nos cidadãos europeus”. -----

Termino, salientando vários Projetos que o Município tem em curso para tornar Chaves uma cidade mais inclusiva, promovendo a integração social, combatendo a pobreza e a discriminação e privilegiando a inclusão social, através da melhoria de habitações sociais e, conseqüentemente, contribuindo para um maior equilíbrio na igualdade de oportunidades. Até ao momento, o Município requalificou 70 habitações sociais, um investimento de cerca de 3 milhões de euros, que mudou a vida de muitas famílias. ----

Não obstante, tão pouco de grandes obras e investimentos se faz o sucesso e desenvolvimento da cidade. Há também pequenos Projetos que se tornam gigantes e fazem a diferença na vida das pessoas, essencialmente quando falamos da solidão e do isolamento social e quando olhamos para o outro, de forma solidária, empática e altruísta. Refiro-me aos “Ateliês para a Vida”, espaços de aprendizagem e socialização em que todos podem participar, ensinando ou aprendendo as mais variadas artes, desde a pintura, costura, artesanato, até a questões relacionadas com o ambiente e reciclagem. Estes Ateliês potenciam o desenvolvimento pessoal e social na partilha dos saberes e da sua aprendizagem, garantindo o reforço do relacionamento interpessoal e da autonomia. -----

Muito obrigada Senhor Presidente, por nos devolver uma cidade, outrora esquecida e abandonada. E na pessoa do Senhor Presidente, cumprimento e agradeço a todo o Executivo e a todas aquelas e aqueles que acreditam ser possível e que diariamente lutam para fazer acontecer. Muito obrigada.” -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente de Mesa o senhor Presidente da Câmara e na pessoa dos dois toda a Assembleia e todos os presentes. Um primeiro aspeto que eu queria deixar aqui, em nome da CDU era uma forte saudação aos professores do Concelho, da Região e do País, que na greve de 6 -(seis) de fevereiro e na manifestação em Vila Real, como depois na participação na manifestação de Lisboa deram um forte contributo para a escola pública, uma escola que está em progressiva degradação abrindo caminho aos interesses privados na educação. Era bom que esta Assembleia se dê o seu contributo, para a importância do reforço da escola pública e não há reforço da escola pública, que não passe pelo reconhecimento dos professores, que não passe pelo reconhecimento dos outros profissionais que trabalham na educação e, esse reconhecimento também, tem que ter tradução no reconhecimento das carreiras e das remunerações. O mesmo em relação ao Serviço Nacional de Saúde na nossa Região e continuamos num silêncio estranho, continuamos a ter o Centro Hospitalar sem Conselho de Administração, não conseguindo encontrar uma resposta e uma explicação plausível. Como é que uma empresa que faz uma função social tão importante, que tem milhares de funcionários, que tem milhões de orçamento está desde dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um) em gestão corrente e desde setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois) reduzida a 3 (três) elementos e sem Diretor Clínico. Imagine-se se os poderes políticos fossem outros o que não se diria sobre esta situação. Saúdo a greve anunciada dos médicos para 8 (oito) e 9 (nove) de março, greve promovida por aqueles mesmos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

médicos que são a estrutura e a força atual do Serviço Nacional de Saúde. Esta greve e o reconhecimento das carreiras e, das remunerações é indispensável para evitar um colapso que está em cima da mesa. Nós podemos fazer os elogios maiores, podemos fazer as maiores descrições quem está dentro do Serviço Nacional de Saúde é que sabe como é que está presa por fios. Eu agora faço um aparte por exemplo o meu serviço assegura funções neste momento com 3 (três) médicos contratados à tarefa médicos, respeitáveis que se nós não os respeitássemos nós não os convidávamos para vir, mas não é disso que pode funcionar o Serviço Nacional de Saúde. O Serviço Nacional de Saúde, tem que funcionar com equipas comprometidas a tempo inteiro, no atendimento dos doentes, a situação é gravíssima e a CDU solidariza-se com a greve dos médicos e com a manifestação dos médicos anunciada para 8 (oito) de março. Finalmente, continuar a chamar à atenção e se calhar eu chamo até em termos pessoais, o meu salário foi aumentado 2%, hoje ganho muito menos com muito mais funções do que ganhava há 18 (dezoito) anos atrás. Um profissional que entra para fazer formação no Serviço Nacional de Saúde, ganha em valor absoluto agora o que ganhava há 29 (vinte e nove) anos atrás. Isso quer dizer que tendo havido mais de 40% de inflação que o salário real dos médicos baixou 40%. Ou nós percebemos e, o Partido Socialista e o Governo percebem que, há aqui uma situação muito séria ou então, a hipocrisia e, o faz de conta de passar responsabilidades para as Autarquias nas áreas da Saúde e da Educação, não é mais que uma estratégia e, um presente envenenado para o desmantelamento das funções sociais do Estado. Um apelo a CDU, Partido Comunista, apresentou na Assembleia da República, mais uma Moção tendo em vista a extinção das portagens especificamente na A24, foram apresentadas várias e mais uma vez a Assembleia da República, com os votos do PS e julgo que do PSD, chumbou essa proposta. Depois as Assembleias e os eleitos do PS e do PSD, poderão fazer os seus discursos. Mas quando toca a sentar no mocho e fazer as votações é como se vê. Fica este alerta. -----

João Luís Gonçalves Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal agora Comendador, do qual, tive o prazer de estar em conjunto na guerra na Guiné nos mesmos anos e várias vezes tivemos reuniões na qualidade de Diretor de escola uma vez que cumpri e tive a missão de fazer 28 (vinte e oito) anos como Diretor de Escolas durante o meu tempo de professor. A grande amizade que tenho pelo Dr. Altamiro e congratulo-me, por ele ser neste momento Comendador, atribuída a Medalha distintiva pelo Sr. Presidente da República. Excelentíssimos senhores Secretários, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, senhora Vereadora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhores e senhoras Presidentes da Junta de Freguesia, senhores assistentes operacionais que coadjuvam os serviços desta Assembleia, comunicação social, meus senhores, público presente----- Tenho aqui como título lido numa publicação do Boletim Municipal de Chaves em dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), "Orçamento virado para as pessoas momento de grande exigência". -----

Refere que o investimento será na ordem dos 53 (cinquenta e três) milhões de euros acresce um investimento para 2023 (dois mil e vinte e três) em relação ao orçamento de 2022 (dois mil e vinte e dois) mais 3,6% (três virgula seis por cento), o documento foi elaborado num cenário de grande exigência, tendo em conta o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, este documento tem um investimento de capital de 14 119 306,08€ (catorze milhões cento e dezanove mil trezentos e seis euros e oito cêntimos) e estão assim discriminados: -----

- 19,9% (dezanove virgula nove por cento) em indústria e energia; -----
- 16,8% (dezasseis virgula oito por cento) em administração geral; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- 15% (quinze por cento) transportes e comunicações; -----
- 13,9% (treze vírgula nove por cento) em ambiente; -----
- 11% (onze por cento) na cultura/turismo e desporto; -----
- 9,8% (nove vírgula oito por cento) em ordenamento do território; -----
- 8,8% (oito vírgula oito por cento) na educação; -----
- 4,6% (quatro vírgula seis por cento) na ação social; -----
- 0,2% (zero vírgula dois por cento) em outros não especificados. -----

- Termina que o investimento que se encontra em desenvolvimento e das candidaturas aprovadas em sede do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR cujos objetivos valorizar e considerar criando condições, novas oportunidades para promover a fixação de jovens, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, tornando-se assim o Concelho mais atrativo para viver investir e visitar, faço votos para que o mesmo seja exequível.

A Câmara de Chaves em parceria com a Empark, puseram fim a um litígio que existiu durante 18 (dezoito) anos, pondo assim de parte uma indemnização no valor de 3,3 (três vírgula três) milhões de euros, acordo entre a Autarquia e a Empark SA com um aperto de mão, salvo melhor opinião, que respeito, ficando a cargo a ambas as partes apenas e só o pagamento das custas judiciais correspondentes a cada um deles, apenas isto? O relatório da auditoria financeira de 2017 (dois mil e dezassete) tinha 47 (quarenta e sete) processos com elevado impacto financeiro sendo que os valores envolvidos ascendiam a cerca de 16 (dezasseis) milhões de euros. Haviam 47 (quarenta e sete) processos e agora apenas 13 (treze). Encontrando-se em curso mais de 3,5 (três vírgula cinco milhões de euros) passivos. Deputado já há vários anos isto passou-me ao lado talvez por eu andar um pouco distraído. Senhor Presidente pode elucidar-me sobre este assunto? Muito obrigado.-----

Louvo a criação da CROAC, Centro de Recreio de Animais, estive presente na sua inauguração que me surpreendeu pela positiva. Agradeço aqui aos serviços da Câmara que sempre tiveram o cuidado de me enviar uma mensagem para estar presente nos eventos que a Câmara ao longo vai fazendo e pondo as portas abertas para qualquer cidadão. Proponho a possibilidade de um alargamento do acesso à CROAC para a estadia de animais no tempo em que os donos vão de férias pagando por exemplo uma taxa para esse efeito.-----

No Ensino Superior Público foi feita uma parceria com o IPB, Instituto Politécnico de Bragança. Refere a criação da Licenciatura de Fisioterapia que já funciona em 2023 (dois mil vinte e três), com 29 (vinte e nove) estudantes nas instalações do Laboratório Colaborativo da Aquavalor.-----

Nas Termas de Chaves, Balneário Pedagógico de Vidago e no Auditório Engenheiro Luís Coutinho, existe também apoio a outros cursos técnicos profissionais, pós-graduação e 9 (nove) micro concursos, com 100 (cem) alunos do país vizinho e de outros Países Europeus, pergunto: O Instituto Politécnico de Bragança está a estudar uma solução articulada com a Autarquia de uma construção de um Campus Universitário pergunto em Bragança ou em Chaves? Para não ser maçador para alguns, na minha intervenção louvo o arranjo e o embelezamento de Jardim do Bacalhau sendo assim a reabilitação dos prédios que a própria arquitetura lhes deu um excelente enquadramento mantendo a traça antiga.-----

Em agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi lançado um concurso de ideias para dar mais dignidade ao marco km0 na estrada antiga que liga Chaves/Faro, segundo li concorreram 3 (três) arquitetos os quais foram avaliados e a obra terá sido considerada, pergunto: A obra parou? Já em tempos da carqueja foi construído na rotunda do Raio X uma grande taça designada fonte luminosa estando a Autarquia a manter a marcha de Chaves com o slogan “Chaves Nobre Cidade”, pergunto: Não há possibilidade de dignificar a sua imagem?-----

Muito obrigado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo os cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros eleitos da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, público aqui presente, comunicação social que também, porventura, aqui esteja e estrutura de apoio a esta Assembleia Municipal. Neste contexto em que se fez aqui uma nota de inteira justiça, relacionada com a condecoração, com a insígnia, com este reconhecimento público de âmbito Nacional, quero afirmar que é para todos nós Flavienses e atrevo-me a dizer também para os Valpacenses um orgulho contarmos, entre nós, com uma pessoa distinguida com uma Comenda, traduzindo exemplo de uma vida de trabalho, de serviço público à comunidade e, portanto, nesse particular, todos nos sentimos muito orgulhosos, muito honrados e queremos também dizer-lhe que queremos continuar a contar consigo, com esse espírito de entrega à comunidade, seja neste serviço público, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, seja nessa missão nobílimissima de gerir uma IPSS e fazê-lo da forma brilhante como o tem feito, na dimensão mais social e na dimensão da Saúde, enfim, é para nós uma grata satisfação, no meu caso pessoal, é um orgulho imenso ter um amigo que, de facto, com esta notoriedade e este reconhecimento público. Com certeza que nos associamos todos àquilo que foram, quer os Votos de Congratulação, quer os Votos de Pesar que foram aqui enunciados e que foram aqui votados e que traduzem, de facto, um sentido e uma expressão de toda uma comunidade aqui representada por este Órgão Deliberativo. -----

Queria fazer alguns comentários, algumas considerações e noutros casos dar algumas explicações. Começarei por saudar e responder ao senhor Deputado Municipal, Carmona Rodrigues, do PSD, de facto, é muito importante percebermos que, efetivamente, o País e particularmente o Norte tem esta capacidade de produção de energia limpa e renovável, como seja a eólica e a hídrica, a solar e a ligada à biomassa, sendo que esta última ainda não tem expressão. Dizer que esta evolução traduz um resultado de políticas que foram assumidas pelos sucessivos Governos, particularmente pelo Governo do Eng. Sócrates que teve aqui um papel muito importante, porque concretizou um incremento decisivo. -----

Dizer que, de facto, é muito importante continuar nesse caminho, porque estamos a falar de uma dimensão estratégica para o País e a autonomia energética é seguramente uma das dimensões mais importantes para aquilo que é a nossa autonomia de decisão e a nossa independência. -----

No que diz respeito à produção de energia limpa e renovável, Vila Real foi o quarto Distrito do País logo a seguir a Bragança, Braga e Coimbra. Neste particular, o conjunto de barragens do Tâmega, denominada por gigabateria, duas das quais já se encontram a funcionar e a terceira que se prevê que possa iniciar o seu funcionamento em 2024 (dois mil e vinte e quatro). Estou a falar, naturalmente, das barragens quer do Tâmega, quer de Gouvães e que vão contribuir para produzir mais 6% (seis por cento) da potência instalada em Portugal. -----

Trata-se, na nossa perspetiva, de uma boa notícia, porque esta gigabateria vai permitir aumentar a nossa autonomia e a nossa independência energética do exterior, particularmente, dos custos das fontes ligadas ao petróleo. Referir, ainda, que esta gigabateria, em pleno funcionamento, permitirá fornecer energia durante uma hora a 11 (onze milhões) de pessoas e também, ao mesmo tempo, irá evitar a emissão de 1,2 (um vírgula dois) milhões de toneladas de CO₂ por ano. Considero que este é o caminho da afirmação, que nos interessa e que, naturalmente, teremos de prosseguir. Neste particular, o Município de Chaves tem levado a cabo, ao longo dos últimos anos, particularmente, nos últimos dois ou três anos, projetos importantes que vão nesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

caminho, que sinalizam e afirmam essa dimensão estratégica, primeiro, com a execução do projeto da geotermia, que apesar de ser um projeto piloto numa fase experimental, permitirá potenciar a utilização de um recurso existente no Concelho. -----
Como é do conhecimento desta Assembleia Municipal, a infraestrutura de rede encontra-se concluída, estando, neste momento, a decorrer a elaboração dos projetos de adaptação dos edifícios públicos, a fim de permitir o seu pleno funcionamento. -----
Em segundo, o Município de Chaves conquistou financiamento, no âmbito de um PRR, para a requalificação e modernização do parque empresarial em distintas dimensões, sendo que uma das componentes mais importantes consiste na produção de energia solar. -----
Trata-se de um projeto com uma dotação financeira que supera os 11.000.000,00€ (onze milhões de euros), esperando que o PSD, quer aqui na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, contribua para que este processo possa ter sucesso. Portanto, o que eu peço, aqui, é que todos possamos contribuir para que esse procedimento, que se trata de um concurso público Internacional com prévia qualificação, possa estar adjudicado e a obra possa ir para o terreno, sendo esse o nosso desejo e, portanto, é com esse intuito que estamos a trabalhar. -----
Por outro lado, estamos, também, no âmbito da EHATB que é a empresa Hidroelétrica do Alto Tâmega e Barroso, a estudar a perspetiva de podermos, num curto prazo, conseguir criar uma comunidade energética, ou, numa primeira fase, estudar a possibilidade da própria entidade poder, não só, produzir, mas também fornecer energia elétrica, numa primeira fase, aos edifícios públicos e numa fase subsequente, criando uma comunidade energética, ganhando e valorizando aquilo que possa ser a nossa capacidade de produção e, ao mesmo tempo, os ganhos que daí podem resultar, podermos também ser, em simultâneo, consumidores. Trata-se de uma proposta em estudo, quer na perspetiva jurídica do enquadramento sabendo se a entidade produtora também pode ser, ao mesmo tempo, entidade comercializadora e, depois, numa dimensão mais técnica e de sustentabilidade económico/financeira perceber se, de facto, existem condições e pressupostos para podermos avançar para a criação de uma comunidade energética que valorize e potencie aquilo que é a grande relevância desta Empresa Intermunicipal. Depois, queria também dizer que quanto à questão das alterações climáticas e das incidências, das recorrências, da intensidade, elas são visíveis e estão a acontecer em todo o território. Nós, no início de janeiro deste ano, acordámos com uma inundação de complexidade acrescida, tendo provocado alguns danos, quer nas estruturas públicas, quer nas estruturas privadas. Nesse contexto, tivemos a oportunidade de fazer um relatório circunstanciado com fotografias e com identificação da estimativa dos danos, quer na dimensão privada, quer na dimensão pública, sendo que essa informação foi partilhada com o Gabinete do senhor Primeiro-Ministro, mas também com o senhor Ministro da Coesão Territorial, mas também, a uma dimensão mais operacional, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e, nesse contexto, no âmbito daquilo que são as intempéries, e aquilo que é um processo que poderá eventualmente culminar numa comparticipação que possa mitigar os encargos financeiros resultante dessa intempérie. A estimativa reflete um valor a rondar os 800.000,00€ (oitocentos mil euros) e os 900.000,00€ (novecentos mil euros), representando, por isso, uma dimensão substantiva. A perceção generalizada de um menor impacto das inundações deve-se, sob o meu ponto de vista, ao conjunto de intervenções céleres dos serviços municipais nos dias e semanas seguintes no âmbito da limpeza, reorganização e, portanto, nalgumas dimensões não foi perceptível a existência de uma inundação, em resultado de um trabalho profícuo, competente e atento dos serviços municipais, particularmente coordenados pelo Gabinete da Proteção Civil e da Divisão de Ambiente e da Divisão dos Recursos Operacionais. Portanto, dizer que foram afetadas inúmeras papeleiras, equipamentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

elétricos, bombas, parques infantis, pontes, pontões, ou seja, incidiu com impacto num conjunto importante de equipamentos e infraestruturas, sendo certo que o dano mais relevante, ainda hoje, é evidenciado na Ecovia que liga Chaves a Vidago, ao nível das vedações e do próprio pavimento. -----

Portanto, estamos a trabalhar no sentido de reparar os danos, na expectativa de que possamos ser ressarcidos, pelo menos em parte, da correção dos mesmos. Só para dar nota que, efetivamente, ainda foram danos de alguma relevância e tivemos ocasião de partilhar esta informação com os Membros do Órgão Executivo no dia 2 (dois) de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), a fim de permitir o acompanhamento dos assuntos de interesse do Concelho. -----

Depois, queria também dizer que quanto ao PRR, como sabem, trata-se de um processo verdadeiramente complexo, concorrencial, significando, por isso, que ninguém dá nada a ninguém. No caso do Concelho de Chaves, existem alguns projetos sinalizados como interessantes e que terminaram com a formalização de contrato de financiamento, particularmente aquele que eu já enunciei há pouco que é o projeto que tem a ver com a valorização e requalificação do Parque Empresarial de Chaves, que é um projeto financiado a 100% (cem por cento) na ordem dos 11,2 (onze vírgula dois) milhões de euros, e que tem, como já disse, três dimensões: -----

Tem uma dimensão de produção de energia elétrica solar, tem também uma dimensão de construção e disponibilização de torres para que possa ser difundido o sinal de 5G para que os operadores, depois, querendo, o possam utilizar, porque entendemos que é cada vez mais importante que estes espaços tenham capacidade e velocidade, é fundamental para que as empresas possam operar, isso é um fator distintivo e de afirmação e queríamos também criar uma estrutura de videovigilância que permita garantir que este parque não seja ameaçado pelos fogos rurais e nessa perspetiva tem essa dimensão. -----

Dizer também que é com grato prazer que vimos aprovada uma candidatura, das duas formuladas pelo IPB, Instituto Politécnico de Bragança, para a construção de uma Residência Universitária. Foi aprovado e já foi celebrado o contrato com o IPB no intuito de que esta entidade possa fazer uma Residência Universitária para 120 (cento e vinte) alunos, financiado a 100% (cem por cento) à razão de 4 000 000,00€ (quatro milhões de euros). Esse equipamento absolutamente importante e, na nossa perspetiva, constitui mais um passo decisivo na consolidação do Ensino Superior Público no Alto Tâmega, instanciado em Chaves. Este projeto irá ser concretizado num terreno Municipal, cujo processo de tramitação se encontra em curso, sendo que esta Assembleia Municipal discutirá e aprovará a definição dos termos da sua cedência ao IPB, ficando previsivelmente localizado na Rua Santana que fica entre a Cocanha e Outeiro Seco, do lado direito, onde antigamente se disse que ia ser feita a Cidade Desportiva, enfim, uma das muitas promessas que o PSD fez e não concretizou. Na última Assembleia Municipal trouxe um conjunto de informações relativas às inúmeras promessas não concretizadas, que vão desde "Cidades Desportivas, Piscinas, Campus", sendo que num exercício de aritmética simples, o conjunto das promessas ronda os 100 000 000,00€ (cem milhões de euros), mais ainda não consegui encontrar financiamento para tudo. Mas, voltando à questão essencial, o Campus Universitário, que inclui a Residência Universitária, será instanciado no local onde foi prometida a Cidade Desportiva, aquela ilusão para não lhe chamar mentira. A primeira fase, com financiamento já assegurado, consiste na construção de uma Residência Universitária para 120 (cento e vinte) camas, sendo que, posteriormente, a intenção passa por construir nesse mesmo espaço o Campus Universitário, estando neste momento a ser desenvolvido o projeto pelo IPB, não se identificando, ainda, financiamento para a construção do Campus. Atualmente, estão a ser desenvolvidos os procedimentos tendentes à conceção dos projetos para que se desenhe aquilo que vai ser a Escola de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Hotelaria e Bem-estar do Alto Tâmega e que será paredes meias com esta Residência Universitária e também com outro equipamento fundamental centrado na investigação e que, em simultâneo, permita a instanciação de empresas. -----
Depois existe outro projeto importante no domínio do PRR relacionado com a conclusão de um Lar em Vila Verde da Raia, cujo financiamento permitirá concluir uma estrutura inacabada, há muitos anos, em Vila Verde da Raia, tornando possível a obtenção de financiamento da candidatura submetida pela respetiva Associação, em cerca de 1 000 000,00€ (um milhão de euros). Nesse contexto, foi possível encontrar os recursos necessários para que essa infraestrutura se possa concluir e possa efetivamente cumprir o seu fim social. Depois, existem outros projetos de menor relevância financeira, mas, ainda assim, importantes no âmbito das acessibilidades, seja de acessibilidades de edifícios, seja de acessibilidades urbanas, sendo certo, que a maior parte das situações estão todas em processo de contratualização. -----
Nessa perspetiva, estão a ser desenvolvidos os procedimentos prévios à contratação no intuito de que durante este ano e o início do próximo ano, tenhamos todos os contratos assinados para que se possam lançar no terreno os investimentos necessários, a fim de permitir a sua conclusão até finais de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Portanto, são naturalmente projetos importantes para este Concelho, para este Território e esperamos poder concretizá-los. -----
Peço perdão e faço só aqui uma pequena interrupção na intervenção para saudar as senhoras Professoras e os alunos do 12º (décimo segundo) ano que hoje quiseram visitar-nos na casa Municipal da Democracia. Queria saudá-los, cumprimentá-los, dar-lhe uma nota de boas-vindas e dizer-lhe que temos muito prazer que estejam connosco e que possam acompanhar os nossos trabalhos. -----
Ainda relativamente às questões do PRR, quanto à declaração política que foi enunciada pelo senhor Deputado Municipal, Francisco Taveira, do PSD, dizer que no essencial quanto às considerações que foram feitas eu identifico-me com elas, são parte daquilo que são os postulados da minha ação política, acrescentando-lhe outros e que traduzem aquilo que é a vivência em democracia que valorizamos e, sobretudo, queremos dignificar a pessoa humana, queremos fazer e contribuir para a democracia, para a transparência, para a satisfação das necessidades coletivas, sobretudo, aquelas que dizem respeito ao Centro de Ação dos Órgãos do Município. O senhor Deputado Municipal, Francisco Taveira, do PSD, referiu aqui algumas, algumas das que aqui referiu, são, como sabe, competências de outros Órgãos, particularmente, da Assembleia da República, ou do Governo e, portanto, nessa dimensão, a nossa intervenção situar-se-á, limitar-se-á a chamar a atenção, pôr em evidência, criticar, dar sugestões e dar contributos. Não podemos desenvolver nem ações, nem projetos que possam concretizar a satisfação dessas necessidades que enunciou, e dizer-lhe que em democracia é fundamental que existam vários interlocutores, vários partidos políticos que possam ter diversas formulações sobre a visão que têm da vida, da sociedade e da gestão das várias instituições. Portanto, saudar vivamente aquilo que é este novo ímpeto que não sei se é um novo, se é um continuado ímpeto relativamente aquilo que é a alternativa projetada, naturalmente, para 2025 (dois mil e vinte e cinco), sendo que teremos a oportunidade para discutir projetos, políticas, visões, experiências e ações. -
Em 2017 (dois mil e dezassete), assegurámos que o Município de Chaves, a Câmara Municipal, seria a casa dos Cidadãos. Pois bem, passados mais de 5 (cinco) anos podemos afirmar que tem sido, verdadeiramente, a casa dos cidadãos, por onde passam centenas e centenas de Cidadãos. Apesar disso, existe uma crítica reiterada relativamente à circunstância de as pessoas já estarem a marcar para março ou abril, sendo que só posso concluir que se trata de demonstração de vontade de quererem falar com o Presidente. Na minha perspetiva, este facto traduz a empatia que existe com os Cidadãos que, na minha perspetiva, traduz-se nessa vontade de interação, sabendo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

como todos sabem, que a Câmara Municipal não detém os instrumentos, os meios e os recursos, nem muitas vezes as competências para dar resposta às necessidades que diariamente são comunicadas, ou são partilhadas, porque muitas delas estão para lá ou da dimensão económica financeira, ou da dimensão da competência. -----

Depois, quanto à questão das AECs, considero que, nas últimas Sessões desta Assembleia Municipal, fomos absolutamente claros sobre aquilo que foi o trabalho de articulação, de compromisso, de proximidade desenvolvido com as Direções das Escolas e chegámos, verdadeiramente, à conclusão que algumas das faltas de respostas de algumas das dimensões das Atividades de Enriquecimento Curricular, particularmente, da dança e do inglês resultam, na minha perspetiva, de uma mudança de disponibilidades no contexto Municipal. Estamos a trabalhar de forma intensa, ativa com as Direções das Escolas, não só para conseguir, ainda este ano, resolver essa questão, mas, sobretudo, para que, no próximo ano, esta questão possa não existir. É essa a nossa intenção, é esse o nosso objetivo e, portanto, é nisso que estamos a trabalhar. -----

Depois, dizer-lhe outra coisa muito importante e aproveito também para dar nota e para corrigir uma notícia enganosa que saiu na comunicação social esta semana. Não foi aprovada nenhuma deliberação relativamente ao apoio ao transporte dos alunos do Ensino Superior. O Partido Social Democrata despoletou uma iniciativa procedimental que foi agendada para a reunião de Câmara, sendo que depois de uma breve análise em sede de órgão executivo chegou-se à conclusão que era importante olhar para essa proposta, sobretudo dar-lhe tradução em termos de norma habilitacional, porque não tinha qualquer fundamento legal, não tinha qualquer enquadramento legal e, portanto, foi entendimento unânime de que deveria ser apreciada, ser analisada pelos serviços técnicos da autarquia. A proposta foi subscrita por mim com o intuito de a estruturar e fundamentar o seu enquadramento legal, a sua definição e depois perceber outra dimensão muito importante que incide numa eventual necessidade de elaboração de Regulamento Municipal específico. Portanto, o que foi dito, foi que esse documento devia ser analisado e fortalecido tecnicamente, para, em momento posterior, ser objeto de uma deliberação que permitisse, aí sim, com dotação financeira, com teto financeiro, com a estruturação dos âmbitos dos pressupostos pudesse ser aprovada. -----

Portanto, a proposta não foi aprovada, mas na ânsia de dar nota pública que tinha sido aprovada, foi difundida a notícia que tinha sido aprovada uma proposta, mas afinal não foi aprovada proposta nenhuma. -----

Só para dizer que o PS que suporta, neste momento, o Executivo Municipal, liderado por mim, não distingue as propostas se são boas ou más em função do seu sujeito, ou do seu promotor. A proposta pareceu-nos interessante, vamos trabalhá-la, vamos revê-la, vamos dar-lhe mais consistência e depois irá, naturalmente, aos Órgãos de decisão, porventura, virá à Assembleia Municipal, porque, na minha perspetiva, e à semelhança do que acontece noutros Municípios, estas matérias tem que ser objeto de Regulamento, aliás, como já é também o Regulamento no que diz respeito à concessão de apoio de Bolsas ao Ensino Superior que, como sabem, está aprovado e o Município concede anualmente 40 (quarenta) bolsas para o Ensino Superior para alunos que têm algumas dificuldades por razões de natureza económica financeira para poderem prosseguir os seus estudos, é só uma nota de esclarecimento. -----

Depois e terminando as considerações sobre esta matéria, dizer-lhe, bem-vindos, vamos a jogo, vamos à luta, vamos discutir ideias e propostas, porque, certamente, os nossos Municípios agradecerão. -----

Depois, agradecer à senhora Deputada Municipal do PS, Melissa Lopes, as considerações que foram feitas sobre as dinâmicas económicas, turísticas, enfim, as iniciativas que têm acontecido e que dão colorido, vida e energia a esta Cidade e que queremos continuar a alimentar, porque, certamente, é vontade e intenção de todos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

tenhamos uma Cidade, um Concelho, uma Comunidade cada vez mais capaz, cada vez mais presente, cada vez mais ativa e cada vez mais contagiante. -----
Depois, queria, ainda, dizer que quanto a alguns projetos que são pequenos na dotação financeira, são enormes na dimensão social e no afeto. Dizer que os projetos como foram “Cultura para Todos” ou “Ateliês para a Vida” são verdadeiramente projetos que mudam e transformam a vida das pessoas e por aquilo que foram os testemunhos que as pessoas deixaram e partilharam, mas também algumas das manifestações próximas que nos deram. Nós não podemos deixar acabar esses projetos e, portanto, temos que trabalhar para concretizar projetos desta dimensão que procurem incluir, que procurem criar condições para a partilha, para a experiência e que, sobretudo, aqueles que estão mais excluídos, não apenas sob o ponto de vista económico, mais excluídos de relacionamento, mais excluídos dos afetos, que estão mais isolados, possam ter a oportunidade de interagir. Portanto, temos toda a intenção e é nossa vontade construir um projeto com uma ambição e um âmbito mais abrangente, quer em termos territoriais, quer em termos de número de participantes e, por isso, queríamos e queremos que o próximo Quadro Comunitário de Apoio que tem também algumas dimensões de financiamento na área social, possam ser utilizadas para a construção de um projeto desta dimensão que dê utilidade, que dê felicidade e que possamos ver em mais rostos, em mais caras e em mais olhos, mais brilho e mais felicidade, é isso que nós queremos no futuro. -----

Depois, cumprimentar o senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizendo-lhe que quanto à defesa do serviço público, quer seja do serviço público Nacional de Saúde, quer seja do serviço público da Educação, comungo muito da visão no que diz respeito à necessidade de dar maior capacidade, também com maior capacidade não só de maior financiamento público, mas, ao mesmo tempo, com melhor capacidade de gestão e eficiência. Considero que os serviços públicos são absolutamente essenciais em Portugal e, na minha perspetiva, são uma nota distintiva relativamente a outros países, alguns bem mais desenvolvidos do que Portugal, quer na área da Ação Social, quer da Educação, quer da Saúde, temos países muito mais desenvolvidos do que Portugal e, ainda assim, na minha perspetiva, menos iguais e com menos sistemas de Proteção Social, de Saúde e de outra natureza. Portanto, acredito muito que temos que continuar a melhorar todas estas respostas públicas na Saúde, na Educação, na Área Social e nas várias dimensões da nossa vida coletiva, sendo que, para tal, temos que melhorar carreiras e remunerações, mas temos também que coordenar mais, ser mais eficientes. É um processo de transformação que me parece essencial cumprir, devendo ser concretizado sob o ponto de vista da sustentabilidade. -----

Dizer, ainda assim, outra coisa muito importante: Falava da perda do poder de compra, particularmente, dos médicos, mas preocupa-me mais a falta de poder de compra de um outro conjunto de pessoas que, ainda assim, têm menor capacidade económica. Por exemplo, digo isto e sem querer valorizar, se calhar, esta Assembleia desconhece, sabiam que os Presidentes de Câmara continuam com 5% (cinco por cento) de retenção desde o tempo da troika?! Não sabiam se calhar?! Pronto. Portanto, dizer que é toda uma comunidade, é todo o País e as várias profissões que continuam hoje a exigir, a demandar um incremento de remuneração, parecendo-me desejável, temos que o fazer, na minha perspetiva, com conta, peso e medida, sendo certo, que este domínio é uma área da governação do Governo da Nação e não do governo do Concelho. Por isso, dizer que comungando numa parte das ideias e desta ideia fundamental que é robustecer e capacitar todo o serviço público, deve ser evidentemente feito com melhores remunerações, mas também com maior dignificação, maior compromisso e com maior capacidade de gestão e de coordenação. -----

Por outro lado, tentou deixar aqui uma insinuação relativamente à falta de pronúncia pública no que concerne à questão dos órgãos de gestão do Centro Hospitalar de Trás-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

os-Montes e Alto Douro. Sobre esse assunto, devo dizer que temos feito alguns contactos, temos pedido, insistentemente, uma reunião com o senhor Ministro da Saúde, no intuito de poder apresentar não só as questões relacionadas com a ausência de designação do novo Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas também da Direção Executiva do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, onde a situação é semelhante. Consideramos que é fundamental, para a confirmação do processo evolutivo ao nível dos cuidados de saúde primários e hospitalares, a existência de estruturas de gestão e de direção com legitimidade plena e com a capacidade máxima. Nesse contexto, temos a expectativa de podermos ser recebidos pelo Senhor Ministro da Saúde, a fim de percebermos efetivamente quais são as dificuldades e os estrangulamentos e as questões que dificultam estas designações. De qualquer das formas, dizer que, porventura, esta questão se encontrará correlacionada com a circunstância de ter havido uma alteração da Estrutura Orgânica do Serviço Nacional de Saúde, as competências de nomeação deixarem de estar no Governo e nas Administrações Regionais de Saúde e passarem a estar para esta estrutura de Governação do SNS. Ainda assim, dizer-lhe, que esperamos que essa incapacidade de nomeação de novos órgãos de gestão não se traduza na paragem ou na reversão de alguns projetos que estavam em curso na Unidade Hospitalar de Chaves, como a abertura da Unidade de Cuidados Paliativos prevista para o primeiro semestre de 2023 (dois mil e vinte três), daí a nossa preocupação. -----

Estamos também preocupados com a questão relacionada com prossecução da aposta na área cirúrgica que iniciou com a intervenção de requalificação do bloco operatório e que agora incide no incremento da atividade cirúrgica, designadamente com a aposta na cirurgia de ambulatório. -----

Consideramos, também, fundamental a abertura da Unidade de Cuidados Intermédios, sendo que para que tal se concretize, ainda, será necessário recrutar os recursos humanos, designadamente enfermeiros. -----

Nessa dimensão do reforço de recursos humanos, devo reconhecer e tenho informação aqui, que nos últimos 3 (três) ou 4 (quatro) anos existiu um reforço dos Recursos Humanos da Unidade Hospitalar de Chaves, seja nos enfermeiros, seja nos médicos, seja no pessoal operacional e, portanto, pese embora, possamos reconhecer todos que há e haverá nalguns domínios insuficiência de recursos Humanos, eu acho que é notório, é visível e podemos comparar os quadros dos Recursos Humanos entre 2018 (dois mil e dezoito) e 2023 (dois mil e vinte e três). -----

Quanto à questão que nos parece essencial e que se trata de uma das 3 (três) questões mais importantes de reivindicação de toda esta Região, a redução progressiva até à eliminação do valor das portagens nas antigas Scuts, é verdade que percebemos da inexistência de condições financeiras para a sua eliminação durante o presente ano, mas parece-me fundamental que todos, sem exceção, possamos colocar pressão para que, efetivamente, aquilo que se constitui como um constrangimento à mobilidade nas antigas Scuts, possa ser removido, e, portanto, concretizar no espaço de 2 (dois), 3 (três) anos a utilização das antigas Scuts sem qualquer pagamento para o utilizador, sendo na nossa perspectiva se trata de uma luta de todos. -----

Depois, dizer, ainda, ao senhor Deputado Municipal, João Luís Rodrigues, do PSD, que enunciou bem, ainda que por defeito, porque havia muito mais a dizer sobre aquilo que são os projetos e as ações constantes dos instrumentos de gestão financeira para o ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Estou a falar nas Grandes Opções do Plano, do Plano Plurianual de Investimentos, mas também do Orçamento da Receita. -----

Dizer que aos 53 000 000,00€ (cinquenta e três milhões de euros) inscritos no documento, existirá um reforço através da utilização do saldo de gerência de mais de 10 000 000,00€ (dez milhões de euros), passando para 63 000 000,00€ (sessenta e três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

milhões de euros), sendo que o reforço do investimento que se situava nos 14 000 000,00€ (catorze milhões de euros), provavelmente, superará os 22 000 000,00€ (vinte e dois) milhões de euros). Portanto, significa que serão investidos no Concelho, durante o próximo ano, desejavelmente 22 000 000,00€ (vinte e dois milhões de euros) nas mais diferentes áreas municipais. -----

Depois, queria também dizer-lhe que quanto à questão do acordo entre o Município de Chaves e a Empark, a mesma foi objeto de deliberação em sede desta Assembleia Municipal e se consultar a Ata da Sessão de setembro, verá lá explicitado, com todo o detalhe, aquilo que foram os pressupostos e os postulados desse acordo que permitiu ao Município de Chaves extinguir uma pendência judicial que já durava há quase 20 (vinte) anos e que elimina um risco contingente de mais de 3 000 000,00€ (três milhões de euros). Perceberá lá os argumentos, os fundamentos e os termos do contrato, aliás, penso que até estão lá mesmo os termos do contrato e, portanto, prescindindo de fazer aqui essa enunciação, porque essa informação está vertida na Ata relativamente à Sessão de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois). -----

Depois, dizer-lhe também que quanto ao CROAC, como sabem, foi um desafio grande, continua a ser um desafio grande, um centro de recolha oficial de animais de companhia uma ambição de há muitos anos deste Concelho que este executivo municipal concretizou. Pese embora ter sido aprovada a construção de um canil, num contexto de um Orçamento Participativo, ele teimava em não acontecer. Felizmente, com energia, com vontade, com determinação e com crer ele aconteceu, ele existe, está ao serviço desta comunidade, já tem e cuida mais de 50 (cinquenta) animais de companhia. Em face desta circunstância, nos últimos 2 (dois) meses, temos procurado reforçar a estrutura de recursos humanos deste CROAC, que como sabem é exigente. -----

Dizer também que a capacidade e a dotação deste centro é limitada e, portanto, se a comunidade, se os cidadãos não se corresponsabilizarem, se todos nós não percebermos que a nossa relação, a relação que temos com os nossos animais de companhia, particularmente, com os cães e com os gatos, não for dos tempos modernos, não for dos tempos de hoje e se quisermos continuar a abandoná-los, a descuidá-los, a não lhe dar atenção, então acredite que daqui a um ano o CROAC está saturado, ainda que se façam todas as campanhas de sensibilização, de afirmação, de partilha e de adoção. Se cada um de nós não assumir as suas responsabilidades, acreditem que o CROAC rapidamente ficará sobrelotado. Portanto, é uma área de intervenção em que precisamos que a entidade pública, neste caso o Município, faça o seu trabalho e está agora a começar a fazê-lo depois de muitos anos com alguma incapacidade e com muitas dimensões que não davam resposta àquilo que eram as necessidades. Hoje, está a ser feito, é importante que isso possa acontecer, dizer que, neste momento, não existe nenhuma intenção de fazer nenhum hotel para animais de companhia, porquê? Não há condições financeiras para que nós possamos acrescentar mais despesa àquilo que foi a despesa de mais de 600 000,00€ (seiscentos mil euros) na construção do CROAC mais aquilo que possa ser a despesa anual de funcionamento do CROAC, de cerca de 100 000,00€ (cem mil euros) ou mesmo superando os 100 000,00€ (cem mil euros). Portanto, o Município de Chaves não tem condições financeiras para acrescentar mais despesas para fazer um hotel para animais de companhia, se, porventura, é uma atividade que tem viabilidade económico-financeira, eu penso que é, de facto, é daquelas atividades que os privados podem desenvolver e poderão encontrar aqui um nicho de mercado para que possam corresponder àquilo que são as necessidades. -----

Depois dizer-lhe, e foi para nós uma grata satisfação, em 2022 (dois mil e vinte e dois) vemos aprovada a constituição de uma Escola no Alto Tâmega que é a Escola Superior de Hotelaria e Bem-estar, é, de facto, representando o começo da inversão do caminho de abandono do Ensino Superior no território. Na nossa perspetiva, trata-se de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

processo fundamental e absolutamente estruturante para o desenvolvimento da nossa Região, e, particularmente, do nosso Concelho, para a fixação dos jovens, para a sua capacitação e, naturalmente, para o desenvolvimento coeso e capaz da toda nossa comunidade. -----

Portanto, dizer-lhe que quando em 2022 (dois mil e vinte e dois) o Ministério da Ciência e do Ensino Superior aprovou a constituição de mais uma Escola, não no âmbito da UTAD, porque, como perceberam, a UTAD não quer nada com este território, não quis nada com este território, de facto, não teve nenhuma visão relativamente ao Ensino Superior para toda esta Região do Alto Tâmega. Então, verdadeiramente, tivemos de encetar um caminho diferente, com uma nova parceria, um processo de cooperação e de colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança que já conduziu à disponibilização no terreno de duas respostas fundamentais: primeiro com a instanciação naquilo que era o antigo Magistério de Chaves, o Aquavalor. Um laboratório colaborativo, um laboratório que se dedica à valorização e à investigação das várias dimensões da água e que já conta com mais de 16 (dezasseis) investigadores a trabalhar. Temos grandes expectativas, de facto, relativamente ao trabalho deste laboratório colaborativo e àquilo que possam ser os “imputes” e os “outputes” resultantes para toda a cadeia de valor relativamente à água, seja nas termas na parte terapêutica, seja na parte do bem-estar, seja na parte da geotermia, seja na parte daquilo que tem a ver com a água para incorporação em produtos dermocosméticos, seja a água para incorporação no que diz respeito a produtos alimentares. Temos aí grandes expectativas, esperamos que, de facto, os projetos que estão a ser desenvolvidos, possam traduzir-se, depois, em produtos e possam traduzir-se em incremento de valor, é isso que nós desejamos. -----

Dizer-lhe que foi um grato prazer quando em 2022 (dois mil e vinte e dois), tivemos não só a aprovação e a consolidação do Aquavalor, mas também a aprovação desta Escola e, portanto, alimentar a expectativa de construir uma Cidade Universitária no local onde o PSD imaginou uma Cidade Desportiva. Trata-se de uma transformação decisiva e muito importante nesses terrenos, que são vários, que se localizam, como disse há pouco, onde a gestão PSD prometeu a denominada Cidade Desportiva, instalar a Cidade Universitária. Vai ser, desejavelmente ainda este ano, iniciada a construção de uma Residência Universitária para 120 (cento e vinte) camas, mas também está a ser projetado, já hoje, aquilo que possam vir a ser as futuras instalações da Escola Superior de Hotelaria e Bem-estar, ficando a faltar os passos subsequentes, designadamente um que é decisivo, quanto ao financiamento, mas trabalharemos todos para que, de facto, se possam encontrar, dentro daquilo que são os instrumentos financeiros do Portugal 2030 (vinte/trinta), os recursos necessários para que efetivamente nós possamos ter esta Escola. -----

Dizer-lhe, por último, que o IPB já tem no Território do Alto Tâmega cerca de 130 (cento e trinta) alunos, e não só os 29 (vinte e nove) alunos que falávamos da Fisioterapia, mas também outros alunos que se inscreveram, quer em cursos de curta duração, quer naquilo que são os Cursos Superiores Técnico Profissionais (CTeSP), portanto, já é, hoje, de facto, uma presença importante no Território e que contribui para a afirmação e valorização deste Território. Dizer-lhe também que a circunstância de termos, ao mesmo tempo, não só o laboratório colaborativo, mas também o Instituto, poderá criar as condições para que no futuro se possa instanciar no Território novo financiamento e que possamos ter novos atores que possam candidatar-se a financiamento em domínios que antigamente não tínhamos possibilidade, como o do Ensino Superior, de Investigação, o da Inovação e Desenvolvimento e, portanto, é mais uma área em que poderemos ter condições para captar mais investimento para o Território. -----

Depois, dizer-lhe que, efetivamente, o Município de Chaves lançou o concurso de ideias não só para o Km0, mas também para a cobertura das Termas Romanas. Esses projetos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

no formato de anteprojecto, não são projectos de execução, não são projectos que têm todas as componentes, foram analisados, o júri ordenou-os, classificou-os de acordo com determinados critérios e, de facto, existe um projecto para o Km0, sendo que esse projecto ainda não passou para projecto de execução. Particularmente, tenho algumas dúvidas sobre a solução, e posso partilhá-las aqui com Vossas Excelências, designadamente quanto à circunstância de, na minha perspectiva, nenhum dos três projectos resolver bem duas questões: primeira, a questão de segurança resultante da circunstância de todos os amantes da Nacional 2 quererem colocar um autocolante no marco, sendo que tal levanta problemas críticos relativamente à segurança, porque é suposto que as pessoas não andem a atravessar numa Estrada Nacional; segunda, em termos estéticos, o próprio marco fica completamente pejado de autocolantes, não se tendo encontrado nenhuma solução que resolvesse essa questão. -----

Por outro lado, como sabem, existem dois edifícios como painel central que estão na Nacional 2 e que se encontram num estado de degradação muito intenso. Temos, relativamente a esses, como relativamente a outros edifícios do Município utilizado os instrumentos que o Código Municipal sobre imóveis nos permite, através de uma graduação do imposto do IMI para que, efetivamente, possamos incentivar aos donos, ou à sua transação, ou à sua reabilitação, tem sido um processo difícil e, de facto, esses dois edifícios teimam em não ser transacionados e teimam em não ter nenhum projecto de reabilitação e, por isso, é nossa intenção, ainda este ano, desafiar os respetivos proprietários a permitir-nos a colocação de umas grandes telas em frente a esses edifícios e que possamos ter, por exemplo, nos dois edifícios os nossos dois espaços turísticos fundamentais, quer seja a Ponte Romana, quer seja o Museu das Termas Romanas. -----

Depois, dizer que relativamente à rotunda, e chamou-lhe fonte luminosa, em frente ao Leclerc, já estamos a trabalhar num projecto comedido e simples no sentido de reabilitar aquele espaço, sobretudo, dar-lhe alguma luminosidade, com água, com cor e pô-la a funcionar novamente de uma forma sustentável e, portanto, sem grandes custos energéticos. Estamos a trabalhar nisso há algum tempo, sendo que este se trata do segundo projecto, uma vez que o primeiro projecto se constituía demasiado oneroso para aquilo que eram as disponibilidades do Município. Portanto, é nossa intenção, não sei se isso vai acontecer ainda este ano, se no próximo, mas sim, estamos a olhar para ela porque, de facto, é uma das entradas que precisa ter algum colorido e certamente vai ajudar a dar ali alguma cor. -----

Penso que não ficou nenhuma questão por responder e, portanto, agradeço a vossa paciência, mas também quis ser esclarecedor às muitas questões que me colocaram. Muito obrigado a todos, até já. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Queria aproveitar para saudar os alunos do 12º (décimo segundo) ano, aqui presentes da Escola Secundária Fernão de Magalhães, nas disciplinas de Psicologia B e Direito, saudar também, as respetivas professoras, Doutora Helena Santos e Doutora Odete Ferreira, estão aqui no âmbito do Plano Anual de Atividades da Escola, com certeza é importante a vossa presença nesta casa da Democracia, como disse o senhor Presidente da Câmara. Aqui estão representados todos os Partidos que tiveram, representação nas últimas Eleições Autárquicas e, portanto, é fundamental a vossa presença e importante aqui porque, com certeza, alguns de vós estarão aqui no futuro e dar continuidade a esta sociedade democrática construída com o 25 de abril. -----
Antes de passar a palavra ao senhor Deputado Municipal, Vítor Pimentel, queria dizer o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O senhor Deputado Municipal Vítor Pimentel e a senhora Deputada Municipal Helena Cristina, desvincularam-se do CDS-PP, passaram à situação de Independentes, a Deputada Daisy Machado Lameira, do CDS-PP, renunciou ao mandato, assumiu o seu lugar como membro desta Assembleia Municipal pelo CDS-PP, o senhor Deputado Municipal Vítor Sousa, portanto, é neste contexto que vamos agora trabalhar daqui para a frente, teremos de fazer até à próxima reunião da Assembleia, um reajustamento na atribuição e na distribuição dos tempos de intervenção, hoje vamos manter aquilo que tínhamos previsto com alguma tolerância da nossa parte em relação aos períodos de intervenção. -----

Vítor Carlos Teixeira Pimentel, pelos **Independentes**, no uso da palavra disse: -----
Antes demais começo por cumprimentar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e nele todos os restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, restante Executivo, senhores Vereadores aqui presentes, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, público em geral e um especial cumprimento também aos alunos da Escola Secundária Fernão Magalhães, onde eu tive o prazer de passar 5(cinco) anos maravilhosos da minha vida, também como aluno. Venho aqui fazer a minha intervenção porque esta Assembleia sempre me mereceu o melhor respeito, o maior rigor e, por todos aqueles que fazem parte dela, também, acho justo dar uma explicação sobre a minha desvinculação, sobre a minha passagem à condição de Independente que, vai naturalmente, obrigar a uma reorganização de todos os trabalhos. Todas as questões do Partido naturalmente, dizem respeito à vida interna do Partido e não vou abordá-los aqui, mas de qualquer, das formas quero deixar claro que o meu principal Partido é Portugal e a minha Região. Estamos todos aqui, numa missão de serviço e, portanto, para mim os Partidos Políticos são um instrumento eficaz de engrandecimento do País e, um instrumento sentido e real de melhoria das condições de vida dos Portugueses, se assim não forem não servem para nada. Em meu entender o Partido que eu representava deixou de cumprir essas premissas, portanto, não necessito de representar um símbolo, necessito sim de representar a vontade daqueles que em mim confiaram e, para os representar com Independência que me faz sentir útil continuo, portanto, fiel às minhas diretivas de pensamento e ação. Muito obrigado. -----

Vítor José Gomes, pelo **CH – CHEGA**, no uso da palavra disse: -----
“Bom dia, saúdo o senhor Presidente da Mesa, senhores Vereadores, restantes membros da mesa, o senhor Presidente da Câmara de Chaves Dr. Nuno Vaz, senhores Presidentes de junta e todos os restantes presentes. Caros flavienses, como devem saber, faço parte de uma associação desportiva, na qual também sou treinador. Nunca trouxe aqui às reuniões desta câmara qualquer questão, relacionado com este tema, pela simples razão que eu estou aqui a representar um partido e para que não houvesse confusões nunca quis misturar as coisas. Aliás, já disse pessoalmente ao senhor Presidente Dr. Nuno Vaz que, a Associação Portuguesa O Samurai é isso mesmo, uma associação, um conjunto de pessoas e estamos lá para praticar desporto e cultura e jamais misturar o trigo com o joio. Não se fala de política nem religião, cada um é livre de ter as suas próprias convicções. Eu bem sei que há elementos que são do PS, PSD, CHEGA, ou outros partidos. Não vejo problema nenhum nisso aliás, para mim uma sociedade civilizada é isso mesmo. No entanto, acho muito estranho esta associação em questão, não receber apoios financeiros quando, por várias vezes, foi entregue a documentação solicitada e até foi dito pelo senhor Presidente Dr. Nuno Vaz que iríamos ter um apoio e passou o ano de 2022 e nada. Quando digo nada é nada mesmo. Nem resposta obtivemos aos vários emails que enviámos a perguntar o ponto de situação. No início de 2023 foi enviado novamente um email a perguntar se sempre iríamos receber o apoio financeiro de 2022 e uma vez que já estávamos em 2023 se tínhamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que enviar novamente documentação. Em anexo enviámos alguma documentação e informámos que se fosse necessário mais algum documento que o mesmo nos fosse solicitado como anteriormente, mas até ao momento não obtivemos nenhuma resposta. Acho que no mínimo deveria haver um diálogo e um reconhecimento por quem tanto tem feito pelo desporto, mas como não é futebol não parece ter interesse. Não quero acreditar que esta situação se trate de uma represália, pois ao tentarem cortar-nos as pernas, a comunidade flaviense será a maior prejudicada, uma vez que é para esta que a associação em questão está direccionada. Saibam os presentes que talvez esta associação flaviense seja das poucas, ou mesmo a única, que em 2022 deu aulas gratuitamente a todos os atletas, tendo os mesmos ficado também isentos do pagamento das cotas federativas e seguro desportivo. Esta iniciativa da associação teve por âmbito incentivar os jovens e menos jovens a retomar o desporto, devido ao COVID 19 e tudo isto sem apoios. Mesmo os eventos organizados não pagaram nada, quando a associação teve que de pagar como foi no Pavilhão Gimnodesportivo para um evento aberto a toda a comunidade, onde qualquer cidadão pôde participar, assistir e conhecer pessoalmente um ator de Hollywood de filmes de ação. Independentemente da atribuição ou não de apoios, tentaremos continuar a apoiar os mais necessitados, quem não tiver recursos para pagar a mensalidade fica isento de pagamento. A inexistência de uma sala de treinos com melhores condições, também delimita a nossa intervenção. Precisamos de um espaço maior, para assim podermos acolher um maior número de atletas. Só para finalizar, não poderia deixar de salientar a importância de, tentarmos levar a Luta Tradicional Portuguesa, a ser reconhecida como Património Imaterial da Humanidade. Afinal, esta entidade cultural, faz parte da nossa história, das nossas origens e como tal não merece menos que esse reconhecimento. Mas para isso deveria haver um apoio do Município, como já várias vezes foi sugerido, para se poder avançar com o processo. No entanto, se não houver interesse para tal, a APS seguirá em frente com o processo com ou sem apoio. As associações desportivas e culturais, são imprescindíveis para a nossa sociedade, pois educam, formam e preparam os nossos jovens ajudando-os a serem pessoas melhores. Grato pela vossa atenção.” -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Bom dia a todos, renovando cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, ao senhor primeiro Secretário e à senhora segunda Secretária, aos Membros do Executivo presentes, aos Membros desta Assembleia Municipal, ao público, à comunicação social e aos alunos de Direito e de Psicologia. Deixem-me partilhar com vocês primeiro: eu também fui aluno da Escola Secundária Fernão Magalhães, é verdade! Depois frequentei o curso de Direito também e, portanto, significa que me identifico um pouco com vocês, porque, de facto, o percurso foi parecido, fiz todo o Ensino Secundário na Escola Fernão Magalhães. Depois fiz a minha formação superior na Universidade de Coimbra e, portanto, desejar-vos um bom ano com sucessos pessoais e escolares e que possam prosseguir os vossos estudos e concretizar os vossos objetivos. É isso que nós desejamos para que depois sejam esteios da nossa Democracia. -----

Cumprimentar o senhor Deputado Municipal, Vítor Pimentel, dizer-lhe que temos que respeitar aquilo que é o seu posicionamento, sendo que tal não diminuirá sua capacidade de intervenção política e cívica nesta Assembleia Municipal, é o que nós todos esperamos que o faça da mesma forma, independentemente da militância partidária ou não. Depois, ao Presidente da Associação Desportiva Samurai, dizer-lhe que não é absolutamente verdade que o Município de Chaves não apoie a referida Associação, porque, como sabe, a mesma utiliza instalações Municipais, encontrando-se instalada numa fração de uma Escola Primária de Campo de Cima e nessa perspetiva o apoio tanto pode ser em espécie como em dinheiro e, portanto, tem tido sempre esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

apoio. Depois, dizer também que não é verdade que o Município não tenha apoiado iniciativas promovidas pela Associação. O Município, logo em 2018 (dois mil e dezoito), apoiou uma iniciativa promovida no Pavilhão Gimnodesportivo, apoiada não só financeiramente como logisticamente pelo Município de Chaves, porque fez aqui um torneio, não me recordo exatamente a designação, mas fê-lo com certeza e certamente também terá memória disso. Depois, dizer-lhe que existe um compromisso da Câmara Municipal de apoiar todas as Associações, de acordo com os recursos financeiros disponíveis, que desenvolvam atividades de relevante interesse municipal na área Desportiva, Social e Cultural. Isso aplica-se, naturalmente, à Associação Samurai. Eu procurei, apesar de não ter informação ainda detalhada que me permita aqui fazer uma afirmação absolutamente perentória, dizer-lhe que a informação que eu tinha era que a Associação continuava em falta com alguns documentos. Portanto, dizer-lhe que qualquer instrução de qualquer pedido se encontra sujeita a um conjunto de elementos, sejam relativos à própria Associação, à sua existência jurídica, à regularidade de funcionamento dos seus órgãos, particularmente, da direção, à existência de conta, depois também alguns registos que existem e plano de atividades e prestação de contas e, outro aspeto absolutamente decisivo, saber efetivamente quantos associados tem. E, no caso em concreto, quantos praticantes tem? Em que modalidades? Com que tipologia? Portanto, isso são elementos decisivos. Dizer-lhe, como já disse numa reunião que tive consigo e que teve aqui a oportunidade de partilhar, que, cumpridos os pressupostos necessários para que a proposta seja apresentada em sede de reunião de Câmara, a mesma ser decidida pelo Órgão Executivo, concedendo à Associação que dirige, em caso de aprovação, o benefício de um apoio financeiro, para além do apoio inerente à cedência de instalações, a fim de mitigar certamente alguns dos custos de funcionamento. -----

Quanto ao desafio que aqui ficou de poder um dia esta modalidade ser inscrita como Património da Humanidade, dizer que nós, neste momento, estamos muito empenhados numa outra tarefa de valorizarmos todo o Património edificado, particularmente, o da época Romana que existe no Concelho. Tivemos, há pouco, a oportunidade aqui de conhecer que estamos na corrida, na campanha para que dois monumentos promocionais como são a Ponte Romana e o Museu das Termas Romanas tenham a marca de Património Europeu. Mas também estamos concentrados em dar tradução efetiva a uma proposta que possa merecer a aceitação e o acolhimento e que possa integrar um novo processo de classificação de Património da Humanidade, mas para isso é preciso fazer trabalho que não está feito. Assistimos todos aqui nesta Assembleia, mas também em muitas pronúncias políticas e em inúmeras declarações para a comunicação social que existia uma proposta já estruturada para submeter Chaves a Património da Humanidade, sendo que tal é rotundamente mentira, não existe nenhuma proposta consistente, nunca nenhum Executivo coligiu, agregou, preparou, fundamentou tecnicamente, nada, encontrando-se, neste momento, a ser contratualizados serviços, feitas parcerias com Universidades, para que, de facto, e de uma vez por todas possamos ter agora elementos, estudos, e documentos que possam avaliar uma candidatura. -----

Portanto, depois da concretização desta ambição, poderemos, eventualmente, equacionar outras hipóteses como são essa visão que tem, que é legítima de poder ambicionar um dia essa luta galhofa possa ter essa marca. Neste momento estamos mobilizados, concentrados e comprometidos com este processo de podermos levar ou Chaves ou alguns dos seus monumentos a Património da Humanidade. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022. ---
A ata número cinco, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 21 de dezembro de 2022, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----
Quatro Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----
A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da sua informação. -----
Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos senhores Membros do Executivo Municipal e a todos os eleitos deste Órgão. Quanto à atividade mais relevante, dou por reproduzida a informação que foi prestada oportunamente e que foi enviada para o senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Queria dar aqui só duas breves notas que me pareceram importantes. Primeiro, no que diz respeito à situação financeira e patrimonial, continuamos num caminho sustentado de redução da dívida. São sempre muito boas notícias, porque o ponto de partida foi muito mau e, portanto, de facto, comparativamente com a última Sessão da Assembleia Municipal que aconteceu em finais de dezembro do ano pretérito, temos uma redução global em termos de dívida de 3,52% (três vírgula cinquenta e dois por cento), isso, naturalmente são boas notícias. Mas queria também, neste particular, dizer mais uma coisa, a título de mera reflexão. Quero dar aqui uma nota muito breve, e que tem a ver com uma conta muito básica e a tentar perceber qual tinha sido o nosso caminho e o resultado do caminho que empreendemos desde finais de 2017 (dois mil e dezassete) até hoje. Queria partilhar com os senhores membros desta Assembleia alguns dados que me parecem importantes e que são significativos. Desde 2017 (dois mil e dezassete) que o limite da dívida total que, como sabem, está correlacionada com a nossa capacidade de arrecadação da receita, porque é a tradução de 1,5 (um vírgula cinco) vezes a receita corrente da média dos últimos anos e nós passámos de 2017 (dois mil e dezassete), de cerca de 41 000 000,00€ (quarenta e um milhões de euros), ou seja, 40 993 464,00€ (quarenta milhões novecentos e noventa e três mil quatrocentos e sessenta e quatro euros) para que, neste momento, nós tenhamos um limite de dívida total da Autarquia de cerca de 51 395 000,00€ (cinquenta e um milhões trezentos e noventa e cinco mil euros), ou seja, nós temos, não é dívida, é capacidade de poder vir a contrair dívida em mais 10 402 000,00€ (dez milhões quatrocentos e dois mil euros). Depois no que diz respeito à dívida total, queria deixar aqui duas notas quanto à dívida total, e como os senhores membros desta Assembleia sabem, a dívida total representa o somatório da dívida total a terceiros mais a dívida de contribuições, particularmente para vários domínios, e também a dívida total excluindo não orçamentais e, portanto, são as obrigações perante terceiros que nós temos, são as chamadas responsabilidades que temos designadamente perante os empreiteiros, estamos a falar dos valores extraorçamentais e comparando com 2017 (dois mil e dezassete) queria dar-vos essa nota. Em 2017 (dois mil e dezassete) a dívida total era de, como sabem, 38 092 000,00€ (trinta e oito milhões e noventa e dois mil euros), neste momento, mais concretamente à data em que os documentos foram enviados para a Assembleia Municipal, penso que terá sido dia 20 (vinte), o valor da dívida neste domínio, neste particular, são de 21 960 000,00€ (vinte e um milhões novecentos e sessenta mil euros), portanto, nós temos uma redução de 16 031 000,00€ (dezasseis milhões e trinta e um mil euros), mas se compararmos aquilo que, na minha perspetiva, é mais importante que é a dívida total, excluindo não orçamentais, então os resultados são ainda mais interessantes, porque se em 2017 (dois mil e dezassete), finais de 2017 (dois mil e dezassete) a dívida do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Município era de 35 691 309,00€ (trinta e cinco milhões seiscentos e noventa e um mil e trezentos e nove euros), a dívida nesta data e nesta dimensão será de 17 872 148,19€ (dezassete milhões oitocentos e setenta e dois mil cento e quarenta e oito euros e dezanove cêntimos), portanto, teremos operado uma redução de 17 819 160,00€ (dezassete milhões oitocentos e dezanove mil cento e sessenta euros), reduzimos para metade. Portanto, isto traduz bem o esforço de consolidação e redução de dívida. Eu não quis deixar de partilhar esta informação com os senhores Membros desta Assembleia. Depois, por fim, dar uma outra nota sobre a capacidade de endividamento, relativamente à capacidade de endividamento dizer que no final de 2017 (dois mil e dezassete) em termos de margem disponível por utilizar, era negativa, menos 4 000 000,00€ (quatro milhões de euros), ao dia de hoje, a capacidade de endividamento do Município, de facto, e se tivermos em atenção aquilo que é a margem absoluta, o valor será de 35 522 000,00€ (trinta e cinco milhões quinhentos e vinte e dois mil euros), mas aquilo que podemos utilizar em cada exercício é de 6 757 884,00€ (seis milhões setecentos e cinquenta e sete mil oitocentos e oitenta e quatro euros), significa que é este o caminho que queremos continuar a empreender, é este o caminho da consolidação e não resisti a partilhar com os senhores membros desta Assembleia estes dados. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Bom dia os meus cumprimentos. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras Deputadas, senhores Deputados Municipais, trabalhadores presentes, membros da Comunicação Social, público presente em especial os alunos e professores já aqui referidos da Escola Secundária Fernão Magalhães. -----

Nota de congratulação do Grupo Municipal do Partido Socialista pela eleição do Presidente da Câmara Municipal de Chaves para o cargo de Presidente do Conselho Regional do Norte (da CCCR-N).-----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista não pode deixar de destacar, neste ponto, a menção ínsita na agenda do Senhor Presidente da Câmara, relativa ao passado dia 20 de janeiro. -----

Na verdade, tal como consta da informação prestada, decorreu naquela data, em Mogadouro, uma reunião do Conselho Regional do Norte (da CCCR-N), cuja ordem do dia incluiu, entre outros pontos, a eleição do Presidente e Vice-presidente deste órgão consultivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional.-----

O Conselho Regional integra os 86 presidentes de câmara do Norte e cerca de duas dezenas de organizações sociais, económicas, ambientais e científicas representativas do tecido institucional da região.-----

Congrega, assim, mais de 100 conselheiros.-----

Por isso, foi com grande orgulho que recebemos a notícia, nesse dia, de que a maioria deste vastíssimo leque de conselheiros elegeu, em lista única, o nosso Presidente de Câmara, o Dr. Nuno Vaz, como Presidente do Conselho Regional do Norte.-----

Estamos convictos de que esta é uma conquista, uma eleição, uma vitória, uma oportunidade, muito significativas.-----

É, desde logo, uma conquista demonstrativa da notoriedade e do reconhecimento das superiores capacidades técnicas, políticas e humanas do Presidente Nuno Vaz.-----

Mas é também uma vitória de Chaves e para Chaves, de um Presidente e de um território marcados e destacados pelo sucesso do desenvolvimento dos últimos anos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

pela aposta certa nas suas linhas estratégicas, em torno da água, do conhecimento, da inovação.-----

É muito significativo que o interior norte se possa afirmar cada vez mais como território de competência e de oportunidade, mas, neste ensejo, é com particular honra, que constatamos o reconhecimento externo do nosso concelho e do nosso Presidente.-----

As últimas eleições autárquicas já haviam demonstrado que os flavienses se reveem, aprovam e conferem mérito ao trabalho desenvolvido pelo Presidente e sua equipa.----

É com muita expectativa que vemos, agora, esse mérito reconhecido externamente, ao mais alto nível, entre pares e significativas entidades do Norte do nosso país.-----

Parabéns, Senhor Presidente!-----

O grupo municipal do Partido Socialista regozija-se com esta sua conquista que, estamos certos, não deixará de granjear ganhos para o nosso concelho.-----

Venha o futuro!"-----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia. O senhor Presidente menciona uma reunião penso que, na ARS Norte, que também esteve presente o senhor Ministro da Saúde sobre a transferência de competências, não é? A assinatura do protocolo, com o qual já se sabe, que há uma profunda discordância da CDU. Colocava-lhe uma questão, até nesse âmbito o que é que foi transmitido sobre uma aparente reestruturação dos cuidados de saúde, que o Governo, ou a Direção Executiva do SNS está a fazer, que vai implicar mudanças em termos da gestão dos Hospitais, em que sentido? Porque o momento pareceria o adequado se o Governo tem em curso uma reestruturação, seja movimentada diretamente pelo Governo, seja por interposta Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde e se essa modificação vai envolver também os Cuidados Primários de Saúde, uma parte dos quais, ou de uma responsabilidade que o Governo em parte quer transferir para as Autarquias, que aspetos foram mencionados sobre isso? -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e, os restantes Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, Membros eleitos desta Assembleia, senhores Presidentes de Junta, uma saudação especial aos alunos da Escola Fernão Magalhães, bem hajam os professores, comunicação social e restante público que esteja presente nesta Assembleia Municipal. Hoje têm sido interessantes estas aulas que estão aqui a assistir, estes alunos da Escola Fernão de Magalhães, são interessantíssimas, porque o senhor Presidente da Câmara faz deste Concelho o melhor Concelho do Mundo, para ele é, para mim também, só que a retórica é diferente, isto é, está sempre a falar no passado, sempre a falar no passado, e, no passado tudo era mau. Mas, vou-lhe dizer uma coisa, já vieram aqui falar de que vamos candidatar o Museu das Termas Romanas, sim senhor, o PSD não tem nada a ver com isso, foi sempre tudo mau, vão candidatar a Ponte Romana a isto e àquilo o PSD não tem nada a ver com a requalificação da Ponte, vieram aqui falar de que venderam todos os produtos logo no primeiro dia Feira dos Sabores, o PSD não tem nada a ver com isto, é só obra do PS, muito bem. Chegados aqui, já sabemos como é o passado, foi mau, o presente é ótimo, mas aquilo que mais se ouve falar aqui hoje é só de projetos, projeto para isto, projeto para aquilo, concretização de obras veremos! Mas projetos há muitos, ótimo! Estamos no bom caminho é, por aí que também eu quero ir. Depois dizer que esta Cidade foi sempre voltada ao esquecimento e ao abandono, coitados de nós que, sempre vivemos em Chaves e sabemos o que isto é. Chaves foi votada ao abandono até 2017 (dois mil e dezassete), a partir daí é só turistas, toda a gente vem visitar-nos tudo é bonito, tudo é bom, é verdade. Falou também, de uma dívida que nós temos, eu recordo que essa dívida existia e, que tem vindo a diminuir mas, também, recordo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

quando o PSD, foi para a Câmara também já havia dívidas, portanto, o PSD quando começou a governar também, as contas não estavam a zero, também já trazia dívida de trás e, essa dívida foi acompanhando o PSD ao longo do seu mandato, não foi só do passado também, já vinha de trás também, herdou dívidas, mas é assim, nós deixamos dívidas é verdade. Este lugar também, nos diz alguma coisa, o Museu das Termas Romanas diz-nos muita coisa, o Museu Nadir Afonso diz-nos muita coisa, o Centro Escolar diz-nos muita coisa, a requalificação da Cidade e dos Espaços Verdes, diz-nos muita coisa, portanto, não pensem que tudo agora são rosas e para trás só foram espinhos era só isto que eu queria dizer. Agora gostaria, também, de só fazer aqui um pequeno reparo vejo que há muita gente que vem a Chaves, e há um lugar que gostam muito de ir visitar que são as poldras, as poldras é realmente um espaço da Cidade muito atrativo em que as pessoas gostam de ver, mas há uma coisa também, que as pessoas gostam de fazer é de as atravessar. Recordo duas coisas, o estado de conservação das poldras está em mau estado, tem algumas pedras que estão deslocadas, isto é, em termos de aspeto. Em termos de degradação é, notório isso mas há um problema que ali, também, se verifica falta de segurança as pessoas atravessam as poldras e, tem quatro ou cinco pedras que estão deslocadas e às vezes veem-se pessoas a dar o passo e, por ventura, um dia qualquer, alguém vai cair ao rio, alguém se vai magoar. O que eu alertava era que houvesse uma intervenção logo que fosse possível na recuperação das poldras de Chaves, porque realmente são muito belas. Finalmente, uma palavra para todos aqueles que diariamente lutam nas escolas pela educação, os professores estão em luta, não só pelos seus salários, mas pela dignificação da função de docentes, os pais, os alunos, toda a comunidade, estão com os professores, esta luta dos professores é justa é, mais do que justa é uma questão de respeito pelos professores. Os professores hoje estão a viver situações de pessoas miseráveis, muitos dos professores não ganham para aquilo que fazem, nem têm condições nenhuma e alguns estão a ser sustentados pelas próprias famílias para poderem vir trabalhar. Obrigado. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito bom dia a todos, cumprimentar o senhor Presidente da Mesa, o senhor primeiro Secretário, a senhora segunda Secretária, senhores Membros do Órgão Executivo, os Membros desta Assembleia, renovando cumprimentos a todas e a todos. Quanto à intervenção da Deputada Municipal, Brigitte Gonçalves, do PS, dizer que é um orgulho poder desempenhar as funções de Presidente do Conselho Consultivo, espero estar à altura do desafio e contribuir para a afirmação do Norte, porque queremos que haja mais Norte, melhor Norte e o Norte mais inclusivo, foram, de facto, as três ideias de força que eu quis expressar nesse momento. Portanto, é com isso que estamos e temos, como sabem, desafios importantes, alguns dos quais têm a ver com a conclusão do quadro comunitário do PT 2020 (vinte/vinte) e, sobretudo, aquilo que tem a ver com a concertação, a negociação e a contratualização do PT 2030 (vinte/trinta) e, também, como sabem, questões relacionadas e importantes que estão na agenda do dia e que têm a ver com a desconcentração, aquilo que será o novo desenho, a nova arquitetura das Comissões de Coordenação e daquilo que venha a ser a solução quer da gestão, quer da articulação, quer das relações com a tutela em domínios que, farão parte da missão da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte, áreas ligadas à agricultura, áreas ligadas à formação, áreas ligadas à floresta, áreas ligadas ao ambiente. Vamos procurar que esse processo consiga concretizar maior coesão, maior desenvolvimento a Norte e uma maior integração para que, efetivamente, os projetos possam ser mais céleres e possam ser vistos numa visão mais aglutinadora e abrangente e não numa visão segmentada ou parcelada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Quanto à intervenção do senhor Deputado, Manuel Cunha, da CDU, dizer-lhe que o momento foi apenas dedicado e destinado à assinatura dos acordos de transferência e, portanto, nada mais houve nesse contexto, tanto mais que o número de Autarcas era significativo. Foi apenas feita uma pequena introdução relativamente àquilo que era o momento solene que se estaria a concretizar, usou da palavra o senhor Ministro e usou da palavra o senhor Presidente da ARS Norte, não foi feita nenhuma consideração, nem no discurso, nem à latera em momento informal relativamente àquilo que possam ser as intenções de reorganização, de reestruturação que o novo Órgão do SNS possa ter, designadamente aquilo que tem a ver com o processo já iniciado noutros territórios, designadamente em Viana do Castelo que tem a ver com esta intenção de alguns casos poder o modelo organizativo da estrutura de Saúde ir para uma solução de integração vertical que é o mesmo que dizer, caminharem para Unidades Locais de Saúde. Portanto, verdadeiramente não sabemos, não há aí nenhum documento, nenhuma ideia, nenhuma comunicação Reitero o que disse antes, aguardo o agendamento de uma reunião com o senhor Ministro, porque também é um dos temas, um dos tópicos que estará presente na agenda para perceber que ideias existem, que pressupostos existem e, portanto, se isso tem uma ambição Nacional, se estão sinalizados todos ou parte daquilo que possam ser as áreas objeto dessa reorganização para depois podermos discutir o caso do Centro Hospitalar e no caso concreto do Alto Tâmega e Barroso, se existe aí alguma perspetiva e alguma vantagem em suscitarmos a discussão do novo figurino de reorganização dos Cuidados de Saúde. Portanto, nessa lógica fá-lo-emos, terei a oportunidade, aliás, como sempre faço, de partilhar com os Membros desta Assembleia Municipal aquilo que possam ser eventuais considerações e explicações que o senhor Ministro da Saúde possa dar. -----

Quanto à intervenção do senhor Deputado Municipal, António Santos, do PSD, já tínhamos saudades suas! Já tínhamos saudades, sabe porquê? Porque usou este ponto da Ordem de Trabalhos relativamente à agenda para fazer uma intervenção do Período Antes da Ordem do Dia, porque, verdadeiramente, eu estava a olhar para aqui, para aquilo que foram as informações prestadas pelo Presidente da Câmara, e em nenhum momento, em nenhuma das várias reuniões da atividade mais relevante não vi nada do que o senhor Deputado disse, portanto, inovou! -----

Eu percebo que se tenha aproveitado da latitude interpretativa da Mesa, eu percebo isso, mas a verdade é que o senhor Deputado quanto aos autos, disse nada! como sempre! E, portanto, já vamos conhecendo um bocadinho a sua forma de ser, de estar e de comunicar e até aproveito a sua intervenção para trazer à colação um assunto que trouxe na última Assembleia Municipal, lembra-se do caso do menino que não tinha transporte? Pois, mas chegamos à conclusão que parte da culpa é sua. É verdade! Vou só fazer uma cronologia dos factos. O senhor Deputado trouxe aqui, usando conhecimentos daquilo que é o seu trabalho, a sua área, para fazer aqui um libelo acusatório. Veio dizer que a Câmara não tinha cuidado de garantir transporte a uma criança de Vidago para Chaves. Pois vejamos, vamos então à cronologia dos factos. No dia 16 (dezasseis) de fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi enviada uma informação pelo Agrupamento Doutor António Granjo, no qual o senhor Deputado trabalha e é responsável pela área dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, ou trabalha pelo menos nessa área, é a informação de que disponho. Dessa informação constavam os alunos com Necessidades Educativas Especiais a transportar para o ano letivo 2022/2023 (dois mil e vinte dois/dois mil e vinte e três). Atempadamente, o Município quis inteirar-se de quais eram os alunos que precisavam de transporte. No âmbito dessa informação foi dada nota que havia um aluno que era o aluno em questão, Jorge G. (para não ser identificado), residente em Vidago, sem nenhuma especificação no transporte, conforme se pode verificar da informação que nos foi comunicada. Em função dessa informação, o Município organizou, aliás, como sempre faz, um Plano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Transportes em Circuitos Especiais e, para o efeito, foi criado o Circuito Especial nº 25 que transportava este aluno e mais um aluno de Vilela do Tâmega. No arranque do ano letivo o aluno foi transportado na primeira semana de aulas e devido a ter sido intervencionado cirurgicamente, deixou de ser transportado até ao dia 11 (onze) de novembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), nos dias 14 (catorze) e 15 (quinze) de novembro o aluno volta a ser transportado, mas a mãe preferiu que o mesmo não fosse transportado naquela viatura, pois entendeu que não ia em segurança. A mãe dirigiu-se aos Serviços da Educação do Município, onde foi informada que foi criado um Circuito de acordo com a previsão, a tipologia e as necessidades identificadas pelo Agrupamento de Escolas, e em momento algum foi dito que esta criança tivesse que ser transportada em táxi. No dia 28 (vinte e oito) de novembro recebemos um correio eletrónico nos serviços do Município em que a Encarregada de Educação fazia uma declaração e que dizia: “Como usava cadeira de rodas, é de opinião, e de forma a salvaguardar a integridade física do aluno, o mesmo, necessita que seja criado um transporte escolar adaptado para cadeira de rodas com acompanhante”. Nesse mesmo dia, 28 (vinte e oito) de novembro, foi enviado um email interno no sentido de procurar inteirar-se da situação, tendo em vista perceber que tipo de solução se devia concretizar. Logo a seguir, penso que terá sido no dia 4 (quatro) de dezembro, decorreu uma reunião com a senhora Diretora do Agrupamento de Escolas Doutor António Granjo, com a professora Ana Paula Carvalho, tendo como motivo de análise a situação deste aluno e tinha a ver com o transporte que era assegurado pelo Circuito Especial nº 25. Depois, foi solicitado ao Agrupamento de Escolas que enviasse informação que permitisse concluir se, efetivamente, este aluno precisaria de um transporte adaptado ou particularmente de um táxi. Não foi obtida qualquer resposta a esta iniciativa, pelo que se insistiu nesse sentido. Depois para que nós nos pudéssemos inteirar, o senhor Vereador e Vice-Presidente da Câmara, já no dia 23 (vinte e três) de fevereiro deste ano, em reunião realizada com a mãe deste aluno, procurou atualizar a informação, e, pelos vistos, a questão resumia-se simplesmente ao seguinte: a mãe sentia-se insegura porque o transporte era feito por um senhor de 60 (sessenta) e tal anos e, entendia ela, que pelo facto de o senhor ter essa idade, porventura, no momento em que o levantava e sentava na cadeira que podia correr o risco de, eventualmente, cair, portanto, era esta a questão central. O que se fez em função disto, naturalmente foi pedir ao transportador uma atenção mais particular, designadamente para que, de facto, se pudesse ter um cuidado acrescido para que essa sensação de insatisfação e insegurança não pudesse ser criada. Quando digo que o senhor Deputado de forma indireta tem responsabilidade, tem a ver com isto, a escola nunca fez chegar ao Município esta informação. Primeiro, não identificou nenhuma necessidade quando estava a organizar o Plano de Transportes, de uma necessidade que tivesse a ver com um veículo adaptado ou com um táxi. A seguir, sempre que foi instada para que pudesse juntar informação técnica, enfim, médica ou de outra natureza que permitisse concluir pela necessidade do tal veículo adaptado, não o fez. Portanto, vir para a Assembleia Municipal suscitar uma questão sem informação detalhada, sem identificar as situações todas, fazendo uma acusação dessa forma, parece-me que presta um mau serviço à democracia, um mau serviço a esta Assembleia Municipal. E, portanto, o que eu aconselho no futuro, é que não traga para aqui coisas que são tratadas dentro de casa ou então o faça de forma adequada para que nós possamos verdadeiramente tratar as questões com elevação. - Depois, vamos então à política, esta era apenas uma questão lateral, vamos então à política. O senhor Deputado reiteradamente fica sempre muito incomodado quando, porventura, se dá aqui nota de caminhos no sentido positivo, parece que sente urticária e desconforto sempre que o Concelho vai bem! parece que sente sempre um desacordo, um desassossego! Não sei porquê? Deve ser partidarite! Sempre que, porventura, Chaves se afirma no Ensino Superior, se afirma no âmbito da captação de investimento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

se afirma no turismo. Os dados são inequívocos e, portanto, não vale a pena contrariar o que são evidências. Se tiver dúvidas, basta consultar o número de turistas para perceber essa dinâmica e essa evolução positiva. E, portanto, parece que se sente muito incomodado com isso e nunca o vi aqui regozijar-se com conquistas. Não! Vem cá sempre, por máculas, por senãos, por considerandos negativos, ensaiando tentativas de diminuir conquistas alcançadas. Já agora, aproveito para dizer, senhor Deputado, que em 2008 (dois mil e oito) foi prometido um Pavilhão Multiusos, não sei quantos Campos Desportivos e mais coisas, lembra-se desta publicação? Este Multiusos nunca foi feito até hoje. O senhor Deputado lembra-se, porventura, de uma chamada Pousada da Juventude? Que já tinha projeto e tudo? Ela está acabadinha e pronta a ser usada! Mas o senhor Deputado, por exemplo, também se lembra, ou lembrar-se-á de um grande Parque Urbano da Galinheira? Alguém o descobre, eu dou alvíssaras a quem descobrir onde isto está feito! Fica aqui o compromisso, também para os alunos das duas turmas da Escola Fernão Magalhães aqui presentes. Dão-se alvíssaras pessoais, não a Câmara, o Presidente da Câmara dá um prémio a quem conseguir descobrir este Parque da Galinheira. Mas também podemos, eventualmente, procurar perceber onde é que estão as famosas Piscinas, onde é que elas estão? E, portanto, fica aqui o desafio, por mais que queira pintar com as cores do arco-íris aquilo que não foi feito, aquilo só tem uma cor, é preto, é negro. Portanto, dizer a vossa excelência que percebo esse incómodo, mas esse incómodo, para mim, só significa uma coisa, estamos no bom caminho! Depois, sobre algumas particularidades, suscitou aqui a questão das poldras e parece que até estava aqui a incentivar as pessoas a atravessá-las. Porventura não vê lá um aviso? Uma informação de perigo que aconselha toda a gente a não as atravessar? É exatamente o contrário do que o senhor Deputado veio aqui dizer, porventura está a prestar um mau serviço, porquê? Porque a informação que existe lá, nos dois lados do Rio, nas duas margens, é uma informação no sentido de que o atravessamento constitui perigo e que se desaconselha vivamente a ninguém atravessar. Se estivesse mais atento, teria percebido que, no ano passado, muitas dessas pedras, dessas poldras, foram fixadas no solo, mas, quiçá, o senhor Deputado já esqueceu que houve uma inundação, já se esqueceu que, de facto, este ano houve um caudal muito grande no rio, gerando grande pressão sobre as poldras e que ainda não há condições para que essa intervenção que certamente será feita quando o tempo o permitir, que será no fim do Verão, naturalmente quando o caudal descer, será feito mas como, provavelmente, anda desatento, vem dizer destas coisas para aqui. -----

António José dos Santos, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----
Cumprimentos a todos. Senhor Presidente eu ouvi-o com muito agrado, ouço-o sempre com muito agrado e com muita atenção, o senhor Presidente a mim é que me dá impressão que não me ouve bem, porque vou-lhe dizer o seguinte e o senhor Presidente faz muitas vezes isto diz coisas que eu disse mas não é verdade. O senhor Presidente disse aqui uma série de coisas que eu disse, mas que não disse, nós já lá vamos. Eu estou um pouco nervoso, como sabe eu realmente, quando começo a falar fico sempre bastante nervoso, às vezes não consigo dizer logo as coisas, é o meu feitio. Mas vou-lhe dizer o seguinte, a minha intervenção teve a ver e não é dizer que está tudo mal. Quando venho aqui eu não digo que a nossa Cidade está mal eu nunca faço esse papel de dizer que está tudo mal. O que eu não gosto e o que me a mim me revolta imenso é que o senhor Presidente esteja já há vários anos, porque o senhor Presidente já está há vários anos a insinuar que o PSD só fez asneiras. Eu acho que o senhor Presidente devia olhar para trás e, perceber que o passado também, teve coisas que não foram tão bem feitas mas, também, tiveram coisas bem feitas, agora estar sistematicamente a dizer que tudo o que está para trás está tudo mal isso é, que lhe fica mal. E, portanto, quando eu acompanho o percurso desta Assembleia ao longo dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

anos, já quando estava na oposição, já criticava que estava tudo mal feito foi para o Executivo continua a dizer que o passado, o passado e o passado. O passado é bom para nós termos a nossa memória e a nossa memória leva-nos a coisas boas e, a coisas menos boas, mas estarmos sistematicamente a dizer que está tudo mal ou, que esteve tudo mal não pode ser esse o caminho e, se vai por esse caminho continuamos sempre em desacordo. Agora, eu venho aqui dizer que a Cidade está mal nunca, nunca fiz nenhuma critica, quando venho aqui aponto sempre alguma coisa que não está bem e, que possa melhorar e quando falava naquele aluno, disse que eu tinha responsabilidade? Aonde está a minha responsabilidade? O senhor Presidente até teve palmas quando disse que eu era o responsável por essa situação. Eu sou responsável pela situação do aluno não ter transporte? O senhor Presidente não diga isso porque eu não tenho responsabilidade nenhuma sobre isso, o que eu tenho responsabilidade é fazer com que o senhor Presidente fosse pressionado para que o aluno a partir do dia de ontem já fosse para a escola, ele ontem já estava na escola, mas até ao dia de ontem ele não tinha ido. E, portanto, quando eu vim aqui alertar para isso alguma coisa foi feita, porque ele ontem já estava na escola e, muito provavelmente hoje também está isso é que é bom. Agora eu vir aqui falar de coisas mal feitas, não, não falo, estamos esclarecidos sobre estes aspetos acho eu. Quando a gente vem aqui falar é para o bem de todos e este era para o bem deste aluno, não venha cá dizer que eu fui responsável indiretamente, porque eu não tenho responsabilidade nem direta nem indireta e no uso da minha função de Membro desta Assembleia eu posso levantar essa questão. O senhor Presidente dizer que, eu não posso chegar aqui e colocar a questão de que há um aluno que não tem transporte não venha dizer que eu não devo fazer essas coisas. A Escola tratou, a Câmara tratou, e eu entendi que as coisas não estavam a ser bem tratadas, e também, vim cá dar o meu apoio se consegui fazer alguma coisa foi bom se não consegui paciência para a próxima farei. -----

Relativamente, às poldras, também, disse que eu incentivava as pessoas a atravessar as poldras, eu não estou a dizer que as pessoas atravessassem as poldras, nem quero que as atravessassem nem eu, já as atravessei e já não tenho capacidade de as atravessar pelo menos a nado, pedra a pedra ainda salto. Mas vou dizer-lhe uma coisa, as pessoas fazem-no eu passo por lá muitas vezes, as pessoas atravessam as poldras e se atravessam não o devem fazer, mas fazendo-o temos que criar condições de segurança, não podemos dizer como a outra senhora "*a culpa é de quem se meteu no barco e o barco afundou*", não, não vamos por aí, se acontecer alguma coisa é evidente que nós não temos essa culpa, mas também, não podemos desvirtuar a situação, não, temos que criar condições mesmo não o podendo fazer, devemos criar condições para que nada aconteça. Acho que só foi isso que quis dizer. E não ponha palavras na minha boca, quando eu não as digo. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Bom dia, senhor Presidente da Mesa, senhores membros do Órgão Executivo e todos os membros presentes. Até parecia que a Assembleia estava demasiadamente morna. Dizer-lhe claramente o seguinte, sobre aquilo que foi dito, já percebo que evoluiu, já evoluiu um bocadinho e, portanto, já veio reconhecer que afinal tudo o que fazemos não é mau, há coisas boas, de facto, é um bom princípio, é um bom caminho. E, portanto, eu quando falo do passado, falo das coisas, más é verdade, falo muitas vezes das coisas más, sobretudo na lógica de que não haja falta de memória, porque a memória é importante e a história é fundamental não só para conhecermos o nosso passado, para explicarmos o presente e para evoluirmos para um futuro diferente. Estava a dizer que falo muito mal, olhe fale da dívida e a dívida é, de facto, um caso de ingestão, de uma má gestão, de uma impreparação e, porventura, é claramente o pior dossiê gerido e não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

vale a pena dizer que o problema já vinha de trás e em que dimensão. E, portanto, já tive a oportunidade de falar dessa gestão, mas se quiser voltamos outra vez ao assunto, trazer os números detalhados, atualizados ao euro e perceber que quando o PSD assumiu a governação do Executivo Municipal em 2001 (dois mil e um), o valor da dívida seria em termos de euros 14 000 000,00€ (catorze milhões de euros) ou 15 000 000,00€ (quinze milhões de euros), dos 14 000 000,00€ (catorze milhões de euros) ou 15 000 000,00€ (quinze milhões de euros) para os 38 000 000,00€ (trinta e oito milhões de euros), a coisa avançou muito! avançou muito! E, portanto, dizer que no final de 2017 (dois mil e dezassete), a Câmara pagava 1 000 000,00€ (um milhão de euros) de juros, era inimaginável e era insustentável. Portanto, eu vir aqui dizer que afinal essa era uma boa gestão, eu não posso, não posso, como também não posso vir aqui a dizer, por exemplo, que foi um bom ato de gestão que o financiamento Europeu existente para construção de um Pavilhão Multiusos, de uma Piscina coberta, de um Pavilhão Desportivo, não tenha sido aproveitado e que nos Concelhos vizinhos que têm menos população, tenha sido aproveitado, acha que é um bom ato de gestão esse? Continuamos então, então acha que é um bom ato de gestão, em finais de 2017 (dois mil e dezassete), o Concelho de Chaves estar a perder 70% (setenta por cento) da água que comprava? É um ato de boa gestão? Então quer que eu venha aqui tecer loas e considerações positivas a estas decisões? Certamente não quer. Então quer que venha aqui também a este Órgão, aqui a esta Assembleia Municipal dizer que pagar 3 000 000,00€ (três milhões de euros) de juros às Águas do Norte, foi um bom ato de gestão? Quer que venha aqui dizer que vender as ações, os dividendos para saldar contas de anos era um bom ato de gestão? Quer que venha aqui dizer que em 2017 (dois mil e dezassete) a dívida às Águas do Norte era de cerca de 9 000 000,00€ (nove milhões de euros) e que não pagavam a água às Águas do Norte, mas cobravam a água aos municípios? Isso era um bom ato de gestão? Se o senhor Deputado quer que venha aqui dizer o contrário do que qualquer cidadão de bom senso diz, isso eu não posso fazer, necessariamente. Agora dizer que houve projetos que foram bem concretizadas, não tenho problema nenhum, nem nenhuma azia em o dizer. A continuação do Programa Polis que foi um projeto conquistado por uma governação Socialista, foi um bom projeto, importante e que naturalmente contribuiu em termos urbanísticos, ambientais, paisagísticos e turísticos para a cidade, foi importante, algumas obras que foram feitas, como por exemplo o Centro Escolar, embora eu discorde da concentração e em vez de ser um, deveriam ser dois Centros, na minha perspetiva, era um na Madalena e outro em Santa Cruz, mas, ainda assim, uma boa obra. Algumas intervenções que foram feitas no espaço público, com certeza, foram boas obras, mas, ficamos muito aquém noutros setores, por exemplo, o que não se fez nas infraestruturas de rede de água e de saneamento, foi muito mal decidido, o que não se fez nas infraestruturas rodoviárias, foram incapacidades de anos, temos estradas completamente degradadas, não é possível, não é aceitável. Portanto, naturalmente que houve coisas boas, mas a minha avaliação global é má, é péssima, péssima pelo que eu disse antes. E, portanto, só isso, só basicamente isso, e só reiterar o que eu lhe disse, que foi o senhor Deputado que aproveitou o momento que era para pedir alguns esclarecimentos adicionais às atividades que foram desenvolvidas e que o Presidente teve, para outras coisas, isso é verdade. Depois dizer-lhe mais, o senhor estava enervado, mas eu não estou nervoso. Depois dizer-lhe outra coisa, quanto à questão da escola, o senhor Deputado continua a laborar num erro, o transporte estava contratado, sempre houve transporte. Portanto, vir para a Assembleia Municipal criar o ruído, a ilusão de que não havia transporte, é uma falácia, não é aceitável. Portanto, o que faria sentido, na minha perspetiva, era inteirar-se melhor na sua escola, e já agora, eu não sei exatamente qual é a sua função na escola, pensei que era o Coordenador para área dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, não o sei, mas vou saber, provavelmente, o senhor Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

explicar-me-á isso a seguir, ou eu vou-me inteirar mais da sua função na escola, porque, agora, fiquei curioso para perceber exatamente o que faz, vou perceber exatamente o que faz, fiquei curioso, fiquei mesmo curioso. Não precisa de explicar aqui, eu terei a oportunidade, não vamos gastar tempo à Assembleia, terei a oportunidade de numa deslocação à escola de inteirar-me do que faz. Não é aceitável vir para aqui criar ruído com uma situação que não era verdade, sempre houve transporte desde o princípio, o transporte que havia na altura, é o transporte que há hoje. O curioso é que a mãe não conhecia os professores na escola, a mãe só sentiu confiança para trazer o menino à escola, quando alguém da Câmara, neste caso o senhor Vereador da Educação, a atendeu, a recebeu, lhe explicou e lhe deu confiança, foi isso que aconteceu, não aconteceu mais nada, foi só isto. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES –
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022. INFORMAÇÃO Nº69/DEAS/2023; -----

A Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, **Maria do Céu Teixeira de Moraes Sevivas**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa do Relatório. -----

“Bom dia, ao senhor Presidente da Assembleia, aos restantes membros da Mesa, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Deputados, aos senhores Presidentes de Junta e restantes elementos. -----

Um cumprimento especial para os membros da Assembleia, que têm assento na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves. Estou presente nesta Assembleia para apresentar o Relatório de Atividades referente ao ano de 2022. -----

“A Comissão Restrita é composta sempre por um número ímpar, nunca inferior a cinco membros, sendo estes com assento obrigatório: -----

O representante da Educação, o representante do Município, o representante da Segurança Social - 21 horas, o representante das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social de Carácter Institucional), 21 horas e o representante da Saúde, 21 horas. -----

O representante da Saúde é a única entidade a cumprir com as 21 horas de tempo de afetação, uma vez que também o representante das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social de Carácter Institucional), só está a cumprir um horário de 7 horas semanais, e a Segurança Social desde o mês de maio do ano 2020, que retirou 7 horas, não tendo até ao momento cumprido com as 21 horas, colocando desta forma em causa um acompanhamento eficaz dos processos. -----

Relativamente aos elementos da Comissão Alargada, estes não têm acesso a processos, uma vez que o trabalho da Comissão Restrita é sigiloso e daí todos os dados, do relatório serem convertidos em números. O seu trabalho centra-se na prevenção, promoção e dinamização de atividades que visam os direitos das crianças. -----

Essas atividades, relativas à prevenção, foram divulgadas, quer nas redes sociais, nos jornais locais e junto das escolas. -----

Passo a apresentar o relatório anual que foi sujeito a aprovação em reunião da Comissão Alargada, no dia 31 de janeiro, tendo sido enviado para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Ministério Público, em fevereiro do presente ano. -----

No ano de 2022, a Comissão de Chaves trabalhou 243, processos, sendo que destes, 114 transitaram do ano de 2021; foram instaurados 93, processos novos e 29 reabertos e 2 vieram remetidos de outras comissões. -----

(Os processos reabertos tomam em conta crianças ou jovens com processo prévio na CPCJ, tendo sido arquivados, e voltando posteriormente a ser sinalizados, uma vez que os processos só podem permanecer na Comissão 18 meses, que é o limite temporal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*para acompanhamento dos mesmos, excepcionalmente, podendo ultrapassar esse tempo, com ordem do Ministério Público, instância superior à CPCJ. -----
Foram arquivados liminarmente, 8 processos (devido a informação indevida na sinalização). Havia 240, processos com medida e 3 transferidos para outra Comissão por competência territorial, o que perfaz um total de 243, processos. -----
Este último ponto ocorre aquando da mudança de residência da criança para outro Concelho, ficando a cargo da CPCJ da área abrangente correspondente à área de residência. -----*

Quanto às entidades que mais sinalizaram foram as autoridades policiais, PSP e GNR, com 33 processos, nos quais as problemáticas têm por base crimes de violência doméstica entre os progenitores e, conseqüentemente, com a exposição das crianças a estes comportamentos. -----

*Seguem-se os Estabelecimentos de Ensino com 28 sinalizações, relacionadas com o elevado número de absentismo, abandono escolar e comportamentos graves, antissociais ou/e de indisciplina; o Ministério Público sinalizou 21; os Estabelecimentos de Saúde 19; sinalizações anónimas 10; pais e familiares 7; e, por fim, com números pouco significativos, foi a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, vizinhos, particulares, Tribunal, Comissão Nacional, familiares e Cruz Vermelha Portuguesa. ----
Tem-se verificado um aumento de problemáticas inerentes à violência doméstica devido à falta de autoridade dos progenitores, em que estes se demitem da sua função de educar, de impor autoridade, persistência e determinação para manter os filhos em segurança, não exercendo sobre as crianças/jovens quaisquer poderes ou influência positiva. -----*

Também nos debatemos com o aumento da alienação parental, que tem um impacto negativo nas crianças e jovens, quer a curto, médio ou longo prazo, apresentando um comportamento opositor, desafiante, atitudes agressivas, sentimentos de culpa, dificuldades de relacionamento e vinculação, ao nível do sono e da alimentação. Os progenitores mesmo alertados não alteram o padrão de comportamento, expondo as crianças aos conflitos constantes entre eles. -----

Relativamente à modalidade de contacto para a CPCJ, o correio eletrónico é o mais utilizado, com 82 sinalizações, seguindo-se o escrito com 48(sendo algumas anónimas). Quanto ao número de crianças acompanhadas por escolaridade no ano de 2022, a faixa etária mais sinalizada foi dos 11 aos 14 anos, com 63 processos; dos 15 aos 17 anos com 52 processos; do zero aos 5 anos, 49 crianças; dos 6 aos 8 anos, 24 processos; dos 9 aos 10 anos, 17 processos; dos 18 aos 21 anos, 8 processos. O relatório faz referência a 28 processos não caracterizados é um erro informático. -----

Crianças acompanhadas por nacionalidade, a grande maioria, 194 eram de nacionalidade portuguesa, no relatório que foi enviado vêm mencionadas 22, crianças de nacionalidade desconhecida, porque à data da sinalização não existia informação relativamente à mesma; os restantes foram 11, do Brasil; 5 de França; 3 da Suíça e 1 de Espanha. -----

A problemática mais frequente foi a exposição à violência doméstica (com um total de 54 processos), sendo que até aos 2 anos, eram 8 processos de violência doméstica e 6 de negligência a nível da saúde; -----

Na faixa etária dos 3 aos 5 anos, a violência doméstica também foi a mais sinalizada, com 6 processos, seguida da falta de supervisão e acompanhamento com 5; -----

Dos 6 aos 8 anos, com 4 processos, as problemáticas de violência doméstica e de absentismo escolar e 2 de importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista; -----

Dos 9 aos 10 anos, 9 de comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina, seguindo-se com 5 processos, a problemática de exposição a comportamentos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem, 1 de importunação sexual e 1 de violação ou outro ato sexual. -----
Dos 11 aos 14 anos, 14 de violência doméstica, seguindo-se a problemática de comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina, com 13 processos; 6 de absentismo escolar e 6 de abandono escolar; 4 de ofensa física em contexto de violência doméstica e 1 de importunação sexual. -----
Dos 15 aos 17 anos, a problemática mais sinalizada passou a ser o absentismo escolar com 16; seguindo-se a violência doméstica com 12, e 4 de ofensa física. -----
Dos 18 aos 21 anos, havia 6 processos de absentismo escolar, 2 de abandono escolar; 1 de mau trato físico e 1 de comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina. --
A Comissão faz uma avaliação diagnóstica que pode ir até aos 6 meses e a partir daí, e caso se justifique, é aplicada uma medida de Promoção e Proteção ou caso o perigo não se tenha verificado ou não subsistir, é arquivado. Apesar da lei prever muitas medidas de promoção e proteção, a Comissão, a que mais aplicou foi a de apoio junto dos pais, com 15 processos, por forma a privilegiar o acompanhamento em meio natural de vida evitando o corte de laços familiares. -----
Seguem-se as medidas de apoio, junto de outro familiar com 14; acolhimento residencial, 1. -----
(As crianças só são retiradas aos progenitores, caso estes ou a família alargada não consigam dar resposta. Se houver um familiar que queira responsabilizar-se pelas crianças e reúna condições, nunca irão para uma instituição, pois esta medida é aplicada em última instância.). -----
Foram aplicadas 2 medidas cautelares de apoio junto de outro familiar. -----
Geralmente a Comissão de Chaves faz o acolhimento residencial na Escola de Artes e Ofícios, no Patronato de São José, na Casa da Criança na Régua, na Associação Via Nova, em Vila Real e nas Florinhas da Neve, por serem mais próximos, no entanto, um dos jovens, devido à urgência de o retirar e colocar em segurança, foi para Beja, porque foi a única instituição a dar resposta positiva. -----
Todos os dados deste Relatório estão na plataforma informática da Comissão Nacional. Devo reforçar a necessidade e a importância do trabalho em rede com outras instituições por forma a melhorar resultados e consequentemente conseguir dar uma resposta adequada a cada situação tendo sempre em conta o superior interesse da criança. -----
Vou salientar, o apoio prestado pela equipa da Ação Social do Município, Segurança Social, RSI (Rendimento Social de inserção), DGRS (Direção Geral de Reinserção Social), Forças de Segurança, Equipas de Mediação dos Agrupamentos de Escolas, Hospitais de Vila Real e Chaves, CHTMAD, Centros de Saúde e Cruz Vermelha Portuguesa-delegação de Chaves, que sempre que se justifica, colaboram connosco. No entanto, há uma lacuna a nível de instituições que possam dar uma retaguarda eficiente, sendo o (CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental), de extrema importância, pois há situações em que a CPCJ não consegue dar resposta, e este trabalho em rede faz com que se consigam superar ou atenuar alguns problemas. Gestão financeira - higiene da casa - confecionar alimentos. -----
Este serviço ainda não foi criado no distrito de Vila Real. -----
Vou fazer um apelo a todos os senhores Presidentes de Junta, que uma vez que têm um conhecimento privilegiado da população, nos façam chegar qualquer comportamento suspeito ou sinalizem qualquer suspeita de mau trato. -----
O Município tem estado sempre disponível para assegurar os meios necessários ao bom funcionamento desta CPCJ, tendo destacado a tempo inteiro, uma administrativa e duas técnicas superiores. Foi substituído algum mobiliário de escritório que já se encontrava danificado. Gostava de concluir com um agradecimento ao senhor Presidente, pelo apoio e disponibilidade demonstrada, pois sempre que a CPCJ requer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

apoio logístico, nomeadamente, viaturas, materiais, técnicos de informática ou qualquer outro serviço, somos atendidos com prontidão.”-----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos novamente. Só uma pequena intervenção. Obrigado pela apresentação e pelo trabalho desenvolvido, penso que foram aqui levantadas algumas questões que são importantes. Foi levantada uma preocupação, uma queixa, uma denúncia chamamos-lhe o que entendamos de que, as pessoas, as equipas previstas que deviam estar a tempo inteiro não estão completas, porque a Segurança Social só cede sete horas. A nós, como Deputados Municipais isto deve-nos preocupar, como cidadãos, como pais, como avôs ou, como queiram ver. -----

Depois a mim como cidadão importa-me pouco quem é que está em falta, tem que haver solução, ou seja, as IPSS, estão em falta ou, a Segurança Social estão em falta o, que importa às crianças é que as equipas estejam completas a mim interessa-me pouco de onde vêm as equipas. Acho que esta chamada de atenção é séria porque, o que é que nós estamos habituados nós vemos as coisas pela televisão, um dia que acontece uma tragédia, estamos todos sob escrutínio, estamos todos tristes, estamos todos penalizados e nessa altura é que vamos ver o que é que falhou, não é? Portanto, não é aceitável isto pois sei que há sempre interpretações eu, não estou a dizer que a responsabilidade é da Câmara, nem nada disso como é evidente, mas nós como Assembleia Municipal, temos o dever de entender que não é possível que as equipas a tempo inteiro da CPCJ, não estejam completas. A mim depois interessa-me pouco quais são as soluções, têm é que estar completas ou então chegar-se à conclusão que afinal não são precisos tantos e não me parece ser esse o caso e, não me parece ser esse o caso, acho que esta questão é indispensável. A mim chamou-me à atenção e tentei ouvir com atenção os dados todos não havia nenhuma referenciação, por consumo de álcool, por consumo de drogas e, por situações assim é um pouco estranho, vendo algumas situações, não sei, eu também percebo que não tem que passar pela CPCJ, naturalmente, mas que causou-me só uma certa estranheza. Finalmente é o aspeto que levantou da estrutura distrital que não existe ainda em Vila Real de aconselhamento parental, como é evidente tem que haver pressão política porque, se essas estruturas têm uma função, a função dos políticos de todos nós mais uma vez digo é exigir que o que depende por exemplo do Estado Central na estruturação e, nós sabemos que neste momento tudo o que é serviços públicos está com falta de gente, está com profissionais envelhecidos, está com profissionais desmotivados, mas é preciso que estas estruturas sejam feitas para que mais à frente, não estejamos a chorar sobre coisas que se podiam ter melhorado e que não se melhoraram. -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse. Muito bom dia a todos. -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público, Comunicação social e demais presentes. -----

“As comissões de proteção de menores, criadas pela Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, que entretanto sofreu três alterações, a Lei nº 31/2003 de 22 de Agosto, a Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro e a Lei nº 23/2017 de 23 de Maio, definem-se como instituições oficiais não judiciárias, com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O modelo de proteção de crianças e jovens, em vigor desde janeiro de 2001, apela à participação ativa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado e capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. -----

Neste sentido, destaco o trabalho meritório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves e o relatório de atividades de 2022 desta Comissão que aqui hoje a Sr.ª Presidente, Mª do Céu Sevivas, expôs de forma esclarecedora. -----

Para além de nos permitir ter um conhecimento real, objetivo e quantificável dos processos, categorizando as idades e problemáticas associadas, por forma a serem definidos objetivos claros para a criança ou jovem em perigo, encetando estratégias de intervenção apropriadas e adaptadas em toda a comunidade, ajuda-nos igualmente a perceber a grande importância do trabalho das comissões e do trabalho em rede, este cada vez mais essencial. -----

No âmbito das parcerias, importa referir o Protocolo realizado entre a CPCJ de Chaves e o Gabinete de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica da Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa, à semelhança do adotado pelas 6 Comissões do Alto Tâmega e Barroso. -----

Este Protocolo visa essencialmente promover o trabalho em rede e a articulação entre a CPCJ e a Estrutura de atendimento a vítimas de violência doméstica e a RAP - Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica.

A referida estrutura dispõe de técnicos especializados para apoio às vítimas de violência doméstica, profissionais esses também dotados de formação nas áreas da psicologia, serviço social e direito, que acompanham e orientam as vítimas desses crimes, não só vítimas adultas, como menores expostos a essa problemática. -----

Importa ainda realçar o trabalho realizado por um grupo de comissários da Comissão Alargada da CPCJ, composto pelo António Castanheira, representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação, pela Deputada Municipal Michele Costa e pela ora interveniente e Deputada Municipal Melissa Lopes, que deram continuidade e finalizaram o Projeto Adélia, que havia sido iniciado em 2019, dando assim um contributo na promoção da Parentalidade Positiva e na construção da Parentalidade livre de violência e promoção de comportamentos parentais respeitadores dos melhores interesses e direitos das crianças, numa lógica comunitária, sistémica e com foco na prevenção. -----

Termino, dando nota do envolvimento das escolas de todos os Agrupamentos de Chaves e do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro – Unidade de Chaves, com a colaboração da segunda secretária da Mesa da Assembleia Municipal e Comissária na Comissão Alargada da CPCJ, Isabel Seixas, que durante o mês de Abril, o mês da prevenção dos maus tratos na infância, se associaram à campanha do Laço Azul, merecendo desta forma destaque pelo trabalho em parceria com a CPCJ de Chaves. -----

Tudo isto, mostra-nos que o trabalho em rede, parceria, articulação e envolvimento de todas e todos é imprescindível e fundamental, sempre em prol do superior interesse da criança. -----

Citando o slogan da Comissão Nacional de Crianças e Jovens: “Serei o que me deres...que seja amor.” -----

António José dos Santos, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

Bom dia novamente a todos, ouvi atentamente o Relatório da CPCJ de Chaves na pessoa da sua Presidente e, venho aqui em nome do PPD/PSD dizer o seguinte: Louvamos o trabalho que diariamente a comissão restrita e a comissão alargada, desenvolvem em prol das crianças e jovens do nosso Concelho é, um trabalho que por vezes nos deixa alegres, por aquilo que conseguimos, mas é um trabalho de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

grande dureza, trabalhar na CPCJ, é um trabalho que não é para qualquer um, é preciso ter valores superiores para se conseguir fazer algo pela CPCJ. Por isso aqui estou eu, na minha pessoa e em nome do meu partido reiterar todo o apoio que for necessário para a CPCJ, louvar o trabalho de todas as pessoas que lá trabalham e dar o testemunho da grande articulação que a CPCJ faz com outras instituições, nomeadamente as instituições escolares. Portanto, o nosso agradecimento e continuem a trabalhar em prol destas crianças e jovens e acima de tudo nunca desistam porque elas merecem. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Muito bom dia novamente a todos, senhor Presidente da Mesa, primeiro secretário e segunda secretária da Mesa, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal, público presente, comunicação social e à senhora Presidente da CPCJ, naturalmente, um cumprimento particular. A informação que nos trouxe, que nos prestou e ainda que naturalmente sintética e estatística, é importante, para que percebamos todos que não podemos conhecer na substância a multiplicidade de situações que são trabalhadas pela Comissão. Percebemos ou, pelo menos, intuímos que, de facto, a complexidade que o mundo moderno e até o pós-pandemia nos trouxe. O que nós percebemos todos, é que, de facto, problemas que já existiam e que tinham uma relevância muito significativa, hoje são ainda mais intensos. De facto, a nota final que deixou e que traduz uma preocupação acrescida que tem a ver com esta circunstância de no ano de 2023 (dois mil e vinte e três) já estarem com um indicador semelhante ao de maio do ano passado. Isso diz bem daquilo que, de alguma forma, é algum alheamento que existe, em muitos casos parental, nas escolas. E nós percebemos que hoje existe nas escolas um comportamento diferente dos jovens, o comportamento dos jovens que, porventura, se traduz num processo de maior agressividade, processos de menor respeito pela autoridade dos docentes, processos de insubordinação relativamente a orientações que são dadas pelo pessoal que apoia, que auxilia nessa atividade, designadamente os assistentes operacionais e, de facto esse, é o motivo de particular preocupação. E é preocupação maior, porque nós sabemos que a CPCJ atua nas situações de quase limite e, portanto, muitas das situações que, quiçá, já traduzam um conjunto de perturbações onde existam dependência ou não de drogas, álcool ou dependência dos jogos que agora também, crescentemente, é mais uma das preocupações além desta crescente dependência intensa pelo digital, pela internet e que acho que é um problema que tem consequências gravíssimas de alheamento da realidade, de virtualização da realidade. Isso traz problemas gravíssimos para o contexto familiar e contexto da sala de aula e, certamente, isso obrigará todos, a comunidade no seu conjunto, a CPCJ, o Município, as demais Autarquias, as Direções das Escolas, a Saúde, a Segurança Social a, porventura, poderem complementar respostas que hoje já existam, sejam respostas numa idade menor, nas crianças de menor idade, seja nos jovens, porque é fundamental que percebamos para que depois partilhemos também, porque é importante que se faça o diagnóstico, que se equacionem soluções e depois que se redistribuam as respostas pela respetivas entidades. -----

Porque se é verdade que o Estado tem particulares responsabilidades e as Autarquias também, não é menos verdade que os pais e as escolas também têm iguais responsabilidades. Portanto, este trabalho de identificação, de identificação das causas próximas, ou mais distantes, daquilo que são os recursos e os meios disponíveis na comunidade e perceber o que é que depois podemos fazer melhor na articulação, na coordenação ou em novas respostas. Sim, é preciso trabalhar mais em rede, é preciso trabalhar de forma mais consistente, porventura, fazer muito mais. A Câmara Municipal de Chaves tem sempre uma predisposição para falar destas questões nas dimensões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

todas. É verdade que não tem os recursos financeiros que permitam encontrar todas as soluções. Daremos nota e temos dado nota às instituições no sentido de poderem também ajudar e contribuir com os recursos necessários para que o trabalho da CPCJ, seja feito ainda com mais qualidade. Reitero aquilo que foi dito por alguns dos membros desta Assembleia, e que, de facto, o trabalho da CPCJ tem qualidade e o que nós desejamos é que seja maior a qualidade e que essa qualidade se traduza numa diminuição daquilo que são os casos acompanhados ou os casos que ainda passam para uma fase tutelar e de resposta de uma dimensão ainda mais exigente quando passam para o Ministério Público, é essa expectativa, esse é um desejo. Mas pela informação que temos, sabemos que, porventura, o processo será o inverso, será da complexidade, será da dificuldade e será naturalmente da necessidade de mais respostas, de maior articulação e, porventura, trazendo para este processo outras instituições que existam neste contexto local ou regional, designadamente a Cruz Vermelha ou outras. Porque se nós conseguirmos mobilizar todos os recursos, faremos mais hoje ainda que não evite o reforço de recursos posteriores. Depois, termino como comecei, agradecendo o trabalho e o labor não só da Presidente, mas na sua pessoa cumprimentar todos e agradecer o trabalho laborioso, comprometido e presente, quer daqueles que fazem parte da comissão restrita, quer daqueles que fazem parte da comissão alargada. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse. -----

Queria-lhe agradecer em nome da Assembleia Municipal, o trabalho exemplar, determinado, profícuo que tem desenvolvido com a equipa é, de facto fundamental o vosso trabalho, daqui leva o nosso incentivo, porque é de facto fundamental esse trabalho que estão a realizar. Muito obrigado. -----

A Assembleia Municipal tomamos conhecimento. -----

Sendo doze horas e trinta minutos, foi interrompida a sessão para almoço. -----
Os trabalhos foram, entretanto, retomados às catorze horas e trinta minutos. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse, Boa tarde, vamos dar continuação à reunião da Assembleia Municipal, informo que a senhora Secretária da Mesa, Isabel Seixas, vai ausentar-se da Mesa, pretende fazer uma intervenção, vai dirigir-se à Bancada do Partido Socialista, não é necessário efetuar a sua substituição, pois a sua ausência é pontual. -----

PONTO 4 - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS. PROPOSTA N.º 06/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde a todos, depois deste período de descanso, deste interregno para dar alguma energia. Naturalmente, cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor primeiro Secretário, cumprimento os membros do Executivo Municipal presentes, todos os eleitos deste Órgão Deliberativo sem distinção, os senhores Presidentes de Junta e os membros eleitos diretamente, público que, porventura, ainda nos acompanhe e que resista, e toda a estrutura de apoio técnico a esta Assembleia Municipal. A proposta que trazemos à Assembleia Municipal, na sequência de uma deliberação tomada em sede do Órgão Executivo, refere-se a uma das matérias incluída no chamado pacote da transferência de competências que dá tradução à Lei 50/2018. No caso concreto, estamos a falar da transferência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

competências em matéria de Saúde. Como sabem, neste domínio as questões que se discutem são basicamente as que têm a ver com a manutenção e conservação de equipamentos: das instalações das várias Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde, nos Cuidados Primários e também com os recursos humanos. No que diz respeito aos recursos humanos, nomeadamente aos assistentes operacionais, tínhamos vindo a dizer de forma sucessiva que, na nossa perspetiva, aquilo que era a dotação alocada à concretização e materialização dessas competências, era manifestamente insuficiente. Entendíamos que o fundo de financiamento de descentralização definida para o Concelho de Chaves, no que concerne a estas várias dimensões, era manifestamente insuficiente. A verdade, é que em resultado de negociação, mas também de um contributo muito relevante que nesta matéria a Associação Nacional de Municípios tem levado a cabo, foi possível, no caso da Saúde, ver reforçadas as dotações financeiras naquilo que eram as questões mais frágeis, na nossa perspetiva. Portanto, neste contexto, passamos de uma proposta inicial, que foi sendo sucessivamente revista, de 448 000,00€ (quatrocentos e quarenta e oito mil euros), para uma solução final de 843 000,00€ (oitocentos e quarenta e três mil euros) e, portanto, temos aqui um reforço muito substancial de quase 400 000,00€ (quatrocentos mil euros), que resulta num reforço dos recursos humanos. ----- Neste momento, os recursos humanos da área operacional alocados aos 4 (quatro) edifícios nos quais se desenvolvem um conjunto de atividades nas diferentes unidades funcionais, são na ordem dos 32 (trinta e dois) assistentes operacionais; 16 (dezasseis) com contrato sem termo e 16 (dezasseis) com contrato a termo resolutivo, e, portanto, ao mesmo tempo, também houve um reforço significativo, na nossa perspetiva, no que diz respeito aos chamados custos logísticos e também na manutenção dos edifícios. Portanto, na nossa perspetiva, aquilo que foi o reforço das dotações financeiras neste domínio, acompanharam, embora, não totalmente, aquilo que era a nossa pretensão. Depois, para além destas questões e da necessidade que temos de concretizar estas matérias, o pior que nos pode acontecer, é que nestes domínios, haja pelo lado da Saúde, um descuido e por parte do Município, a rejeição. Houve uma razão que fez com que pudéssemos apresentar uma proposta que foi votada por unanimidade no Órgão Executivo para a aceitação da transferência dessa competência; e isso tem a ver com a circunstância de haver a possibilidade de, no âmbito do PRR, poder vir a ser captado algum financiamento para a requalificação de alguns dos edifícios que fazem parte deste pacote de transferências. Refiro-me, particularmente, ao edifício onde está o Centro de Saúde de Chaves nº 2, que, na nossa perspetiva, parece precisar de alguma requalificação. Portanto, a aceitação desta competência, por um lado, é a tradução de uma melhoria das condições financeiras que nos permitirão concretizar e materializar estas competências, mas, ao mesmo tempo, também, na nossa perspetiva, uma oportunidade de podermos captar financiamento e poder, ainda assim, em tempo, ainda que com uma janela já bastante apertada, podermos desenvolver os projetos, as iniciativas e os procedimentos que possam conduzir à contratualização de financiamento em sede de PRR. Depois, fazer as intervenções nos edifícios, não será, pelo que se sabe, nada parecido com a ambição, quer dos Profissionais de Saúde, quer da Direção, quer da própria ARS Norte, e que era fazer um novo Centro de Saúde. Não está prevista essa possibilidade. ----- De qualquer das formas, temos que trabalhar no sentido de que os edifícios que existem, particularmente o Centro de Saúde de Chaves nº 2 e o Centro de Saúde de Vidago, possam ter uma intervenção que permita melhorar as condições de conforto e as condições de uso. No caso do Centro Saúde de Chaves nº 2, alterar as condições físicas, e a forma como se desenvolve a prestação de cuidados de saúde, particularmente nas unidades de cuidados de saúde personalizados. É isso que nós propomos aqui. Foram estas as razões, as motivações, para que pudéssemos trazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

aqui, como levamos à Câmara Municipal, a aceitação desta proposta e que são, em síntese, duas: por um lado, o reforço das condições financeiras de materialização da competência e por outro lado tentar, ainda em tempo, poder vir a financiar a requalificação desses edifícios, porque, de outra forma, temo, mas é apenas uma preocupação, que a ARS Norte não seja capaz, por si só, de fazer esses investimentos em todos os edifícios que podem vir a ser financiados no âmbito do PRR e, como sabem, existe uma dotação no que diz respeito aos cuidados primários, é só. Muito obrigado. -

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde, do que eu depreendi e só se estiver enganado, se estiver enganando corrigem-me, isto no fundo, as Autarquias não têm alternativa a não ser a aceitação, não é? O senhor Presidente da Câmara, tenta encontrar um conjunto de justificações para um processo ao qual ele se opôs, não é a questão essencial, a questão financeira, a questão financeira é uma questão menor, a questão é de fundo e é da responsabilidade do Estado Central pelos cuidados de Saúde. Nós sabemos que, o primeiro passo é este e, este parece pequenino é só estruturas físicas são só os Assistentes Operacionais, mas isto é o primeiro movimento, o segundo aspeto que o tempo dirá certamente, se será relevante ou não, é que no meio disto tudo e com o que é típico de Portugal, já não digo só deste Governo, no meio disto tudo está em cima uma reforma e tanto quanto eu fui informado o Centro Hospitalar passa a Unidade Local de Saúde. Depois é perceber como é que se gere ao mesmo tempo, coisas que são competências da Autarquia, coisas que são competências Assistentes Operacionais, no Hospital que dependem do Estado, Assistentes Operacionais dos Centros de Saúde que dependem da Autarquia, não é? É um segundo aspeto. A posição da CDU, é nítida podendo sempre as Autarquias colaborar nos cuidados de proximidade, na deslocação de profissionais ou, de doentes em aspetos de apoio, mas o essencial das responsabilidades formais pelo pessoal, pelas estruturas, tem que ser do Estado Central porque com o tempo depende, do desempenho e das capacidades financeiras da Autarquia a resposta aos Cuidados de Saúde da população, comprometendo a universalidade e, a democraticidade dos acessos aos cuidados de saúde e, poderá o senhor Presidente da Câmara dizer que isto é irrelevante, são só as estruturas, mas é o primeiro passo e, o senhor Presidente sabe bem o que eu estou a dizer e, sabe bem que é um primeiro passo de muitos. -----
O segundo aspeto em relação, ao que foi a intervenção e o tema é saúde eu vou focar esse aspeto também, a Ministra da Saúde quando o Governo mudou meus amigos, senhor Presidente era a mesma! Quando, tomou posse em março, até setembro teve 6 (seis) meses para resolver a questão do Conselho de Administração e, não resolveu e, não resolveu! -----

A terceira questão é sobre os salários que houve, também, muita demagogia na intervenção do senhor Presidente e, eu vou recordar o senhor Secretário de Estado, esteve no nosso Concelho quando veio e eu vou explicar. Quando fez a intervenção o Secretário de Estado numa visita como Secretário de Estado mas no âmbito da pré campanha eleitoral em dezembro, perante uma pergunta colocada por mim no Centro Hospitalar disse *“O Governo tem consciência de que o principal problema da Saúde, neste momento é o salário dos profissionais, em especial dos Médicos porque reconhece que esse é um fator de saída em catadupa para fora do Hospital”* desde que ele falou isso o meu salário real baixou 8% (oito por cento), adicionais e quem depois invoca os salários de quem ganha pouco não é na preocupação do que ganha pouco, o que nós temos que perceber é que o colapso do Serviço Nacional de Saúde e, eu perdi Médicos no meu serviço porque, foram embora para a Bélgica ganhar o triplo do que ganham cá, mas não precisavam de ganhar o triplo cá se o salário cá fosse mais digno



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

não é? Porque nós depois, podemos fazer demagogia que há gente que ganha muito menos é verdade e, também, há gente que ganha muito mais eu também não vou fazer a demagogia de falar naqueles que trabalham em empresas públicas como gestores e que ganham muito mais a questão dos salários é primordial e é por isso que a questão das transferências de competências nos desemboca nos afasta de discutir o que é essencial e vamos acabar com o voto contra da CDU por votar uma coisa à qual o próprio Executivo, o próprio Presidente da Câmara, disse sempre que não estava de acordo, por imposição do Governo. -----

Termino com uma coisa os senhores membros desta Assembleia, não acham estranho que um Governo de boa-fé que queira defender as coisas precisou de um combate feroz da Associação Nacional de Municípios para passar de 448 000,00€ (quatrocentos e quarenta e oito mil euros), para duplicar as verbas? Então o Governo é incompetente ou queria esganar as Autarquias, ou queria esganar os Cuidados Primários de Saúde? Eles não sabiam as necessidades? Isto não pode ser um jogo de competição a ver se a Associação Nacional de Municípios, eu parto de um princípio que o Governo, que a Associação Nacional de Municípios, que cada um de nós aqui quer resolver da melhor forma as coisas. É como quando nós vamos a uma loja e nos pedem 5,00€ (cinco euros) e a seguir nos vendem por 2,50€ (dois euros e cinquenta cêntimos) a gente desconfia que quem nos está a vender não está a ser muito transparente aqui o Governo passou de 448 000,00€ (quatrocentos e quarenta e oito mil euros), para 843 000,00€ (oitocentos e quarenta e três mil euros) é estranho gostava de entender se foi o Governo que calculou mal, porque eu não quero acreditar que isto seja um jogo de influências, porque me parece que os 843 000,00€ (oitocentos e quarenta e três mil euros), serão mesmo necessários para apetrechar os Recursos Humanos dos Assistentes Operacionais que no essencial a verba se destina a isso. O que me espanta como cidadão é que tenha que haver este conflito, como se não tivéssemos que estar todos do mesmo lado que é a solução dos problemas neste caso dos Cuidados Primários de Saúde. -----

Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde a todos, começo por cumprimentar desde logo o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Secretário da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, a senhora e senhores Vereadores, as senhoras e senhores Deputados Municipais, as senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores presentes nesta sala, funcionários e colaboradores, comunicação social que eventualmente esteja na sala, e um cumprimento especial ao público constituído por estudantes e professores que hoje nos brindaram com a sua presença no período da manhã. -----

“A lei de Bases da saúde, aprovada pela Lei 95/2019, de 4 de setembro, descreve e define na Base 1: -----

-O direito à proteção da saúde, como o direito de todas as pessoas gozarem do melhor estado de saúde físico, mental e social, pressupondo a criação e o desenvolvimento de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam níveis suficientes e saudáveis de vida, de trabalho e de lazer. -----

Refere no ponto 2 que o direito à proteção da saúde constitui uma responsabilidade conjunta das pessoas, da sociedade e do Estado e compreende o acesso, ao longo da vida, à promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, a cuidados continuados e a cuidados paliativos; no ponto 3 que a sociedade tem o dever de contribuir para a proteção da saúde em todas as políticas e setores de atividade. E no ponto 4 que o Estado promove e garante o direito à proteção da saúde através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), dos Serviços Regionais de Saúde e de outras instituições públicas, centrais, regionais e locais; A Base 8 atribui às Autarquias locais, a participação na efetivação do direito à proteção da saúde, nas suas vertentes individual e coletiva, nos termos da lei. Designadamente, no acompanhamento aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sistemas locais de saúde, em especial nos cuidados de proximidade e nos cuidados na comunidade, no planeamento da rede de estabelecimentos prestadores e na participação nos órgãos consultivos e de avaliação do sistema de saúde-----

O Decreto-lei 23/2019, de 30 de janeiro concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto enfatizando a: -----

a) Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção; -----

b) Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; -----

c) Gestão dos trabalhadores, inseridos na carreira de assistente operacional, das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS); -----

d) Gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos ACES que integram o SNS; -----

e) Parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo. -----

A concretização da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde, em conformidade com a legislação referida assume uma importância crucial, presente e futura na validação dos pressupostos subjacentes nomeadamente nos propalados princípios de subsidiariedade, de descentralização e de autonomia para o poder local. -----

Cumprindo o quadro legal em vigor, este município manifestou, de forma assertiva durante o processo de análise das primeiras propostas a sua discordância face aos mapas finais de montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização elaborada pela tutela, discordância sustentada na identificação, por parte da autarquia, de uma dotação insuficiente nos mapas finais de montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização, que garantissem a boa concretização da competência a transferir e acautelasse a eviçãõ de um ónus preditivo de precariedade financeira e insuficiência económica capaz de colmatar as necessidades e os custos. -----

Em janeiro de 2023, retomado o processo negocial com os representantes do Ministério da Saúde e da Administração Regional de Saúde do Norte, surgiu uma nova proposta de mapas finais de montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização que traduz um incremento de 395.208,00€ em relação à proposta inicial, corroborando os argumentos apresentados pela autarquia, de insuficiente dotação no mapa de montantes financeiros. Esta nova proposta traduz um nível financeiro suficiente para assegurar, de forma satisfatória, o conjunto de competências a transferir neste domínio. Reconhecendo proatividade e rigor na condução deste processo, acompanhando o envidar de esforços na operacionalização efetiva desta transferência de competências, na expectativa de consecução dos objetivos previstos, acreditando que estão salvaguardados os referidos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, reiteramos a confiança também na estrutura desta proposta, que o grupo parlamentar do partido Socialista vai aprovar.”---

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde, a todos os presentes, senhor Comendador Altamiro Claro, respetivos membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, membros presentes, senhores Deputados Municipais, público que esteja presente, senhores Presidentes de Junta, demais flavienses e pessoal de apoio. Não tenho nada preparado, não era suposto vir aqui, mas foi a segunda vez hoje que uma coisa me causou estranheza, tivemos aqui o senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, eleito pela CDU,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

pela segunda vez a fazer uma intervenção de defesa do Serviço Público, desta vez sobre a Saúde e a Educação, se não estou enganado. No final da sua intervenção e eu quero acreditar que, o que disse, o fundamental do que disse é partilhado por todos nós, particularmente pelo senhor Presidente da Câmara, porque faz a gestão e, saberá melhor provavelmente do que qualquer um de nós, o quanto custa estas valências virem para o Município. No grosso da sua intenção foi uma defesa do Serviço Público de Saúde e, do Serviço Público da Educação, talvez por uma questão de partidarite os únicos aplausos que vieram, vieram das bancadas de direita, num assunto que é muito mais caro à esquerda e quero fazer uma ressalva ou Presidentes da Junta, que bateram palmas agora eu não sei quem são os Senhores Presidentes, peço desculpa, mas houve pelo menos dois Presidentes de Junta, à esquerda que bateram palmas, ao senhor Deputado, Manuel Cunha, eu achei isto muito estranho. O meu Partido é um Partido grande, como o Partido Socialista, tem pessoas mais ao centro, mais até ao centro esquerda ou à direita, o Partido Socialista terá pessoas de esquerda se calhar até ao centro ou até centro de direita mas, numa intervenção que nos devia unir a todos porque, nosso principal Partido devia ser o nosso Concelho e o nosso País e, o Serviço Nacional de Saúde é defendido por praticamente todos os Partidos representados nesta Assembleia foi, fundamentalmente, a direita, que bateu palmas a uma intervenção de defesa. Isto não faz qualquer sentido político, desliguem-se um pouco dos Partidos sobre tudo nas questões Nacionais porque o nosso Partido tem que ser Chaves e Portugal. Muito obrigado. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Obrigada, senhor Presidente. Renovo a todos os meus cumprimentos, eu também não tinha pensado aqui vir, mas não posso deixar de reagir invocando a defesa da honra do Grupo Municipal que muito me orgulho de representar. Dizer que, de facto, eu não olhei para trás nem tenho como missão nesta Assembleia e julgo que ninguém devia ter aqui a mensurar ou, a identificar quem bate mais ou menos ou, quem é que faz aplausos ou, deixa de fazer. Dizer, não obstante, que para além da defesa do Serviço Nacional de Saúde que todos, efetivamente, quero acreditar nesta sala nos orgulhamos e defendemos e quanto a isso o Partido Socialista tem uma história atrás de si tem inclusivamente ligado a si o fundador o saudoso Arnaut do Serviço Nacional de Saúde. Portanto, não vamos entrar aqui em messas dizer que tenho é a certeza que esses aplausos que admiraram o senhor Deputado, não tivesse havido na intervenção do senhor Deputado, Manuel Cunha críticas implícitas e outras explícitas à governação Socialista e, certamente elas não teriam acontecido. Portanto, o que os senhores Deputados aplaudiram não foi o Serviço Nacional de Saúde, não foi o Deputado Manuel Cunha, foram as críticas ao Governo Socialista e quanto a isso!... -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito boa tarde, senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, membros do Órgão Executivo e distintos membros desta Assembleia Municipal. Parece que, de facto, a questão que foi suscitada e as intervenções que aqui foram evidenciadas, não foram, certamente, relacionadas com a questão que estamos aqui a discutir. Percebo esta vocação do senhor Deputado Manuel Cunha, da CDU, porque, porventura, não leu a proposta e, portanto, significa que veio aqui falar, mais uma vez, das questões que sempre motivam as suas intervenções na área da saúde. Percebo e entendo, que se tivesse lido com atenção a proposta, perceberia uma coisa muito simples: primeiro, há uma inevitabilidade, não interessa ao Presidente da Câmara, nem a estes Órgãos estarem sistematicamente a bradar que são contra este modelo de transferência de competências, não interessa. Portanto, o que nós procuramos fazer, e já o disse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

relativamente à Educação, não sei se se recordam, é “mutatis mutandis” relativamente à Saúde. Porque, do que nós estamos aqui a falar, é de uma inevitabilidade, somos democratas, existe uma Lei e vamos cumpri-la. Então, se vamos cumprir essa Lei, cumpramo-la da melhor forma que sejamos capazes. E como é que o fazemos? Não só por gestão, não só com coordenação, mas com recursos e o que quisemos fazer foi, sobretudo, garantir que a solução definitiva que tinha este Órgão, vinha em moldes que permitisse que o Município, nas áreas que são da sua responsabilidade, conservação, manutenção dos equipamentos, também na dimensão dos recursos humanos, apenas nos assistentes operacionais, tivesse as condições de o fazer de forma adequada. Foi isso que quisemos fazer, não mais que isso e, perdoe-me, é sempre um processo negocial. -----

O que é que os sindicatos fazem senão um processo negocial? Até parece que o senhor Deputado, Manuel Cunha, não conhece os processos negociais? Com todos. Não há um conflito. Como sabe estamos todos a competir, todos. Senhor Deputado, Manuel Cunha, não acha que estamos todos a competir? Estamos sempre todos a competir, o senhor Deputado está a competir dentro do Hospital com outros profissionais e está a competir com outras organizações e, portanto, este processo de competição mais evidenciado, menos evidenciado, mais intenso, menos intenso, esse processo de competição faz parte da dinâmica das comunidades não vale a pena dizer que é o contrário. E, portanto, dizer o seguinte, o resultado final não foi porque a dotação inicial não correspondesse àquilo que estava a ser gasto na Saúde, não, o que nós defendemos foi outra coisa, é que a perspetiva que nós tínhamos, é que o valor gasto na Saúde era insuficiente para cumprir as obrigações do serviço público. Portanto, a área que tem uma expressão mais relevante, é mesmo a dos recursos humanos. Dir-me-ão, é verdade que o resultado final não resulta também da circunstância de ter havido pandemia, e nesse contexto, ter havido um reforço também nas áreas operacionais, e isto, traduziu-se nesta solução. É verdade, só que é uma solução que fica perene, fica para o futuro e, portanto, é uma vantagem. Depois, dizer mais, sinceramente, dizer mais, com todo o respeito que tenho pelo senhor Deputado, Manuel Cunha, muitos dos seus discursos deviam ser feitos na Assembleia da República, muitas das suas intervenções, das intervenções que faz aqui neste Órgão, acho que deviam ser feitas na Assembleia da República, se calhar, a apetência do senhor Deputado, Manuel Cunha, é pela Assembleia da República, é ser Deputado, se calhar, é essa a sua ambição e não estar aqui. -----

Portanto, é isto, porque as suas intervenções são sempre de natureza nacional, quase sempre, e pior do que isso, traduz uma visão centralista. É curioso como é que o PCP é o Partido mais centralista e centralizador que eu conheço, é uma coisa estranha, a mim causa-me alguma confusão. Percebo que estou a sair do assunto, porque todas as decisões que o Partido toma são do Comité Central, independentemente do Território, parece que são boas para todo o Território e não é assim, essa é a visão do reino, essa é a visão da Capital, parece-me inadequado, é a minha perspetiva. Portanto, parece que o PCP é contra a regionalização, é contra todos os processos de concertação, mas parece. É que “pelos atos os vereis” diz a Bíblia e, é o que quero dizer, dizem que é uma coisa, mas na prática são outra, enfim, temos que nos entender, sempre que se expressa sobre questões concretas, são contra, ainda que sejam a favor da regionalização, é curioso, não é? É um paradoxo. E, depois, nestas matérias, e particularmente nesta, trouxe outra vez para a discussão os Cuidados Hospitalares. Eu percebo, é da área Hospitalar e tende sempre a focar a sua intervenção na área Hospitalar, eu entendo perfeitamente isso. Se reparar, quando estamos a discutir cuidados primários, e a falar de questões apenas de logística de assistentes operacionais, falou novamente de quê? Do Serviço Nacional de Saúde, na perspetiva Hospitalar. Curiosamente, não é a mesma coisa. Portanto, é esta a visão centralista dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Hospitais, relativamente à Saúde. Eu disse uma vez e continuo a dizer, a Saúde tem que ser gerida pela saúde e não pela doença, enquanto continuarmos a querer gerir a Saúde pela doença, vamos estar mal. -----

Voltando outra vez à questão, dizer-lhe que naturalmente estamos todos de acordo, que é preciso melhorar o estatuto remuneratório, com certeza, dar-lhe mais dignidade, com certeza, isso faz-se com dinheiro e o País tem que se entender como um todo, onde é que quer gastar esse dinheiro? É fundamental, porque o dinheiro não se gasta duas vezes, só se gasta uma e, portanto, temos que nos entender: -----

Primeiro, se temos capacidade de arrecadar mais recursos; segundo, se os recursos que existem podem ser geridos de forma mais eficiente, libertando mais recursos para outras intervenções e outras prioridades; terceiro, não estamos em condições de fazer nenhuma dessas coisas e, portanto, é algo que o País tem que decidir, só que esta discussão sistematicamente feita por si, é uma discussão relativamente à qual nós não acrescentamos muito, a não ser acrescentar, nalguns casos, argumentos para a reclamação e para o protesto e fá-lo-emos com certeza, mas noutros casos, não acrescentamos nada, porque não contribuimos nada para a decisão efetiva. E, portanto, dizer claramente que sinto, às vezes, verdadeiramente que o seu espaço, era o Plenário da Assembleia da República e não o Plenário desta Assembleia Municipal. É, sinceramente, aquilo que eu sinto das suas intervenções e, portanto, era basicamente isso que eu queria dizer. -----

Quanto à intervenção da senhora Deputada Municipal, Isabel Seixas, do PS, que fez aqui uma intervenção sobre aquilo que devem ser os sistemas de Saúde Públicos no que diz respeito aos Cuidados Primários nesta visão daquilo que são as suas missões e as suas prioridades e muito bem enunciadas, verdadeiramente. Se calhar, temos todos que ser lembrados, na minha perspetiva, de quais são as missões principais dos Cuidados de Saúde Primários e, muitas vezes, esquecemo-nos que são, sobretudo, uma das três dimensões e que não estão ligadas à questão da cura, enfim, daquilo que é o tratamento, mas muito daquilo que tem a ver com os estilos de vida, com a alimentação saudável, com a prevenção que muitas vezes não fazemos. Nas sociedades modernas, é curioso, trabalhamos para depois termos doenças, a seguir trabalhamos para curar essas doenças, enfim, são estes paradoxos da sociedade moderna que todos nós interpretamos diariamente, mas faz parte desta idiosincrasia dos seres humanos. -----

Depois, quanto à intervenção do senhor Deputado, Carlos Gouveia, do PSD; o senhor Deputado anda por aqui há pouco tempo, porque, senão, perceberia claramente que há uma identificação muito grande entre o PSD e a CDU na Assembleia Municipal ao longo dos tempos, ou não?! E, naturalmente, chamo à colação a intervenção da senhora Deputada do PS, Brigitte Gonçalves, porque traduz exatamente o que esteve aqui em causa. Não foi o facto dos senhores Deputados acreditarem no SNS, primeiro, porque não acreditam, e foram contra a sua criação, isso é uma evidência, é uma constatação histórica; segundo, acreditam num Sistema Nacional de Saúde, mas não no Serviço Nacional de Saúde que é uma coisa diferente. Portanto, os senhores Deputados virem aqui dizer que, afinal, defendem o Serviço Nacional de Saúde, é uma hipocrisia pura, na minha perspetiva. O que os senhores Deputados fizeram aí, foi verdadeiramente o quê? Aplaudir alguém que gritou contra o Governo e que grita com a gestão Autárquica, foi o ponto de encontro, foi o ponto de interesse, não foi mais nada do que isso. Se fosse quanto ao demais, quanto ao Serviço Nacional de Saúde ou ao Serviço Público da Educação acredite que os senhores Deputados não bateriam palmas. Obrigada. -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----
Renovo os cumprimentos a todos os presentes. Relativamente à intervenção da senhora Deputada, Brigitte Bazenga, é uma intervenção que faz sentido, penso que faz todo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sentido fazer a defesa da honra da sua bancada, mas a intervenção do senhor Deputado, Manuel Cunha, a meu ver não criticou a governação do senhor Primeiro Ministro, de António Costa, pode-se ir até à governação de Passos Coelho, Partido Social Democrata, pode-se ir até à governação de José Sócrates, Partido Socialista, pode-se ir até à governação de Durão Barroso, Partido Social Democrata, pode-se ir até à governação de Santana Lopes, Partido Social Democrata e até se pode ir até ao segundo Governo de António Guterres, Partido Socialista. A crítica do senhor Deputado, Manuel Cunha, é transversal a todos os partidos é completamente transversal a todos os Partidos. -----

Relativamente, ao que disse há pouco o senhor Presidente, quer dizer estamos aqui numa Assembleia Municipal, onde temos as bancadas que representam os Partidos é um pouco estranho ver a defesa da bancada ser feita por alguém que deveria estar um pouco à parte desta discussão, porque esta discussão não tem rigorosamente nada a ver com o senhor Presidente, realmente estamos completamente fora dos trabalhos, tem toda a razão. O senhor Presidente da Mesa, poderia ter cortado a palavra, o senhor Presidente da Câmara, não tem rigorosamente nada a ver com esta discussão até por uma questão de respeito ao Órgão Assembleia Municipal. Eu não o ataquei, penso que o senhor Presidente da Câmara, tem exatamente a mesma posição que nós nesta questão e que iremos votar a favor da proposta, porque sabemos que é uma inevitabilidade, sabemos que foi de um processo negocial, não temos rigorosamente nada a obstar a esta proposta. Os senhores Vereadores, que foram eleitos pela Coligação Chaves-Primeiro, aonde se enquadra o PSD, votaram a favor da proposta, portanto, estamos aqui a fazer se calhar um exercício político, que de vez em quando falta a esta Assembleia. Mas, não é preciso o senhor Presidente da Câmara, vir defender uma bancada que tem uma Presidente que veio e, bem, eu posso concordar ou discordar mas veio e bem defender a sua bancada e, depois tivemos o senhor Presidente da Câmara, vir também a defender a mesma bancada não faz sentido, não faz sentido, se a Presidente já fez a defesa e muito bem é um assunto entre bancadas não é um assunto para o senhor Presidente. Só uma coisa rápida não hei-de voltar aqui para responder a uma questão, que para mim não é uma questão, que o senhor Presidente, eu já vi que já pediu a palavra. Muito obrigado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Pedido de esclarecimento -----
Só dizer quatro coisas telegráficas um pessoal, se há coisa que me dá a maior liberdade do Mundo é que eu sou isento de ambições de qualquer tipo, quem me conhece bem sabe que sou completamente isento e nunca sonhei ser deputado. Segundo o senhor Presidente deu-me razão, reparem o que é que disse isto é uma competição isso é que é terrível porque, os Municípios que competirem melhor vão poder pagar melhor na área da Saúde tenebroso, isto, é tenebroso porque é isto que nós não queremos. A ideia de que isto é uma competição entre Municípios a ver quem é mais capaz, de ir buscar mais dinheiro é um erro. Terceiro esclarecimento é, desonesto embora eu saiba que o senhor Presidente, não o fez de propósito confundir municipalização com regionalização, não tem que ver e quem bloqueou a regionalização foram as duas bancadas. Obrigado. ----

Helena Cristina Gonçalves Santos, pelos **Independentes**, no uso da palavra, disse, - Bom dia, excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos senhores Vereadores, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta, excelentíssimos senhores Deputados, público, comunicação social e pessoal de apoio. -----

Não sou fundamentalista, relativamente à questão de que o poder Local possa ter outras competências que não o poder Central, se o poder Central não pode fazer, o poder Local



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

deve realizar. -----

Encerrou o debate o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Renovo cumprimentos à Mesa, aos senhores membros do Órgão Executivo e a todos os eleitos desta Assembleia Municipal. É verdade que o senhor Deputado, Carlos Gouveia, do PSD, sintetizou bem, mas concluiu mal, porque, efetivamente, a questão que tinha vindo a ser suscitada, era uma questão marginal, lateral que de facto não tratava o objeto deste ponto da Ordem de Trabalhos, foi isso que acabei por dizer. Então, voltemos um pouco àquilo que foi o Período Antes da Ordem do Dia relativamente à visão que cada um de nós tem de como é que a Saúde em Portugal se deve organizar. Sistema de Saúde, no modelo que tem sido o modelo tradicional de Serviço Nacional de Saúde, se num modelo diferente com graduações, com evoluções, enfim, com soluções novas e, se calhar, dentro de todos os partidos haverá pessoas que defendem coisas até, às vezes, diametralmente opostas. Foi o que quis dizer, aqui, há pouco, respondendo ao senhor Deputado Manuel Cunha, e que não quis ofender de forma nenhuma, não foi minha intenção fazê-lo e penso que não o fiz, mas discordando da sua opinião, apesar de ser um convicto e fervoroso defensor de Serviço Nacional de Saúde. Quem me conhece, sabe que sou, e tenho até posições que estão muito à esquerda das posições do Partido Socialista. De qualquer das formas, ainda assim, entendo que há um trabalho muito importante a fazer de melhor articulação dos Cuidados de Saúde Primários e dos Cuidados de Saúde Secundários e, se calhar, também de outro tipo de Cuidados de Saúde, integrando-os todos, gerindo melhor, coordenando melhor, articulando melhor, sem visão de capelas, de áreas de intervenção prioritárias, isso é absolutamente decisivo. No caso em concreto, eu disse-o ontem e digo hoje, não acredito muito que da forma como a solução, neste particular da Saúde, foi desenhada, que o incremento da qualidade vá acontecer, não me parece que tenhamos condições com esta proposta para que os Cuidados Primários acrescentem em qualidade, não vejo que daqui resulte muito disso, poderá acontecer, melhor gestão, maior eficiência, com menos fazer-se mais. Ou seja, é possível, porventura, que nos domínios da manutenção, da conservação, possa haver maior proximidade e maior capacidade de gestão, que com o mesmo recurso nos possamos fazer mais. -----
Portanto, significa isto, que haverá condições de infraestruturas e logísticas melhores, quanto à questão essencial que é a prestação de cuidados, com certeza que não, isso não haverá com certeza, nenhum upgrade, nenhuma evolução positiva resultante desta proposta, quanto a isso, sim. Depois o que eu quis dizer foi que fizemos o processo que entendíamos que era fundamental, chegámos ao momento em que nos pareceu que podíamos ter condições para aceitar esta competência porque não haveria outra solução, podíamos dilatá-la no tempo, podíamos continuar na negociação, na nossa perspetiva, entendemos que não era oportuno, porque isso podia pôr em causa uma perspetiva, uma ambição de podermos captar algum investimento para fazer alguma requalificação. Esperemos que alguma coisa, seja de alguma dimensão, mas, ainda assim, acho que temos que explorar esse caminho, porque o contrário podia ser nada fazer, esperar mais um ano e daqui a um ano, porventura, não haver condições nenhuma para podermos financiar alguma intervenção. Ao mesmo tempo a Entidade Regional de Saúde, que como sabem, também está em processo de reorganização dos serviços desconcentrados do Estado, sobretudo, ao nível das Direções Regionais. Como sabem, há uma resolução que define quais são os serviços, faltando ainda, nalguns casos, fazer a separação de algumas áreas que ficarão nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e aquelas que ficarão independentes da tutela direta das Direções Gerais. Também vai acontecer nas Administrações Regionais de Saúde. Portanto, também vai haver competências das Administrações Regionais de Saúde que vão passar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

algumas passarão para a estrutura que hoje faz a gestão do SNS, ou outros modelos. Depois, dizer-lhe que não sei mesmo nada sobre essa questão das Unidades Locais de Saúde, não sei mesmo nada. De facto, o que sei, é a leitura que vou fazendo e que vai saindo na comunicação social, não sei mesmo mais nada. Por isso, é que temos pedido uma audiência para que, eventualmente, nos possa ser explicado que pensamento formal ou formalizado já existe hoje que nos permita perceber no caso em concreto do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro qual é o modelo que vai ser defendido, que solução orgânica e funcional está a ser pensada. Porque se é verdade, que se se avançar para uma solução de Unidade Local de Saúde, depois falta saber como ela se constitui. Se é uma Unidade Local de Saúde na estrutura global, de tudo o que é o Centro Hospitalar e, portanto, uma Unidade de Saúde Local, com essa abrangência e, portanto, significará que queiram fazer a integração vertical dos serviços e ganhar com isso algumas sinergias de gestão. Ficaremos nesse domínio com a responsabilidade de gerir as instalações dos Cuidados Primários e também os assistentes operacionais, não sendo desejável, e não é nada de novo porque já acontecia na Educação em que havia assistentes operacionais que eram dos Municípios e assistentes operacionais que eram do Ministério da Educação, lá saberemos encontrar as melhores soluções. E, portanto, estaremos cá para que, em cada momento, possamos encontrar as melhores soluções, é isso que faremos, é isso que naturalmente concretizaremos. -----

Depois, dizer-lhe que tenho bem clarificado os conceitos de descentralização e de desconcentração, sei bem do que falo, o conceito de municipalização já é um conceito novo relativamente a estas figuras da desconcentração e da descentralização. Neste momento, há vários momentos, o momento da descentralização, que tem a ver com a transferência de competências para as Comunidades Intermunicipais, para as Áreas Metropolitanas, para as Autarquias Locais, e, ao mesmo tempo há um processo de desconcentração da Administração Central para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. É um movimento que nos parece interessante de aproximação, que traduz aquilo que a senhora Deputada, Helena Cristina, aqui caracterizou e que posso dizer que é o princípio da subsidiariedade e que foi o que veio aqui referir. Também acredito muito no princípio da subsidiariedade que consiste em conseguirmos a nível local, estando mais próximo dos problemas, encontrar as soluções. É desejável que isso aconteça. Agora, muitas vezes, a maior dificuldade está em identificar verdadeiramente quais são as melhores soluções para resolver esses problemas. É nisso que estamos focados diariamente, é nisso que nos empenhamos, às vezes acertamos e outras vezes erramos. Obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com sessenta votos a favor e um voto contra. -----

PONTO 5 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA SOCIAL. ALTERAÇÃO DO DL55/2020, DE 12 DE AGOSTO. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS. INFORMAÇÃO /PROPOSTA /DEAS/SHSDPC/Nº11/2023, -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, membros do Órgão Executivo e Membros desta Assembleia Municipal. Muitas das questões e daquilo que foi enunciado há pouco, aplicar-se-ia também, aqui, à questão de mais uma das matérias que está em processo de transferência. estamos a falar da Área Social. Como sabem, na Área Social existem, basicamente, duas áreas em questão, que fazem parte do diploma que concretiza a transferência neste domínio. Por um lado, tem a ver com o acompanhamento do todas as pessoas e de todos os cidadãos que recebem o Rendimento Social de Inserção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Portanto, tem a ver com essa dimensão de intervenção e depois tem a ver com outra dimensão que é o atendimento social feito nos Municípios. Nós dissemos sempre que nesta matéria, pese embora, entendamos que aqui neste domínio podemos ter uma intervenção crescente, aliás, em muitos casos já o fazemos diariamente sem termos competência, porque é verdade que nas áreas sociais os Municípios sempre assumiram uma preponderância que em muitos casos estava para lá das suas competências, portanto, aqui, sim, desde que houvesse recursos necessários, podê-lo-íamos fazer. --- O prazo limite para a aceitação dessa competência tem sido sucessivamente prorrogado, e termina no dia 3 (três) de abril deste ano. O que nós aqui propomos, é que, de facto, esta transferência se possa efetivar apenas no dia 3 (três) de abril do ano em curso, permitindo-nos também, a nós, recrutarmos e encontrarmos as soluções técnicas para podermos dar tradução não só às matérias que têm a ver com o acompanhamento na área social, mas também no que diz respeito ao acompanhamento, fiscalização, validação e informação dos beneficiários do Rendimento de Inserção Social. É isso que aqui propomos para que possa, naturalmente, ser votado por vossas Excelências. Nós, neste caso, a única coisa que podemos fazer, é adiar até ao dia 3 (três) de abril, porque a partir do dia 3 (três) de abril, ou sim, ou sim, temos que aceitar! Neste domínio e à semelhança do que aconteceu, se bem se recordam, com a Educação que a data limite era 1 (um) de abril de 2022 (dois mil e vinte e dois), a partir da qual tivemos que aceitar imperativamente sem nenhuma margem de discussão essa competência. Também aqui, o prazo limite para a prorrogação, para a aceitação desta competência, porque essa transferência será automática, resulta da Lei, é “ope legis”, e será transferida para os Municípios a partir do dia 3 (três) de abril. Mas temos que tomar uma deliberação hoje para que em vez de ser efetivada já, se possa efetivar apenas no dia 3 (três) de abril. Basicamente é a prorrogação relativamente a esta competência, devendo dizer, em abono da verdade, que houve aqui um reforço ainda não muito significativo, não tem a expressão que tem no domínio da Saúde. Houve reforço porque estava previsto haver o financiamento do único técnico para o serviço de atendimento social e agora em função da nossa capacitação e do número de processos, passam a dois. Portanto, há aqui um ligeiro incremento não muito substancial. Ainda assim, de facto, há aqui um incremento de uma dotação financeira que nos permitirá ter dois técnicos, neste caso, de 2 assistentes sociais em vez de termos só um. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com cinquenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 6 – 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2023. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº4/DGF/2023-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. ----- Renovo cumprimentos à Mesa, aos senhores Membros do Órgão Executivo e a todos os presentes, designadamente, aos senhores Membros desta Assembleia Municipal e público presente. O que nós trazemos aqui para votação e votação nominal, tem a ver com a primeira alteração modificativa que na nomenclatura anterior se designava de revisão. Desde há alguns anos, 2 (dois) ou 3 (três) anos, não sei exatamente, tem sido possível aos Municípios que mesmo antes de fazerem a Prestação de Contas, poderem utilizar os saldos de gerência. O que nós queremos fazer aqui, é uma antecipação daquilo que são, digamos, dotações financeiras, valores financeiros, para que possamos, antes da Prestação de Contas, abrir novas ações, reforçar ações que porventura já existam, enfim, dividir projetos. O que se pretende com o saldo de gerência, que foi o valor não executado nas operações orçamentais do ano de 2022



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

(dois mil e vinte e dois), mais o valor relacionado com a transferência de competências em matéria de Saúde, num valor total que supera ligeiramente os 10 000 000,00 (dez milhões de euros), é que esse valor seja utilizado para o reforço das várias ações aí identificadas e que estão nos anexos à própria deliberação, que penso que terão sido entregues a todos os Membros da Assembleia Municipal. Assim, que seja utilizado numa proporção mais ou menos de 8 000 000,00€ (oito milhões de euros) para investimento e o restante para despesa corrente. Se tiverem alguma dúvida sobre alguma ação em concreto e alguma operação que se pretende reforçar, quer na dimensão da despesa corrente, quer na dimensão da despesa de capital, terei todo o prazer em explicar. Há pouco queria dar o número certo, penso que são 10 614 606,35€ (dez milhões seiscentos e catorze mil seiscentos e seis euros e trinta e cinco cêntimos). Permito-me destacar aqui uma ação em particular, que queremos, com parte da comparticipação financeira deste valor, lançar já no mês de março, e que é a empreitada de requalificação da estrada que liga Chaves a Montalegre. Obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Boa tarde, renovo os meus cumprimentos e, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, considero que está toda a Assembleia cumprimentada. -----

“- A questão que aqui estamos a discutir evidencia de forma bem clara que a gestão financeira aplicada pela atual equipa camarária tem sido de uma eficácia de um mérito notável, gerando ganhos suplementares e que tão bem irão ser aplicados; -----

- O rigor, as boas práticas, o exercício de uma gestão sustentável, atenta, equilibrada e contida, tem expressão no saldo de gestão aqui apresentado; -----

- Este saldo excedente que está na génese desta alteração, são a prova fáctica e real desta mesma dimensão; -----

- Todavia realçamos o facto de se alocar este saldo para a realização de investimentos muito importantes e com impacto direto e imediato. Falamos, por exemplo, na dotação para a requalificação da EM 507 (Chaves – Soutelinho da Raia) na melhoria da estrutura e gestão da nossa rede de água e saneamento, nomeadamente com a aquisição de uma viatura de recolha de efluentes, com a construção do sistema de águas residuais de Argemil da Raia, já há muito reclamado, a substituição das viaturas operacionais do município, uma vez que as existentes apresentam evidente desgaste, melhorando-se a qualidade das condições de trabalho e transporte dos funcionários municipais, não se esquecendo igualmente o investimento em eficiência energética e ambiental, como é o caso do Centro de Saúde de Chaves I; -----

- Reforça-se o orçamento, excuta-se mais obra, constrói-se um concelho e uma cidade cada vez mais apetecíveis e apreciáveis. -----

- É evidente que falamos de uma questão de opção, mas entendemos que a escolha do executivo camarário é aquela que melhor serve os interesses do concelho e da sua população, pelo que o grupo municipal do PS votará favoravelmente!” -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, com cinquenta e oito votos a favor, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, José Francisco de Resendes Carreira, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira, Francisco António Pinho Peixeiro e Ricardo Vassal Coutinho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, Michele Alexandra Rodrigues da Costa, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues e Maria José Alves Portela. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Helena Cristina Gonçalves Santos. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA: Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, em representação do presidente da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Augusto do Nascimento Guedes, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, em substituição do Presidente de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage e de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: --

Grupo Municipal do PS: Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves. -----

Grupo Municipal do PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, António José dos Santos e André Fontoura Faria. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Sanfins da Castanheira – Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, em representação do Presidente da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Francisco Caridade Ginja, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro e de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira. -----

PONTO 7 – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. - RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º 10/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde, senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, Membros do Órgão Executivo e também membros desta Assembleia Municipal. A proposta que aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

trazemos à Assembleia Municipal, é no intuito de aditar mais 18 (dezoito) vagas no Mapa de Pessoal do Município de Chaves, 3 (três) postos de trabalho relacionados com a categoria de Técnico Superior na Área de Educação Física e Desporto, porque, neste momento, o Município apenas tem um e, de facto, pretende dar tradução a todos os trabalhos de Coordenação e Acompanhamento, mas, também, de forma marginal, às próprias Atividades de Educação de Enriquecimento Curricular; 1 (um) lugar na Área de Nutrição, reconhecendo a necessidade crescente de ir acompanhando o serviço de alimentação que é feito nas escolas no âmbito da alimentação escolar e que vem sendo garantida através da colaboração de um recurso humano alocado à Empresa Municipal; 2 (dois) postos de trabalho na Área do Serviço Social de Ciências Sociais, que, na minha perspetiva, ainda serão insuficientes. Mas, neste momento, é o que se preconiza para poder dar tradução àquilo que serão as obrigações do Município no âmbito do Gabinete ou do Serviço de que falávamos antes, e que é o Serviço de Apoio Social de que passaremos a ter a competência a partir do dia 3 (três) de abril, 1 (um) posto de trabalho na área da Arqueologia, o Município tinha 2 (dois) postos de trabalho e em resultado de uma mobilidade que se consolidou, no caso concreto, o Doutor Sérgio Carneiro que foi para Lisboa, ficámos apenas com 1 (um) técnico, tanto mais, que neste momento, exerce as funções de Dirigente também e, portanto, há de facto manifesta carência nesta área e temos, pelo menos, que repor o nível de recursos humanos que existia anteriormente; o reforço de 1 (um) lugar de Calceteiro, que é fundamental e, porventura, teremos no futuro de fazer um reforço, mas a verdade é que se torna difícil recrutar no mercado calceteiros, por ser uma área de uma extrema carência apesar de ser uma necessidade evidente; 2 (dois) Assistentes Operacionais na área de Pichelaria e mais 2 (dois) lugares na área do Saneamento. Queremos criar mais uma equipa de resposta na área daquilo que são as reparações, na área da rede de água, que como sabem, havia uma, e nós criámos mais uma, temos duas no momento e queremos avançar para uma terceira, precisamos de melhorar ainda a capacidade de resposta neste domínio, na área da educação criar mais 2 (dois) postos de trabalho. Sabemos que os Agrupamentos levantam sempre a questão da falta de recursos humanos, sendo certo, que podemos garantir, aqui, hoje, que os rácios estão cumpridos por excesso, ou seja, temos nas escolas mais Assistentes Operacionais do que aqueles que resultariam das métricas existentes. Mas, ainda assim, queremos contratar mais 2 (dois). Também mais 2 (dois) Assistentes Operacionais na área do Desporto e, por fim, 1 (um) posto de trabalho de Assistente Operacional para ser alocado ao CROAC – Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia. -----

Portanto, pedimos naturalmente a votação a favor para que possamos desenvolver os procedimentos tendentes ao preenchimento destes lugares. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e seis votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 8 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A. INFORMAÇÃO Nº41/DGF/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 9 – RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1ºT, 2ºT E 3º TRIMESTRES DE 2022 DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A. INFORMAÇÃO Nº 3/DGF/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 10 – RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº 09/DAG/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, boa tarde senhor Presidente, senhores Secretários, Membros do Órgão Executivo e também membros desta Assembleia Municipal. -----

Esta é uma obrigação que pende, todos os anos, sobre os Municípios, onde lhes é exigida a elaboração de um relatório circunstanciado sobre o grau e o modo de execução relativamente ao Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluído os de Corrupção e Infrações Conexas. O que trazemos aqui, na sequência do Plano que foi dado a conhecer a este Órgão, no ano transato, tem a ver com o grau de execução nos indicadores que foram sinalizados em diferentes domínios, e naquilo que são as áreas que identificadas como sendo as áreas mais críticas, e relativamente às quais se devem incrementar os mecanismos de controle e de monitorização. Estas são, basicamente, no âmbito da contratação pública, da concessão de benefícios públicos, da gestão urbanística e da gestão de recursos humanos. Nesses domínios, os respetivos responsáveis fizeram relatórios, tendo nesse domínio graduado quanto ao nível de execução, com três níveis de implementação: implementada, parcialmente implementada, ou não implementada e, de facto, no que diz respeito aos riscos identificados que foram 56 (cinquenta e seis), foram nesse domínio criadas 76 (setenta e seis) medidas preventivas. Dessas medidas foram totalmente implementadas 54 (cinquenta e quatro), 19 (dezanove) parcialmente e 1 (uma) prevista não implementada. Estão identificadas quais foram essas medidas, também estão identificados quem são os responsáveis por cada uma dessas dimensões, que, em regra, são os respetivos Dirigentes dessa área de intervenção. Têm também para vossa análise um quadro que sintetiza nesse domínio, não só os riscos identificados, as medidas e depois o grau de execução das mesmas. Este é um documento que naturalmente pode ser objeto de apreciação, discussão e até também de contributo por parte dos membros deste Órgão, Assembleia Municipal, sendo certo que é um documento para conhecimento do mesmo. Obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 11 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES 2023. PROPOSTA N.º 05/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovando cumprimentos à Mesa, aos Membros do Órgão Executivo e também aos Membros do Órgão Deliberativo. Encadeando naquilo que foram as considerações feitas há pouco, e se se falava de um documento que traduzia a execução de um Plano aprovado anteriormente, no caso concreto, estamos a falar do Plano que foi elaborado para o ciclo temporal de 2023 (dois mil e vinte e três) e para esse período. Aproveitando aquilo que é a experiência, a informação obtida em resultado do documento de execução, do relatório de execução que naturalmente se procura verter no novo documento alguns dos aspetos que, porventura, no ano anterior se identificaram como mais críticos ou a carência de uma intervenção mais consistente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

O que temos aqui, e usando a mesma metodologia, identificando os riscos, identificando as medidas e identificando também os responsáveis pelo acompanhamento dessas medidas e ao mesmo tempo alguns documentos, designadamente, o Regulamento de Funções da Câmara Municipal, para se perceber exatamente qual é o nível e competência funcional de cada um, e identificando também os respetivos dirigentes de cada uma das unidades, naquelas quatro de que há pouco falava, mas também noutras para que possam conhecer um bocadinho a estrutura e conhecer a forma como o plano foi organizado. É também mais um documento para conhecimento, porque no próximo ano traremos aqui o relatório de execução deste plano que foi aprovado no início do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), para vigorar nesse mesmo ano. Obrigado. ----- Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 12 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP) DE CHAVES. PROPOSTA N.º 13/GAP/23; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovando cumprimentos à Mesa, ao Órgão Executivo e a todos os Membros deste Órgão Deliberativo. Quanto a este assunto, como resultado do que tinham sido as experiências de execução do Regulamento e algumas insuficiências e lacunas que este vinha apresentando, a Comissão que faz o acompanhamento deste Plano, e que, como sabem, também tem representantes da Assembleia Municipal, entendeu que era oportuno e relevante fazer aqui algum aperfeiçoamento relativamente a este documento. -----

Foi entendido, por um lado, esclarecer alguns aspetos relativamente ao calendário, e por outro, dar mais densidade e mais garantias de transparência, e ao mesmo tempo, também de unicidade no voto, sendo que para tal foram preconizadas pequeníssimas alterações e são tão pequeninas que eu vou ter a oportunidade de as referir. -----

A primeira das quais é propor na cláusula sétima que “Os períodos de duração das diversas fases do ciclo serão definidos previamente em reunião do Conselho do OP, aquando do início de cada nova edição.” para que não fiquem dúvidas, é no início de cada ciclo que esta Comissão aprova o calendário das várias fases. Depois, uma outra situação e naturalmente que esta nova alteração foi vertida também nas competências do Conselho, portanto, o conselho vai passar a ter a competência de “Definir os prazos de execução de cada ciclo do OP,” e “Definir a modalidade de votação para cada edição do OP;” -----

Depois, havia aqui, na nossa perspetiva, uma incongruência, ou seja, os mandatos de alguns dos membros não eram coincidentes, designadamente os mandatos dos membros que eram indicados pelo Presidente da Câmara relativamente à Associação Cívica do Concelho e também a um representante do Setor Público com experiência na área da democracia eram anuais e, portanto, o que aqui se propõe, é que a duração dos mandatos coincidirá com o mandato do Executivo Municipal, ou seja, de todos os membros deste Órgão, e não haver Membros com mandatos diferentes, portanto, fazer aqui uma coerência relativamente a esta questão. -----

Depois, mais uma ou duas alterações que passarei já a enunciá-las. Aqui, também existe um limite à participação, para ficar claro, uma inovação “Os funcionários da Autarquia e Empresa Municipal podem apresentar propostas, na qualidade de munícipes, desde que estas não sejam nas áreas de competências do serviço ao qual estão vinculados.” para que haja, de facto, aqui alguma separação, depois “Excetuam-se no disposto do número anterior os funcionários da Autarquia vinculados às Divisões envolvidas no processo do Orçamento Participativo - Divisão de Obras Públicas, Divisão de Cultura e Turismo e Divisão de Juventude e Desporto - e os funcionários afetos à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

equipa Coordenadora do OP que ficam inibidos de apresentar qualquer proposta.” ou seja, estes não podem apresentar nenhuma proposta, porque terão intervenção nalgumas das fases em que se desenvolvem as propostas do Orçamento Participativo. Depois, na Análise e Votação das Propostas, na cláusula décima quarta há aqui uma melhoria daquilo que sejam as garantias da autenticidade e também da garantia de que efetivamente há um respeito pela vontade de cada uma das pessoas que participam no orçamento participativo. Não serão aceites propostas de projetos, iniciativas ou eventos “Não serão aceites propostas de projetos, iniciativas ou eventos que já se realizem ou tenham sido realizados no concelho, para que as mesmas não transitem para fase de votação”, ou seja, não podemos todos os anos andar a votar os mesmos projetos e, portanto, a intenção é que o projeto possa ter a capacidade de regenerar novas ideias, novos projetos e não estarmos sistematicamente a financiarmos com o Orçamento Participativo o mesmo projeto. Depois, também “Não serão aceites propostas que já tinham sido realizadas ao abrigo de outras edições do Orçamento Participativo” e, portanto, ficam excluídas. Na “Votação das Propostas” esta, sim, tem a ver com a fundamentação que eu apresentei antes “Cada participante votará usando os meios que o Conselho do OP defina e publicite anualmente para o efeito, assegurando sempre a veracidade da identidade dos participantes e restante teor das presentes Normas de Funcionamento” “O sistema de votação nas propostas deverá garantir que todos os cidadãos recenseados no município de Chaves possam votar, com respeito pelos princípios da liberdade e sigilo do voto.” “Cada votante tem direito a dois votos, um em cada uma das duas componentes”, aqui introduziu-se mais uma norma que não estava prevista e que é para “Em caso de empate de dois projetos, será realizado um novo sufrágio. Proceder-se-á a nova votação com início nos oito dias seguintes, por igual período ao da primeira votação”. E, portanto, no essencial são estas as propostas que são colocadas à consideração e naturalmente validação deste Órgão Deliberativo. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra, disse: -----
Boa tarde novamente, é normal que se procure aperfeiçoar os Regulamentos e queria chamar à atenção que tive, não digo muitos contactos, mas alguns contactos, de pessoas que disseram que não era fácil votar, que o processo informático de votação, dava algumas dificuldades, esse é um aspeto. O segundo aspeto, é um aspeto que não tem a ver diretamente com o Regulamento, tem havido na realidade candidaturas que têm ganho em anos sucessivos, eu percebo, percebo o espírito que o Orçamento Participativo, porque todas estas votações nós já sabemos que é assim desde os festivais, há muito arrastar de pessoas, um determinado tipo de mobilização e, portanto, é normal que se queiram dar novas oportunidades. O alerta que eu deixava é que há iniciativas no Concelho, eu penso que é mais do que uma, que têm sido suportadas em Orçamentos Participativos e acho que era importante que a Autarquia fizesse uma reflexão que se essas iniciativas agora são “Não é permitido que concorram” provavelmente, é porque se concorrerem têm sido as crónicas vencedoras e então quer dizer que se o Orçamento Participativo tem razão de ser e, de representar então a Autarquia deve fazer uma reflexão. Não tem a ver com o Orçamento Participativo de que se não há iniciativas que da mesma maneira que a Autarquia organiza, em agosto a “Festa dos Povos” se não há iniciativas descentralizadas na área da cultura, por exemplo que possam merecer um apoio por outras vias da Autarquia de forma a que se possa respeitar. Parece-me normal que se mude o Regulamento e que se impeçam repetições de serem sempre as mesmas candidaturas a ganhar. Acho que é normal, acho que deve merecer em complemento uma reflexão sobre o eventual suporte a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

outras iniciativas, a outras formas de apoio que o Executivo possa fazer a outras iniciativas. -----

Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
“Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores vereadores, membros eleitos, funcionários de apoio, comunicação social e público presente. -----
O Orçamento Participativo é um mecanismo governamental de democracia participativa que visa promover o envolvimento dos cidadãos nas estratégias de governação do concelho, possibilitando que a comunidade decida ou influencie sobre o destino de uma parte dos recursos públicos. -----
Um excelente mecanismo, que, no caso da Câmara Municipal de Chaves e dos mandatos do PSD, não passou de um instrumento de propaganda que ano após ano teimava em deixar na gaveta a escolha dos flavienses. -----
Em 2018, quatro anos após ter sido criado, estavam por executar 4 projetos aprovados em sede de Orçamento Participativo que o anterior Executivo Municipal liderado pelo PSD não tinha concretizado. -----
Nesse mesmo ano, em nome da transparência, do rigor, e sobretudo da verdade, foi proposto pelo Partido Socialista a suspensão temporária da componente infraestrutural, comprometendo-se o Executivo Municipal a executar todos os projetos em atraso, retomando a componente no espaço de 3 anos. -----
Hoje, graças ao Executivo Municipal liderado pelo Partido Socialista, todas propostas estão executadas ou em fase de acabamento e a componente infraestrutural retomada. A proposta de alteração aqui apresentada, à semelhança do que aconteceu em outros anos, visa otimizar o regulamento, garantindo a sua evolução e melhor adaptação, reforçando as questões de transparência, garantido o respeito, clarificando aspetos de omissão e definindo com clareza os prazos e duração das diversas fases do Orçamento Participativo. -----
Limitar a participação de alguns membros da autarquia, impedir que sejam apresentados projetos, iniciativas ou eventos que já se realizem e principalmente arranjar novos meios e formas de votação tornando o processo mais claro e credível é essencial. -----
Só assim conseguiremos que o processo seja claro, transparente e apelativo, para que na nossa comunidade não haja dúvidas sobre a sua participação. -----
O Grupo Municipal do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.” -----

Domingos de Moura Alves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e os senhores Secretários, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores. Eu em relação ao Orçamento Participativo sou uma pessoa grata, porque já sou duas vezes como promotor e como vencedor e é também um pouco nessa linha é o que me traz aqui a dizer que não vou votar a favor desta proposta, em nome pessoal ou individual, não em nome do Grupo Parlamentar do PS, como é óbvio. Porque a cláusula salvo erro nº 12 (doze) o nº 3 (três), limita a possibilidade de podermos repetir a nossa proposta, claro é entendendo a filosofia que perspetiva que haja, novas candidaturas e, novas ideias mas também, penso eu, sobre tudo na região que eu vivo que é uma aldeia vai-nos limitar, porque será mais difícil nós termos propostas, sobre tudo propostas válidas para podermos concorrer, para podermos ter outro tipo, sejam elas atividades, na área cultural ou, na área de infraestruturas, por isso considero que esta proposta de limitação que nos está a limitar a nós que somos zonas rurais. Por outro lado, estive também, a fazer uma breve resenha e verifiquei que nas Freguesias que tem havido atividades ou que tem havido propostas tem sido meia dúzia delas no Concelho de Chaves, reparo por exemplo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

as Freguesias rurais praticamente não têm propostas. Sugeriria à Câmara Municipal e à respetiva Comissão de Orçamento Participativo que difundisse mais o Orçamento Participativo de forma que pudesse chegar a outras zonas do Concelho aonde não tem chegado. -----

Verifico, também que há a ideia de melhorar a votação porque realmente a votação tem sido difícil sobre tudo para pessoas que não dominam a área das tecnologias de informação, se for facilitadora para esse tipo de pessoas será bom mas também, dava a sugestão se calhar o levar a votação às Freguesias à maneira antiga, poderá ser uma ideia porque ao levar a votação eu, por exemplo quando ando em campanha e quando vou a localidades que muita gente nem sabe que há Orçamento Participativo, muita gente louva a nossa ação e, muita gente diz é pena aqui não haver nada. Por isso é que eu digo que era bom que houvesse maior difusão para que as pessoas tivessem conhecimento e aí se calhar era um trabalho que os Presidentes de Junta poderiam fazer. Muito obrigado. Tenho dito. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os meus cumprimentos e as minhas Felicitações pela Comenda da Ordem de Mérito que lhe foi atribuída, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhor Presidente da Câmara, as minhas felicitações pela eleição para o cargo de Presidente do Conselho Regional do Norte, onde dos 86 (oitenta e seis) Câmaras Municipais e se não estou em erro 41 (quarenta e uma) são do PSD e Vossa Excelência foi eleito Presidente do Conselho Regional, senhoras e senhores Presidentes da Junta de Freguesia, senhoras e senhores Membros desta Assembleia, colaboradores da Autarquia. Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, a proposta de alteração do Regulamento do Orçamento Participativo, que é se a memória não me atraiçoa a quinta proposta de alteração. Recordar que a iniciativa do Orçamento Participativo que é um instrumento, é um símbolo da democracia e, da participação dos cidadãos e da aproximação desses mesmos cidadãos dos eleitores aos eleitos, desse espírito democrático nasceu, portanto, se a memória não me atraiçoa a 7 (sete) de abril de 2014 (dois mil e catorze), teve a primeira alteração em abril de 2015 (dois mil e quinze) e posteriormente em janeiro de 2016 (dois mil e dezasseis), em junho de 2016 (dois mil e dezasseis) e agora hoje 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três). Tudo que seja para melhorar os processos, para eliminar as dificuldades, as entropias causadas, o Grupo Municipal do PSD é favorável, como aqui já foi dito, a essas melhorias e, a essas medidas para a implementação de melhor e, mais justo e, mais facilitador Regulamento do Orçamento Participativo, daí que iremos votar favoravelmente a proposta. Mas se me permite senhor Presidente lançar-lhe um apelo, um desafio a si também, sei que o senhor Presidente é sensível, o caminho faz-se caminhando houve várias propostas nas duas componentes, boas propostas as vencedoras e as que tiveram menos votos e, como diz o nosso povo “glória aos vencedores e honra aos vencidos”, mas diria ao senhor Presidente e, eu sei que o senhor Presidente é sensível e fazer um apelo se for possível há boas propostas nas duas componentes, que não saíram vencedoras designadamente, na componente 1 na requalificação dos equipamentos públicos construção e remodelação. Olhando para essas propostas pelo menos para uma delas que estou a pensar se o senhor Presidente, conseguir executá-la como aqui foi dito não tem que ser pelo Orçamento Participativo, se a proposta é boa, se as propostas fazem bem à nossa comunidade e, ao desenvolvimento do nosso Concelho será de ponderar o Executivo poder implementá-las e certamente que a comunidade flaviense ficará grata e a comunidade escolar em especial muito mais, disse. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito boa tarde, novamente. Senhor Presidente da Mesa, Membros do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo. Dizer que o espírito subjacente a esta proposta é, sobretudo, melhorar o texto que já foi, como já perceberam, por diversas vezes objeto de aperfeiçoamentos e, portanto, o que se pretende verdadeiramente, é cumprir os propósitos do Orçamento Participativo que é permitir que os cidadãos não de forma indireta, através da eleição dos Órgãos Autárquicos a cada 4 (quatro) anos, possam assumir, todos os anos, a decisão de uma parcela do Orçamento e possam decidir em concreto, de facto, qual é a prioridade que gostariam que fosse concretizada, portanto, isto é mesmo uma democracia direta e é de facto a forma mais próxima e mais amigável da democracia. O que quisemos fazer desde o princípio foi, se bem perceberam, e agradeço a intervenção do senhor Deputado, Miguel Valpaços, do PS, dar novamente confiança aos cidadãos e quisemos que o Orçamento Participativo voltasse a ter verdadeiramente credibilidade e cumprisse os seus propósitos e o seu espírito, porque, não era Orçamento Participativo quando durante 2 (dois) anos, 3 (três) anos ou 4 (quatro) anos não se concretizava, isso era exatamente o inverso do que se pretendia fazer. O que nós fizemos, se a memória não me atraiçoa, foi suspender todas as edições subsequentes para que pudéssemos concretizar, dar tradução áquilo que tinha sido a obrigação, o compromisso do Executivo Municipal perante os cidadãos e esse compromisso não estava a ser cumprido. Felizmente, hoje, restaurámos também esse compromisso, está a ser feita, neste momento, a última grande intervenção que estava pendente dos Orçamentos Participativos, que tinha a ver com a rua da Ermida, em Vidago. Estamos, neste momento, a executar a última e, portanto, queremos continuar a cumprir. Como já perceberam, sei que leem atentamente os documentos, no documento que tiveram oportunidade de votar há pouco que foi a alteração modificativa que tem a ver com a revisão, está lá uma dotação já para o Orçamento, digamos, a proposta vencedora do Orçamento Participativo na parte das infraestruturas que tem a ver com a rotunda antes de Vidago, já lá está, se repararem, há lá uma dotação para esse efeito, uma para componente para o projeto, outra componente para obra. Portanto, nós queremos continuar a cumprir, verdadeiramente dar tradução a esse espírito. Sempre que acreditamos nos instrumentos e na sua mais-valia nós mantemo-los, estamos a falar exatamente de uma iniciativa que foi da gestão Autárquica do PSD e nós mantivemo-la e estamos a dar-lhe continuidade e a dar consistência. Também fizemos assim com a Festa dos Povos e, portanto, nós não temos quanto a isso nenhum problema, nenhuma dificuldade, contrariamente aquilo que, aqui, alguns membros desta Assembleia Municipal querem passar, o que não podemos deixar de dizer, é que quando está mal, está mal, independentemente do sujeito que preconiza essa solução. -----
Depois, queria dizer que eu percebo bem esse sentido do coração de quem é de Curalha, eu percebo essa expressão da terra, da partilha, de querer vir aqui dizer e defender um projeto que tem alimentado, acalentado, de facto. Diz bem, mas queria dizer que concordará comigo que fará todo o sentido que o Orçamento Participativo tenha, e permita-me, uma abrangência, uma renovação, isso não significa que Município não esteja disponível para ponderar, como fez, por exemplo com o Orçamento Participativo de 2018, se bem se recordam, a lenda de São Martinho que também foi um projeto do Orçamento Participativo e nós temo-lo feito todos os anos, porquê? Fizemos aquilo que o senhor Deputado, Manuel Cunha, da CDU, aqui dizia que sempre e quando os projetos tiverem mérito e haja capacidade financeira de os concretizar, porque tem que haver estas duas condições necessariamente que são: serem bons projetos, é serem projetos em que a população no todo ou em parte se reveja, sendo projetos queridos, com certeza, poderemos ponderar a sua integração naquilo que possam ser projetos futuros de integração. Naturalmente que teremos sempre que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

discutir os termos financeiros dos projetos, porque todos gostamos que os projetos possam ir em crescendo, mas se eles forem muitos, temos que, depois, fazer um ajustamento de todas aquelas que venham a ser as prioridades pretendidas e, portanto, queria descansá-los sobre isto e, portanto, uma coisa necessariamente não tem a ver com a outra, eu acho que a bondade da alteração é inevitável, é inegável. Quanto à questão do projeto, penso que estará a falar da Festa Galaico Romana, penso que é dessa que está a falar, presumo eu, certamente encontrar-se-ão os instrumentos e os meios de podermos dar-lhe tradução, certamente com a ajuda da Associação, da Junta de Freguesia e com um papel relevante do Município, com certeza, todos juntos seremos capazes na data e no momento de concretizar essa iniciativa, penso que sim. Depois, perdoem-me, conhecem-me pela frontalidade, em relação aos 2 (dois) membros do Conselho do Orçamento Participativo, não sei se o senhor Deputado, Nelson Montalvão, do PSD, também faz parte? Não. Mas o senhor Deputado, Manuel Cunha, da CDU, faz, mas tem sistematicamente faltado às reuniões do Conselho do Orçamento Participativo, essa sugestão que deixou aqui, podia tê-la dado lá, e não deu, por exemplo, esse contributo podia tê-lo dado através de email e não o deu. Nós queremos uma solução que interesse a todos os demais e que essa discussão resulte do contributo de todos, mas queremos que os Órgãos funcionem. Portanto, perdoem-me, não tenho nada a ver com o assunto, mas peço particularmente ao PSD que os seus representantes e membros no Conselho Municipal da Juventude apareçam, porque nós nunca tivemos podido contar com os membros do PSD e se reclamavam no passado que os Conselhos deviam funcionar, agora têm faltado reiteradamente. Fica aqui uma nota, quem não tem disponibilidade e há membros que têm alguma limitação e, portanto, nós temos que perceber, eu não queria responder, mas é assim, nós fazemos questão de estar nos Órgãos, então, temos que estar efetivamente, perdoem-me esta franqueza, sinceramente, e o que digo relativamente ao PSD, digo-o relativamente ao PS também, se isso acontecer ou a qualquer força partidária, porque temos um dever acrescido em relação aos demais, às outras Associações, às outras IPSs, às outras Associações Juvenis. Portanto, queria dar nota disso, enfim, tiro-lhe a carga de crítica e dou aqui uma sugestão, apareçam nas próximas vezes, esqueçam a crítica que fiz antes e deixo aqui a nota para o futuro para que possamos verdadeiramente aprovar o primeiro plano. Ainda não conseguimos ter quórum para aprovar o primeiro projeto no âmbito da Juventude, enfim, andávamos sempre a reclamar, a reclamar que já vamos na terceira reunião, terceira reunião e não há quórum, assim é difícil. Peço desculpa por este aparte, a todos os partidos aqui representados à exceção do PS, pelos vistos e, portanto, peço desculpa, era só uma nota de informação e nada mais importante que isso e foi só por falar dos Conselhos. Nós queremos que possam dar contributos para que depois quando vem aqui, ela já possa traduzir o contributo de todos. Depois, dizer ainda ao senhor Deputado, Domingos Moura, do PS, nós não vamos conseguir ter uma estrutura de votação como temos nas eleições, Não vamos poder ter urnas em cada Freguesia ou em cada localidade, porque senão não cumprimos as regras da transparência, da legalidade e da verdade, não é? Portanto, não podemos fazê-lo, como sabem, vai continuar a existir a possibilidade do voto digital e do voto presencial, há sempre o voto presencial na Câmara Municipal, portanto, podem votar. O que nós queremos com isto, é também garantir que quem diz que vota, vota e, portanto, vai ser através do telemóvel também, vão ter uma solução em que vão poder votar através do telemóvel e, portanto, haverá aí mais um instrumento que permitirá a votação. Em síntese, dizer basicamente o seguinte, o que se pretende aqui com este Regulamento é aumentar a participação, aumentar a sua abrangência, quanto à publicitação, nós fazemo-la nos Jornais, no site e nos “mupis”, enviamos para toda a gente e, portanto, peço aos senhores Presidentes de Junta que querendo participem, porque nós vamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

partilhar novamente essa informação através do e-mail para que partilhem junto dos vossos fregueses. -----

Por último, desejar que todos possamos participar nestes processos dizer que, quanto ao projeto que o senhor Deputado, Nelson Montalvão, do PSD, acabou por não identificar, eu não sei de qual estava a falar, presumo que era da pista de atletismo, presumo só intuí que fosse o da pista de atletismo, veremos se no âmbito daquilo que possam vir a ser os instrumentos financeiros no âmbito do PT 2030 (vinte/trinta) , eu acredito que possa haver algum instrumento em que possamos acomodar algumas das necessidades que ainda existem de requalificação do edificado escolar, das infraestruturas escolares e que nesse contexto se possa enquadrar alguma solução. É um projeto interessante, é um projeto da comunidade, é um projeto bem estruturado e que ficará naturalmente sinalizado como sendo um projeto importante e com ou sem Orçamento Participativo será executado, não lhe consigo dizer se já é agora ou no próximo ano ou depois. De qualquer das formas, não lhe posso dizer isso por uma razão muito simples isso, dependerá sempre, em cada momento, da dotação financeira e como sabem a exigência é grande e eu não vim com discursos relativamente ao incremento dos preços, ao incremento da inflação, ao aumento de tudo que tem a ver com o funcionamento, eu não falei disso hoje, mas a verdade é que houve aumento do custo financeiro, portanto, os Municípios estão a ser pressionados, aliás, como todas as famílias, como todas as empresas, como todos os cidadãos e, de facto, hoje todos nós sentimos uma pressão maior, significa isto que, porventura, temos que fazer menos relativamente ao que tínhamos que fazer, provavelmente teremos que reequacionar prioridades, se calhar temos que voltar a olhar outra vez para a área social como olhámos durante a pandemia. Portanto, fica aqui este tópico, porque, porventura, teremos que voltar ao mesmo um dia destes. Obrigado.-----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, no uso da palavra, disse: -----

Renovo cumprimentos a todos os presentes, dizer só num ponto, já que o senhor Presidente o mencionou, o senhor Vice-presidente da Câmara está aqui, sabe que eu já fui á primeira e fui à segunda não fui á terceira reunião porque por uma questão de organização, era semana de Carnaval. Fomos enviados para Lisboa em formação, foi por motivos profissionais não tem nada a ver com estar no Porto, ou se estivesse em Lisboa, estava em formação, não pude vir. Curiosamente na segunda fui o único membro da Assembleia Municipal, que estive lá e não vi o senhor Presidente a fazer reparo a ninguém, mas é o estilo! Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

PONTO 13 – CMDFCI – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS FREGUESIAS. INFORMAÇÃO N.º 06/GTF/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra, disse: -----

Boa tarde, mais uma vez. Renovo os meus cumprimentos. Portanto, em relação ao Ponto 13, da Ordem de Trabalhos, vai ser apresentada uma lista conjunta pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, com os seguintes membros: -----

1º membro efetivo – Luís António Gonçalves Costa, Presidente de Junta de Freguesia de Vilar de Nantes, indicado pelo PS; -----

2º membro efetivo – Rui Manuel Branco Rodrigues – Presidente da União de Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, indicado pelo PSD; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

1º membro suplente – Artur Jorge André Dias – Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro Seco, indicado pelo PS; -----

2º membro suplente – Arlindo Santos Costa – Presidente da Junta de Freguesia de Anelhe, indicado pelo PSD. -----

Vamos proceder à entrega desta lista junto da Mesa, para que a mesma seja sujeita a sufrágio. Muito obrigado. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria, com cinquenta e cinco votos a favor, dois votos em branco e um voto nulo. -----

PONTO 14 - JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO. APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO 2022/2023. PROPOSTA Nº 142/GAPV/2022; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, a todos. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, respetivos Secretários, Membros do Órgão Executivo e, também do Órgão Deliberativo. Esta proposta, como já perceberam, trata-se de uma proposta que se renova todos os anos e está correlacionada com uma situação de partilha de um recurso humano e que é um Assistente Operacional da Freguesia de Santo Estêvão. Há muito tempo foi entendido que seria importante que pudesse dar apoio nas atividades de assistência logística, penso que na Escola Básica nº1 de Santo Estêvão. E, portanto, este apoio é verdadeiramente para compensar esta Freguesia no sentido de que possa fortalecer o seu orçamento, cumprir as suas obrigações e ao mesmo tempo alocar, ainda que de forma parcial e temporária, esse recurso humano a este estabelecimento de ensino. Procurámos encontrar uma solução definitiva que pudesse ser traduzida numa situação de mobilidade, mas razões de natureza administrativa impedem tal solução, por isso, trazemos novamente esta proposta para que possa ser sufragada por vossas excelências. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. PROPOSTA N.º 7/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos à Mesa da Assembleia, aos Membros do Órgão Executivo e também do Órgão Deliberativo. Esta proposta é em tudo similar a outras propostas com idêntica fundamentação e igual desiderato, traduz-se, basicamente, na alocação através de contrato de comodato de uma escola ou melhor de um edifício que já foi a Escola Primária de Cimo de Vila da Castanheira. A respetiva Freguesia, através de manifestação de intenção, suportada pela senhora Presidente de Junta, veio manifestar interesse em usar esse espaço para o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas vocacionadas para a população sénior, designadamente, um Centro Cívico e procurando aqui ter um espaço relacional e de partilha. -----

Por isso, proponho que esta Assembleia possa, a título de apoio em espécie, aprovar essa proposta que no essencial cede o edifício em regime de comodato, ou seja, dá de empréstimo este edifício pelo prazo de cinco anos renovável sucessivamente se não for denunciado por qualquer das partes, com uma antecedência mínima de trinta dias relativamente à data do término ou da renovação. É isso que aqui trazemos e naturalmente entendemos que todo o edificado tem uma função social e ela é relevante quando estiver a ser útil. Portanto, é isso que queremos fazer, que este património



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

municipal continue a poder ter uma função social e essa função poder ser concretizada por ações a desenvolver pela Junta de Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira. ----- Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 16 - SOLICITA A IMPLEMENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PARA A REGULARIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO, – NA RUA ANIBAL BARROS, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1061/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 719/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/12/2022; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reiterou os cumprimentos à Mesa e presumindo que fossem os últimos, dirigiu-se ao senhor Presidente da Mesa, e desejou a continuação de um resto de bom dia, ao senhor primeiro Secretário, à senhora segunda Secretária, aos senhores Vereadores e à senhora Vereadora, aos senhores Membros da Assembleia Municipal e respetivos senhores e senhoras Presidentes de Junta de Freguesia presentes, ao público que, porventura, teimosamente ainda esteja presente e a todos aqueles que prestam um prestimoso serviço de apoio logístico à Assembleia Municipal. Pedi apenas a palavra para dizer duas coisas; primeiro, como percebem, têm sido inúmeros os pedidos de sinalização rodoviária, de facto, têm-se multiplicado. -----

Os pedidos, sobretudo, das Juntas de Freguesia, mas também de alguns cidadãos que vêm requerer reforço da sinalização, surpreende-me pela dimensão e pelo número de pedidos que temos e que têm tradução num número significativo de propostas que vêm à Assembleia Municipal e necessariamente carecem de ser objeto de concretização. Sendo certo, que alguns ainda estão pendentes de concretização, teremos que contratar serviços externos para os poder vir a concretizar. Por outro lado, dizer, também, que existe a expectativa, ainda não concretizada, de que possamos trazer a esta Assembleia Municipal um Regulamento que possa disciplinar esta matéria relativamente às questões rodoviárias na perspetiva da sinalização, e que essa competência, depois, possa ser exercida pela Câmara Municipal e nalguns domínios delegada no Presidente. Ainda não foi possível concluir esse trabalho, porque os recursos humanos que normalmente desenvolvem estas tarefas, e que são, sobretudo, da área do Direito, Juristas, têm tido algumas indisponibilidades, e dizer-vos também que tem havido um trabalho muito importante e relevante, seja nos dossiês de transferência de competências, seja nos dossiês da contratação pública, seja nos dossiês relacionados com a gestão urbanística. De facto, ainda não houve a disponibilidade necessária para que este trabalho possa ser feito, porque com isso, não querendo retirar esta competência à Assembleia Municipal, nem a sua competência no que diz respeito à decisão de aprovação destas matérias, com certeza, poderá ser feito esse acompanhamento sempre e quando, depois, na sequência da execução dessa mesma competência e nas ações que possam ser concretizadas. Eu gostaria que fosse o mais breve possível, no entanto, não sei dizer se virá no mês de abril ou não, dependerá naturalmente daquilo que venham a ser as exigências dos serviços e da sua disponibilidade ou não. Efetivamente temos tido, ou por razões de doença ou de saídas, menos capacidade nesta área e, portanto, até estar suprida, teremos que dar prioridade aos assuntos que não podem parar. É verdade que esta questão da sinalização é um daqueles que se não tivermos Regulamento continuarão a vir à Assembleia Municipal. Muito obrigado a todos, um resto de bom dia e um resto de boa semana para todos. Muito boa tarde. -----

Não se registaram intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 17 - SOLICITA A IMPLEMENTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, – NAS DUAS ROTUNDAS EXISTENTES NA RUA DA LINHA DE FERRO, – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1070/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 721/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/12/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 – SOLICITA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO E MARCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, – NA RUA FREI LUIS DE SOUSA E NA RUA BOENERGES GOMES AUGUSTO, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - PROCESSO Nº 1110/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 743/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/12/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - SOLICITA A CRIAÇÃO DE UM LUGAR PARA CARGAS E DESCARGAS, – NA RUA ALFERES JOÃO BATISTA, – A PEDIDO DA ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMINIOS DO EDIFÍCIO NOVA HERA - EMPRESA TRISERVICE - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1141/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 762/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 26/12/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 20 - SOLICITA A COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ESPELHOS, – EM DOIS CRUZAMENTOS NA LOCALIDADE DE LAMA DE ARCOS, – FREGUESIA DE LAMA DE ARCOS - PROCESSO Nº 1135/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 765/DPM/2022 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 28/12/2022; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 21 - SOLICITA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO EM ESPAÇO PÚBLICO – PARA USO DA EMPRESA SHARP LINES EMPREENDIMENTOS LDA - NA RUA DE SANTO AMARO, A PEDIDO DA GERÊNCIA DA EMPRESA SHARP LINES EMPREENDIMENTOS LDA. – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1120/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 766/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/01/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

PONTO 22 - SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, – NA POVOAÇÃO DE SOUTO VELHO, – FREGUESIA DE ANELHE - PROCESSO Nº 59/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 30/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/01/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 23 - SOLICITA UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVATIVO EM ESPAÇO PÚBLICO – PARA VEÍCULOS ADSTRITOS Á EMPRESA - NA RUA 25 DE ABRIL, A PEDIDO DA SRA. SANDRA SIMÕES, EM REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA IBERUSA-HOTELARIA E RESTAURAÇÃO, S.A. – FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 1220/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 32/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/01/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 24 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE GUARDA RAILS DE PROTEÇÃO, – NO CM1065 (CAMINHO MUNICIPAL 1065), ENTRE AS LOCALIDADES DE SANFINS E PARADA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANFINS – PROCESSO Nº 1129/22 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 51/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/01/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 25 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO BAIRRO DO SEIXIGAL DE CIMA, NA POVOAÇÃO DE PEREIRA DE VEIGA, FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM – PROCESSO Nº 22/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 62/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 31/01/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 26 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA DOS BARREIROS E A RUA VEIGA DA GRANJA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 38/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 72/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 27 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA DO SOUTO, RUA DOS BARREIROS E RUA DO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

CAMPO DE TIRO, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 46/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 75/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 28 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – EM DOIS CRUZAMENTOS ENTRE A RUA 25 DE ABRIL E CAMINHOS PÚBLICOS, NA LOCALIDADE DE VALE DE ANTA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 53/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 76/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 29 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA TRÁS DA SANTA E A RUA DO BATOCO, NA LOCALIDADE DE VALE DE ANTA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 52/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 78/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 30 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE O ACESSO AO BAIRRO DA PENA CAVADA E A RUA DO CAMINHO DA QUINTA, NA LOCALIDADE DE ABOBELEIRA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 51/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 79/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 31 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A RUA SERRA DO OLMÓ E A RUA DO BATOCO, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE ANTA – PROCESSO Nº 60/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 80/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/02/2023. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Por último, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: quero em meu nome pessoal e da Mesa agradecer a vossa presença, a vossa colaboração, o vosso empenhamento e a forma democrática e civilizada como decorreu esta Assembleia. Desejar a todos a continuação de um bom dia e até à próxima reunião. Tudo de bom para todos vocês. Obrigado. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

A funcionária: _____